



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 34

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 11 de dezembro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Carlos Freitas (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Nídia Inácio) e Deputado Lubélio Mendonça.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os demais votos:

- Voto de Congratulação ao empreendimento Aldeia da Cuada - Turismo Rural pelo 25º aniversário da sua criação. Feita a apresentação pela Sra.

Deputada Dora Valadão (*PS*), intervieram os Srs. Deputados José Sousa (*CH*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Margato (*PPM*). Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Associação de Futebol de Ponta Delgada. Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Leal (*PSD*) e depois de ter

usado da palavra o Deputado Russell Sousa (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto Congratulação Ao Arrifes kickboxing Clube e aos seus atletas Gonçalo Silva e Gonçalo Ferreira. Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Francisco Lima (*CH*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado José Leal (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto congratulação Santa Cruz da Graciosa, eleita uma das melhores vilas turísticas - Best Tourism Viliages 2024. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Margato (*PPM*);

- Voto de Congratulação pelo 50º Aniversário do Futebol Clube dos Flamengos. O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*);

- Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho. Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*). Depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Miguel Toste (*PS*) e pelo Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação aos jovens Açorianos que conquistaram Medalhas de Excelência no Campeonato Nacional – SkillsPortugal. Feita a apresentação do voto pela Sra. Deputada Hélia Cardoso (*CH*) e tendo usado da palavra o Deputado Flávio Pacheco (*PS*) e o Deputado Flávio Soares (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 150 anos da Filarmónica Voz do Progresso. O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Luís Raposo (*PSD*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Edite Preto (*PS*);

- Voto de Congratulação pelas conquistas dos queijos açorianos na 36.^a edição dos World Cheese Awards. Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*) e depois de ter usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Andreia Cardoso (*PS*), Jorge Paiva (*CDS-PP*) e José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado pela maioria;

- Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Caetano de Sousa. O voto foi apresentado pela Sra. Deputada Inês Sá (*PS*). Depois de ter usado da palavra a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade; Os trabalhos prosseguiram com a apresentação e discussão das Declarações Políticas apresentadas separadamente pelos Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*) e Pedro Neves (*PAN*).

Referente à **Declaração Política** do Deputado Nuno Barata (*IL*), participaram respetivamente os Srs. Deputados: José Pacheco (*CH*), Luís Leal (*PS*), António Lima (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Margato (*PPM*), João Vasco Costa (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Relativamente à **Declaração Política** do Deputado Pedro Neves (*PAN*), intervieram os Srs. Deputados: José Pacheco (*CH*), Paulo Simões (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), António Lima (*BE*) e o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação e discussão do ponto 3 da Agenda: **- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”** (*CH*). No decorrer do debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Vasco Cordeiro (*PS*), José Pacheco (*CH*), Luís Soares (*PSD*), Francisco Lima (*CH*), Paulo Margato (*PPM*), José Sousa (*CH*), António Lima (*BE*), Paulo

Gomes (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), José Leal (*PSD*) e o Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*).

Seguiu-se na Agenda, para o ponto **4 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os decretos-leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques” (PS, PAN)**, apresentado pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*) e pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*).

Feita a apresentação do Projeto, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Francisco Gaspar (*PSD*), submeteu um requerimento de baixa do documento à comissão aprovado pela maioria.

Por fim, foi apresentado e discutido o ponto **5 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel” (CH)**. Feita a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Joana Pombo Tavares (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Margato (*PPM*), Ruben Cabral (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Sabrina Furtado (*PSD*), o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Pinho*), Mário Tomé (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*) e o Deputado Nuno Barata (*IL*), No decorrer do debate, pediram a palavra para um protesto e contraprotesto o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) e o Deputado António Lima (*BE*).

Feita a votação final global, o ponto foi aprovado pela maioria, seguido de declarações de voto dos/as Srs./as Deputados/as: Olivéria Santos (*CH*), Joana

Pombo Tavares (*PS*), António Lima (*BE*) e, por fim, o Deputado Ruben Cabral (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Muito bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sras. Secretárias.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Cecília Maria Soares Estácio

Délia Maria Melo

Flávio da Silva Soares

Francisco Manuel Raposo Gaspar

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Cabral

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Edite Souto Freitas **Preto**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira Leal

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila de Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

CDS - Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Faim Margato

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos.**

Já deram entrada de vários votos na Mesa.

Como me comprometi ontem de fazer o levantamento relativamente às declarações dos votos. Confirmo que efetivamente não é habitual e, portanto, as declarações de voto são possíveis por escrito.

Inclusivamente, nesta legislatura já alguém pediu para fazer uma declaração de voto e eu recusei com base nessa praxe e, portanto, peço desculpa à Câmara por me ter enganado ontem nesse sentido.

Eu vou referenciar os tempos, porque é uma coisa que também tenho feito pouco e tem de ficar registado nos diários, e, portanto, para esta manhã, os tempos definidos são os seguintes:

O Governo dispõe de 20 minutos, o Grupo Parlamentar do PSD e do PS dispõem em cada 40 minutos, o Grupo Parlamentar do CHEGA dispõe de 18 minutos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP dispõe de 12 minutos e as Representações Parlamentares do PPM, do BE, da IL e do PAN dispõem cada 10 minutos.

O primeiro voto é um voto conjunto apresentado pelos deputados eleitos pela ilha das Flores do PSD e do PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Dora Valadão para apresentar um voto de congratulação ao empreendimento Aldeia da Cuada – Turismo Rural pelo 25º aniversário da sua criação.

Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Dora Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao empreendimento Aldeia da Cuada – Turismo Rural pelo 25º aniversário da sua criação

A Aldeia da Cuada, faz parte da freguesia da Fajã Grande, situada no concelho das Lajes das Flores, o mais ocidental da Europa.

A Aldeia da Cuada celebrou em outubro de 2024, um marco especial: os seus 25 anos como projeto de turismo rural, um projeto familiar que, desde o início, se desenvolveu de forma harmoniosa com a natureza, preservando o património e a autenticidade de uma aldeia centenária.

A história da Aldeia da Cuada começou muito antes de se tornar o destino de eleição de hoje. Com registos que remontam há mais de 300 anos, o documento mais antigo encontrado refere-se a um casamento em 1705. No início do século XIX, 122 pessoas viviam na aldeia, distribuídas por 20 casas, sendo a agricultura e a tecelagem as principais fontes de sustento. Contudo, nos anos 60, o sonho do Novo Mundo levou à emigração de muitos habitantes, deixando a aldeia ao abandono.

Foi apenas em meados dos anos 80 que o sonho de revitalizar a Aldeia da Cuada começou a ganhar forma, através de um esforço familiar dedicado a devolver a vida à aldeia, respeitando sempre o seu espírito original. Este trabalho árduo modificou sonhos, quando a aldeia abriu as suas portas ao turismo, transformando-se num dos primeiros projetos de turismo rural nos Açores. Desde então, ao longo destes 25 anos, a Aldeia da Cuada tem crescido de forma sustentável, mantendo sempre o equilíbrio entre a preservação do seu passado e a adaptação às exigências do turismo contemporâneo.

Com o passar dos anos, a Aldeia da Cuada tornou-se sinónimo de tranquilidade, natureza e autenticidade. A oferta foi crescendo, de uma pequena aldeia recuperada para um refúgio turístico com 17 casas, distribuídas entre tipologias T1, T2, T4 e T6, com capacidade para acolher até 64 pessoas. Cada casa foi cuidadosamente restaurada para preservar a sua estrutura original, mas com o conforto necessário para receber hóspedes de todo o mundo, mantendo sempre um contacto profundo com a natureza envolvente.

Ao longo deste quarto de século, a Aldeia da Cuada não só acolheu visitantes de mais de 60 nacionalidades, como também se destacou por uma série de prémios e distinções. Desde o Prémio AHRESP, na categoria de Sustentabilidade Ambiental em 2018, até ao reconhecimento como um dos hotéis mais românticos do mundo pela revista *Travel and Leisure* em 2006, a aldeia foi constantemente elogiada pela sua autenticidade, respeito pela natureza e experiência única que proporciona aos seus visitantes.

A Aldeia também conquistou reconhecimento em competições nacionais de prestígio, como o Prémio Nacional de Turismo em 2019, onde venceu na categoria de Alojamento, e a distinção na 4.^a edição do Prémio Cinco Estrelas Regiões, que a destacou como uma atração turística de referência nos Açores e na Madeira.

Em 2022/2023, a Aldeia da Cuada foi premiada pela *Luxary Travel Guide Global Awards* como Retiro Rural do Ano, um título que reforça o seu estatuto de refúgio único e de excelência no panorama turístico internacional, sendo o último Prémio Internacional, *World Luxury Travel Awards*, na categoria Destino Turístico 2023.

Hoje, a Aldeia da Cuada continua a ser um exemplo de como o turismo pode conviver em equilíbrio com o património e o meio ambiente, atraindo visitantes de todo o mundo que procuram uma ligação mais profunda com a terra e a história que aqui se respira. O futuro promete ainda mais, com novos desafios e

reconhecimentos a caminho, continuando o legado que começou há mais de dois séculos e foi revitalizado com o espírito visionário, empreendedor e pioneiro do casal, Teotónia e Carlos Silva, e continuado agora com a gestão da filha Carlota e do genro Sílvio.

Foi um projeto de um casal que sonhando, almejou reabilitar uma aldeia abandonada e que a transformou num lugar de sucesso e num grande cartão de visita para a nossa ilha e para os Açores.

A aldeia da Cuada é um lugar idílico, onde os clientes procuram a paz e tranquilidade oferecidas pelo verde das paisagens, das cascatas e a grande hospitalidade de todos os que colaboram neste empreendimento, como sendo um lugar de eleição para quaisquer férias, colocando a nossa ilha no topo das preferências turísticas de muitos dos nossos visitantes.

Este é um exemplo a seguir por quem aprecia a natureza, valorizando o que é muito nosso e que se pretende que continue a ser preservado em prol das gerações vindouras.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados subscritores propõem á Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação ao empreendimento Aldeia da Cuada - Turismo Rural pelo 25º aniversário da sua criação.

Mais se propõem que deste voto seja dado conhecimento aos proprietários e à gerência da Aldeia da Cuada – Turismo Rural, bem como às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e das Lajes das Flores, ao Conselho de ilha das Flores e à Direção da Casas Açorianas – Associação de Turismo em Espaço Rural.

Disse.

Horta, sala das sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA com naturalidade associa-se a este voto, relembrando que apresentamos um voto de igual teor no passado mês de outubro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

O Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este merecido voto porque é o reconhecimento do trabalho, da iniciativa privada e este aldeamento é um exemplo daquilo que deve ser feito nos Açores.

Recuperar o nosso património, dar-lhe utilidade, dar-lhe uso, e, a prova do sucesso deste empreendimento turístico é o comprovativo de que, nos Açores, temos qualidade.

Deputado Carlos Silva (PS): E temos glifosato também.

O Orador: Temos qualidade ambiental, temos qualidade arquitetónica e, portanto, se somos procurados. E este empreendimento turístico com sucesso que tem tido, significa isso que é uma boa aposta e é um exemplo do que deve ser feito no turismo dos Açores.

Mais do que grandes hotéis, é este tipo de investimento que nós necessitamos para diversificar e afirmar os Açores num panorama turístico mundial.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Será que existe glifosato na Aldeia da Cuada?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Margato faça favor, tem a palavra.

(*) **Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se a este voto recordando que é um partido de teor ecológico e que a aldeia da Cuada é um grande exemplo nesta matéria.

É um grande exemplo na qualidade do turismo que se quer para os Açores e, de facto, marca o nosso cartaz turístico.

Por isso, dizemos que é um voto mais do que merecido.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(Pausa)

Não existindo mais intervenções, vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação: pelos 100 anos da Associação Futebol de Ponta Delgada, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado José leal.

José Leal (PSD): Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos 100 anos da Associação de Futebol de Ponta Delgada

Portanto, no passado dia 4 de novembro, a Associação de Futebol Ponta Delgada assinalou o seu centésimo aniversário com um jantar comemorativo, contando com a presença de entidades institucionais e de dirigentes desportivos, que serviu, também, para proceder à entrega de placas e diplomas decorrentes do processo de certificação a mais de 30 clubes, por entidades formadoras da Federação Portuguesa de Futebol, relativos às últimas duas épocas desportivas. Com esta iniciativa, a Associação de Futebol de Ponta Delgada celebrou a data de aprovação dos seus primeiros estatutos, de 4 de novembro de 1924, sendo que a mesma era já filiada, desde 2 de janeiro de 1924, na União Portuguesa de *Foot-Ball*, e desde 1922, que se desenvolviam atividades de modo a impulsionar o surgimento de uma entidade representativa do futebol na ilha.

Ao longo de um século, a Associação de futebol de Ponta Delgada confrontou-se com os vários constrangimentos por que passou o desenvolvimento e a consolidação do futebol nos Açores como uma modalidade de paixão de adeptos e de massas.

É deste modo que, com a passagem de tão importante data na vida da Associação, pretende o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores, através, da apresentação deste Voto de Congratulação, prestar a devida homenagem a todos os que, nos últimos 100 anos, tudo deram em prol do desenvolvimento do Futebol e, mais tarde, do Futsal, na nossa Região, em geral, e em Ponta Delgada, em particular.

Assim, em cumprimento das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional apresenta o Voto de Congratulação à Associação de Futebol de Ponta Delgada pela comemoração do seu centésimo aniversário.

Da aprovação do presente voto deve dar-se conhecimento ao atual Presidente, Robert da Câmara e Corpos Sociais da Associação e, através destes, a todos os

clubes filiados e seus dirigentes, Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada e à Direção Regional do Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Russel Sousa faça favor.

(*) **Russel Sousa (PS):** Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com naturalidade que o Partido Socialista se associa a este voto apresentado aos 100 anos da Associação de Futebol de Ponta Delgada, uma associação com imensos clubes quer em São Miguel, quer em Santa Maria e com alguns dados interessantes, desde já, uma equipa da Associação no Campeonato de Portugal, três equipas no Campeonato dos Açores e a nível do Futebol Profissional, neste caso sénior, em São Miguel, temos 11 equipas, o que já não tínhamos há muito tempo na ilha de São Miguel.

Quando falamos também de Futsal, também faz parte da Associação de futebol de Ponta Delgada, temos na Segunda Divisão Nacional, o Clube Desportivo Casa do Povo Livramento e a nível do Campeonato de Seniores de São Miguel, temos 11 clubes de Futsal, o que também diz-nos muito sobre como é que a Associação tem trabalhado o desporto, principalmente o Futsal e o Futebol.

E, por fim, também gostava de realçar o trabalho grande que esta Associação tem feito no Futebol Feminino e no Futsal Feminino, com cada vez mais participantes femininas a praticar Futebol e Futsal, sendo que, em São Miguel,

existe um campeonato feminino de futsal com a equipa do Nordeste, da Universidade e do Santa Clara, que manifestou também o interesse da Associação com todo o desporto e com igualdade de géneros no desporto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto ao Arrifes kickboxing Clube e aos atletas Gonçalo Silva e Gonçalo Ferreira é apresentado pelo CHEGA.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Arrifes kickboxing Clube e aos seus atletas Gonçalo Silva e Gonçalo Ferreira

O Arrifes Kickboxing Clube, juntamente com os seus atletas Gonçalves Silva e Gonçalo Ferreira, estiveram em destaque no Campeonato do Mundo da ISKA, que se realizou entre os dias 23 e 27 de outubro deste ano em, Viena, Áustria. Uma vez mais, o Arrifes Kickboxing Clube conseguiu uma prestação brilhante, tendo os seus atletas subido ao pódio. Gonçalo Silva, conseguiu alcançar a medalha de prata, e Gonçalo Ferreira, conseguiu alcançar a medalha de bronze.

Feitos que refletem o árduo trabalho, disciplina e paixão dedicados à modalidade.

Os dois atletas defrontaram competidores de países como a Irlanda, Malta, França, País de Gales, demonstrando, em todas as eliminatórias, a excelência do desporto açoriano.

Para que os atletas possam brilhar o Arrifes Kickboxing Clube tem sido fundamental. Ao longo dos anos, tem formado atletas de alto nível e promovido o desenvolvimento do desporto da nossa região, elevando o nome dos Açores a patamares de destaque internacional.

O Arrifes Kickboxing clube (AKC) nasceu da visão do atleta Nilton Silva, que fez história e transformou o que outrora era um sonho pessoal num legado coletivo. Desde a sua fundação, a 17 de julho de 2008, quando Nilton Silva, Antero Silva e Carlos Medeiros formalizaram o clube, o AKC tem sido um pilar do desenvolvimento do kickboxing nos Açores e em Portugal.

Força, Coragem, Respeito é o lema que reflete os seus princípios e atualmente o Arrifes Kickboxing Clube é uma referência regional e nacional, reconhecido pelo seu palmarés invejável e pelo impacto transformador na vida dos seus atletas e na comunidade desportiva.

Por tudo isso, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Arrifes Kickboxing Club que deverá ser dado conhecimento ao próprio Clube, aos atletas medalhados, à Direção Regional do Desporto, à Junta de Freguesia dos Arrifes e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Leal.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo CHEGA em relação ao Arrifes Kickboxing Clube.

O Arrifes Kickboxing realmente tem sido um estaleiro, tem sido um livro de atletas conceituados.

Eu só queria lembrar que não só nesse Campeonato Mundial da Áustria conseguiram, um ser vice-campeão e outro terceiro lugar na modalidade de mais de 65 e menos 65 kg, como inclusive na Turquia, já tinham sido campeão dos mundiais.

É preciso lembrar que estamos a falar de um clube com campeões mundiais. E falo assim também porque conheço os dois atletas em causa por que residem na minha freguesia, apesar de praticarem nos Arrifes. E, portanto, são jovens com grande mérito, são exemplares nesse sentido e num mundo conturbado que nós vivemos, com problemas sociais em relação à juventude, ter jovens que sejam referência de meritocracia e de práticas saudáveis e desportivas, é sempre importante de se ressaltar, e neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD não podia deixar de se associar ao voto aqui apresentado para o Partido do CHEGA.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não existindo, vamos passar à votação: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD à Vila de Santa Cruz da Graciosa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos.

Adolfo Vasconcelos (PSD): Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À Santa Cruz da Graciosa, eleita uma das melhores vilas turísticas – Best Tourism Villages 2024

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores expressa o seu mais profundo orgulho e satisfação pela distinção do *Best Tourism Village* atribuído a Santa Cruz da Graciosa, no dia 15 de novembro, na 27.^a sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial de Turismo, na Colômbia.

O *Best Tourism Village* é uma iniciativa da OMT que reconhece as vilas rurais que se destacam na preservação de culturas e tradições, celebração da diversidade, promoção de oportunidades e proteção da biodiversidade.

Este selo distingue os melhores destinos rurais a nível mundial, promovendo o papel transformador do Turismo através de estratégias de sustentabilidade alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Trata-se de um reconhecimento merecido do esforço contínuo e dedicação de todos os graciosenses na promoção e preservação das belezas naturais, culturais e históricas da ilha Graciosa.

O concelho de Santa Cruz da Graciosa, com as suas paisagens deslumbrantes, tradições únicas e hospitalidade calorosa, tem-se afirmado como um destino turístico de excelência.

Este prémio não só destaca Santa Cruz da Graciosa no cenário internacional, mas também reforça a importância do Turismo sustentável para o desenvolvimento económico e social da ilha e do arquipélago dos Açores.

É de extrema importância destacar o papel fundamental das coletividades que mantêm vivas as tradições e a identidade cultural, que tanto contribuem para esta conquista.

As associações locais mantêm vivas as tradições e fortalecem no sentido de comunidade, tornando a Graciosa num lugar especial e acolhedor para todos os visitantes.

A identidade da ilha reflete-se na música, na dança, na gastronomia e nas festividades, constituem um pilar essencial para o para este reconhecimento.

Com cerca de 4000 habitantes, a Graciosa soma 48 coletividades ativas que são a “alma” da ilha e que mantêm vivas as nossas tradições.

É com grande orgulho que realçamos também o facto de a Graciosa ser Reserva da Biosfera, um título que sublinha o compromisso com a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

A Graciosa revela-se também um exemplo no que concerne a energias renováveis, demonstrando liderança e inovação na utilização de fontes de energia limpa e sustentável.

A aposta do Governo Regional dos Açores na fixação de investimentos externos como é o caso da empresa “Gracióllica”, bem como a atribuição de termoacumuladores e carregadores elétricos tem sido crucial na promoção de práticas energéticas mais eficientes e amigas do ambiente.

Este apoio tem permitido à Graciosa avançar no caminho da sustentabilidade, tornando-se um modelo a seguir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agradecemos a todos os que contribuíram para esta conquista, desde os nossos habitantes, que com o seu trabalho diário mantêm viva a

essência da Graciosa, até aos visitantes que escolhem a nossa terra para explorar. Enaltecemos o trabalho desenvolvido pelo Município de Santa Cruz da Graciosa, aos seus colaboradores, os técnicos da Direção Regional do Turismo da Ilha Graciosa, que elaboraram o processo de candidatura.

Este reconhecimento é um incentivo para continuarmos a valorizar e a proteger o nosso património, garantindo que o concelho de Santa Cruz da Graciosa permanece um exemplo de turismo sustentável e de qualidade que deixa todos os graciosenses orgulhosos.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe assim à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Município de Santa Cruz da Graciosa pelo reconhecimento da Vila de Santa Cruz da Graciosa, como das melhores vilas de turísticas de 2024.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Santa Cruz, Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Direção Regional do Turismo e Posto de Informação Turística da Ilha Graciosa.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Deputado João Bruto da Costa e Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Creio não existirem.

Sr. Deputado Paulo Margato faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM, a sua representação, associa-se a este voto, considerando que, e atendendo que, de facto, a Graciosa nos últimos quatro ou cinco anos terá dado um salto qualitativo...

Deputado José Ávila (PS): O senhor está enganado. Foi há mais anos!

O Orador: ... mesmo em termos de sustentabilidade ecológica.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação pelo 50.º aniversário do Futebol Clube dos Flamengos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Voto de Congratulação

Pelo 50º Aniversário do Futebol Clube dos Flamengos

O futebol clube dos Flamengos comemorou no passado dia 1 de dezembro de 2024, suas Bodas de Ouro.

Fundado em 1974, com origem no antigo Desportivo dos Flamengos e depois no Centro de Recreio Popular dos Flamengos, tem atualmente uma única modalidade que é o futebol. Mais recentemente, o clube tem apostado no futebol feminino, iniciando este projeto com a equipa sénior, à qual se juntou no ano transato uma equipa de formação.

Nas últimas décadas o clube candidatou-se ao processo de certificação pelo terceiro ano consecutivo obteve, assim, a certificação da “Entidade Formadora

de 3 estrelas”, tendo sido o primeiro Clube de Futebol do Faial a obter esta certificação.

O Futebol Clube do Flamengo foi criado com o objetivo de proporcionar aos jovens da freguesia um espaço para a prática de futebol, tendo na última década e meia construído um percurso assinalável, com muitas conquistas ao nível associativo e quatro títulos regionais na formação, três deles na já extinta modalidade de futsal.

O crescimento tem sido evidente, sendo hoje um clube de relevância no futebol regional.

Com a estrutura sólida e dinâmica, o Futebol Clube dos Flamengos foi por diversas vezes campeão regional nos escalões de formação, tendo neste momento 230 atletas federados e o reconhecimento da Federação Portuguesa de Futebol.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicita calorosamente o Futebol Clube dos Flamengos, os seus dirigentes, atletas, técnicos, sócios e toda a comunidade, que ao longo destes 50 anos, contribuíram para o sucesso e afirmação deste clube. Que os próximos anos continuem a ser de conquistas e de promoção do desporto na nossa Região. Do presente voto deve ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais do Futebol Clube dos Flamengos, à Associação de Futebol da Horta, ao Governo Regional dos Açores e à Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado pela apresentação do voto em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não há inscrições, vamos passar à votação:

as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado unanimidade.

Presidente: Passemos a um voto de congratulação também pelos 50 anos, desta vez de uma Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Santo do Raminho.

É apresentado pelo Sr. Deputado Luís Soares.

Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos da Sociedade do Divino Espírito Santo do Raminho

A Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho acaba de assinalar os seus 50 anos ao serviço da comunidade, com o lançamento da primeira pedra da sua construção a 11 de novembro de 1974.

A estrutura nasceu por força do voluntariado, liderado por 12 raminhenses, empenhados numa causa comum, nomeadamente Anívio Borges Correia, António Vieira, Lourenço, Dimas Simas Simões, João Batista da Costa Cardoso, João do Álamo da Rocha, Joaquim Luís Xavier, José Vieira Cardoso, Luís Cardoso Simões, Norival Gil de Sousa, Firmino Toledo Ornelas, Lúcio Meneses Vitorino e João Antimo Ormonde Gil.

O arranque da obra contou com o apoio financeiro de emigrantes do Raminho na diáspora, designadamente dos Estados Unidos da América e Canadá, que tornaram possível o projeto que se mantém vivo até hoje.

Desde então, a Sociedade Recreativa do Raminho constituiu um espaço multifacetado que serve a sua população, com maior dinâmica no Carnaval, entre outros eventos culturais.

Recentemente, o edifício onde se encontra instalado a Sociedade Recreativa do Raminho foi alvo de obras de requalificação, contando com o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, da diáspora, população e do prestimoso voluntariado de Francisco Henrique Sousa Vieira, José Joaquim Ormonde, Nélio Barcelos, Jorge Soares e José Cota.

Ponto de encontro dos raminhenses e das suas várias gerações, a Sociedade Recreativa do Raminho serve ainda de palco para o grupo de teatro amador “Pé de Milho”, que muito tem contribuído para diversas iniciativas culturais, de que se eleva o relevante papel de José Henrique Álamo de Oliveira.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos 50 anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Direção da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia do Raminho, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra de Heroísmo e à Direção Regional da Cultura.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado José Toste, faça favor.

(*) Deputado José Toste (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação agora apresentado pelos 50 anos da Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho, que no fundo, assinalam meio século desta instituição, que é um pilar fundamental da freguesia.

Esta foi uma Sociedade criada por um conjunto de homens que entendeu que o facto de morarem numa das freguesias mais isoladas da ilha Terceira não deveria ser o motivo para que a oferta cultural naquela freguesia fosse menor e, portanto, investiram e fruto do seu trabalho e fruto do seu empenho, foi criada esta Sociedade. E esta Sociedade ao longo de 50 anos, sendo um pilar da freguesia, é também o seu local de encontro no dia-a-dia. É o bar desta sociedade, um dos poucos cafés desta freguesia e este bar é o sustento desta sociedade. Ao longo dos últimos 12 meses, a realidade desta freguesia é por todos conhecida e isto também teve um reflexo na atividade da Sociedade e, portanto, que este voto também seja um apelo ao retomar da normalidade naquela freguesia, de modo que as suas instituições continuem fortes e a fortalecer aquela que é uma das comunidades mais isoladas da ilha terceira.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto à Sociedade Recreativa do Divino Espírito Santo do Raminho. 50 anos é um marco histórico.

Esta Sociedade representa um ponto de encontro diário e representa também um polo de cultura naquela freguesia e naquela zona da ilha Terceira e, portanto, felicitamos a atual direção obviamente, os corpos sociais, mas também todos aqueles que ao longo destes 50 anos contribuíram para que esta instituição se mantivesse viva e fosse criada há 50 anos atrás e, portanto, é merecida esta congratulação e este reconhecimento público.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não existirem mais intervenções. Vamos passar à votação deste voto de congratulação: as Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso, em nome do Grupo Parlamentar do CHEGA para apresentar um voto aos jovens açorianos que conquistaram Medalhas de Excelência no Campeonato Nacional - SkillsPortugal.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos jovens açorianos que conquistaram Medalhas de Excelência no Campeonato Nacional – SkillsPortugal

Decorreu entre 12 e 16 de novembro, no Europarque – Santa Maria da Feira, o 46º Campeonato Nacional das Profissões Skills Portugal Norte 2024.

Os jovens açorianos, formandos das várias Escolas Profissionais dos Açores, marcaram presença naquela que é a mostra dos jovens mais qualificados no ensino profissional, em várias atividades.

Dos Açores foram 20 jovens, formandos de cinco Escolas Profissionais, que se destacaram no pódio e que receberam, no total, 16 medalhas. Destas, sete foram de ouro, cinco foram de prata e três de bronze. Foi ainda atribuída a medalha de melhor formando da Região, para além de duas distinções de excelência.

Sob o tema “onde há competência, há um Norte”, os formandos açorianos mostraram que também nos Açores há competência, e saíram do 46º Campeonato Nacional das Profissões SkillsPortugal Norte 2024 com medalhas ao peito.

Este feito é, sem dúvida, o reflexo da dedicação e compromisso de tantos dos jovens formandos como das suas escolas de formação, que representaram os Açores em áreas técnicas e profissionais de elevada exigência, confirmando a excelência da formação ministrada pelas Escolas Profissionais açorianas, nomeadamente: EPROSEC – Escola Profissional de São Miguel; MEP – Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada; EPPV – Escola Profissional da Praia da Vitória; ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; CQA – Centro de Qualificação dos Açores.

Além das medalhas de ouro, prata e bronze, foram ainda distinguidos em termos de excelência: Samuel Gata do Centro de Qualificação dos Açores, em eletricidade e instalações, e Rafael Raposo da Escola de Novas Tecnologias dos Açores, em *cloud computing*.

A medalha para Melhor da Região foi atribuída ao jovem formando Nelson Ponte, da Escola Profissional de São Miguel, em *web technologies*.

Assim, o CHEGA/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a

aprovação de um voto de congratulação aos jovens açorianos que conquistaram Medalhas de Excelência no Campeonato Nacional – SkillsPortugal, o qual deve dar conhecimento aos formandos medalhados, às respetivas Escolas Profissionais e à Direção Regional da Qualificação Profissional e Emprego.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Flávio Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Pacheco (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista naturalmente que gostava de associar-se a este voto de congratulação, enaltecendo o trabalho destes 20 jovens e dos prémios que conseguiram atingir. Também agradecer o trabalho desenvolvido nas escolas envolvidas, bem como os seus formadores. Ao longo dos anos, as Escolas Profissionais, têm feito um trabalho meritório e tendo conseguido resultados muito positivos em todos os Campeonatos Nacionais das Profissões.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também gostava de agradecer e enaltecer todo o trabalho desenvolvido em todas as Escolas Profissionais da Região, valorizando assim, o papel essencial que têm na nossa comunidade, quer a nível social, quer a nível educativo.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação que é o reflexo do real empenho e da dedicação destes formandos em especial, mas também de todos os formandos do nosso Ensino Profissional.

São 16 medalhas que vêm efetivamente confirmar também aquilo que tem sido o esforço das nossas Escolas Profissionais, e também, vem confirmar a definição de uma estratégia de resultados positivos que foi delineado para este Governo Regional.

Além do mais, queria também salientar e como prova disto também, no seguimento daquilo que tem sido realizado pelo Ensino Profissional na Região em parceria, obviamente, com o Governo Regional dos Açores, que na passada semana a Escola de Formação Turística dos Açores e Anfiteatro, foi também vencedora no Jovem Talento Gastronomia 2024. Foram três formandos: André Ferreira, Carolina Gaspar e André Pacheco que conquistaram o primeiro lugar. E, portanto, para terminar, dizer que este é o reflexo, obviamente, de um trabalho árduo que as Escolas Profissionais têm realizado e também um grande exemplo do esforço que o Governo Regional tem desenvolvido para atribuir as Escolas Profissionais de mais meios e melhores condições para, efetivamente, atribuir esta formação.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não existirem mais intervenções.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra agora o Sr. Deputado Luís Raposo para a apresentação de um voto em nome do Grupo Parlamentar do PSD pelos 150 anos da Filarmónica Voz do Progresso.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelos 150 anos da Filarmónica Voz do Progresso

A Banda Filarmónica Voz do Progresso, sediada na freguesia da Conceição da Ribeira Grande, assinalou no passado dia 24 de novembro, a passagem dos seus 150 anos, sendo uma das mais antigas e prestigiadas instituições culturais do Concelho e da Região.

Fundada em 24 de novembro de 1874, com raízes de influências políticas do Partido Progressista, tal como indica o seu nome, a Voz do Progresso rapidamente atingiu grande notoriedade, sendo reconhecida pela sua excelência musical e pelo talento dos seus músicos.

Ainda nesse período inicial da sua existência, a Filarmónica Voz do Progresso foi convidada para participar em momentos importantes, da então Vila da Ribeira Grande, tais como a inauguração de iluminação pública da Vila e as comemorações do tricentenário de Camões.

No entanto, pouco tempo depois, a Banda suspendeu a sua atividade devido a várias situações de discórdia e dissidência do seio dos seus executantes e dirigentes, tendo retomado o funcionamento no final do século XIX.

No início da década de 80, séc. XX, a Voz do Progresso volta a fechar portas e assim permaneceu durante os 30 anos seguintes.

Só a 4 de dezembro de 2011 voltou a fazer-se ouvir, graças ao empenho de diversos sócios e músicos, que promoveram a retoma da sua atividade musical, começando por uma escola de música.

Ao longo dos anos, apesar das interrupções no seu funcionamento, a Filarmónica Voz do Progresso manteve-se fiel às suas raízes, ao mesmo tempo

que evoluía e se adaptava aos novos tempos, procurando sempre o melhor compromisso entre a qualidade e a inovação, com o objetivo de proporcionar a música, a formação musical de alta qualidade, contribuente significativamente para o enriquecimento cultural da Cidade e do Concelho da Ribeira Grande.

Atingir um marco tão significativo como este testemunho, do esforço, dedicação e paixão de todos aqueles que, ao longo dos últimos 150 anos, contribuíram para o sucesso e longevidade da Filarmónica Voz do Progresso.

Músicos, maestros, dirigentes e todos os membros da comunidade que apoiaram e apoiam a instituição merecem, por isso, o nosso mais sincero reconhecimento e gratidão.

Que este aniversário seja uma celebração do passado glorioso e um incentivo para continuar a trilhar um caminho de sucesso e relevância cultural.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do voto de congratulação à Filarmónica Voz do Progresso, pelos seus 150 anos de existência, expressando as mais calorosas felicitações a todos aqueles que fazem parte desta distinta história musical.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à direção da Filarmónica Voz do Progresso, à Junta e Assembleia de Freguesia da Conceição, à Câmara Municipal e respetiva Assembleia Municipal do Concelho da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Edite Preto faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Edite Preto (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto a este voto pelos 150 anos da Filarmónica Voz do Progresso.

Aproveitamos a ocasião para destacar a importância das filarmónicas na nossa Região como marcos da nossa cultura e da nossa identidade enquanto açorianos. Dizer também que, ao longo do tempo, as filarmónicas nos Açores foram também escolas de vida, permitindo a transmissão de valores, permitindo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a par das competências musicais. Por esse motivo, destacamos e enaltecemos o esforço, o empenho e a resiliência de todos quantos fazem parte destas instituições. Hoje, em particular pela passagem dos 150 anos da Filarmónica Voz do Progresso.

Muito obrigada.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação pela conquista de vários prémios de queijos açorianos. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelas Conquistas dos Queijos Açorianos na 36ª Edição dos World Cheese Awards

Os *World Cheese Awards* são a maior e mais prestigiada competição de queijos do mundo, reunindo anualmente os melhores produtores de queijo de todos os

continentes. Pela primeira vez, no passado mês de novembro, foi realizado em Portugal, no pavilhão multiusos da cidade de Viseu.

Com um número recorde de participantes, com mais de 4.500 queijos inscritos provenientes de 47 países, a Marca Açores marcou presença nesta competição, representando 22 empresas aderentes e 107 referências certificadas com o selo da Marca Açores, reflexo da importância da produção regional no panorama nacional, que teve a maior presença de sempre de produtores portugueses em competição, com 182 queijos a concurso.

Deste modo, considerando a magnitude internacional desta competição de queijos, conhecidas pelos “Óscares do queijo”, os produtores açorianos demonstraram a sua qualidade superior e destacaram-se entre os premiados.

O Queijo São Jorge 7 meses, da “Uniqueijo”, foi distinguido com a medalha de Bronze, com o reconhecimento da excelência do produto, feito em leite cru da ilha de São Jorge, respeitando os mais rigorosos padrões de Denominação de Origem Protegida, que apresenta uma cura dura e semidura, textura firme e aroma intenso.

Este Queijo já tinha sido premiado com Ouro no Concurso Nacional de Queijos e com a Estrela no *Great Taste Awards*, pelo que a conquista desta medalha de Bronze nesta competição Internacional consolida o Queijo São Jorge como um dos maiores embaixadores da qualidade açoriana dos produtos lácteos, no Programa Nacional e Internacional.

No mesmo certame, foram distinguidos com medalha de Bronze o Queijo São Miguel 9 meses, assim como o Queijo Ilha dos Mistérios, foi laureado com medalha de Prata. Também foram premiados os queijos Milhafre da Graciosa, com medalha de Prata no queijo dos 18 meses de cura, e com um Bronze nos queijos de 12 e 9 meses de cura.

Estes resultados são consequência de um trabalho árduo e diário dos produtores, cooperativas e indústrias. São o exemplo da qualidade do bem-fazer açoriano.

Refletem a riqueza e a identidade do produto açoriano, com respeito pelos mais rigorosos critérios de controlo alimentar e a simbiose entre as técnicas modernas e a produção artesanal e tradicional, que permitem preservar estes produtos lácteos com excelência comprovada.

Assim, nos termos estatais regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunido em sessão plenário do mês de dezembro, a aprovação de um voto de congratulação pela conquista dos queijos açorianos na 36.^a edição dos *World Cheese Awards*.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à LactAçores – União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, à Federação Agrícola dos Açores, à União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da ilha de São Miguel, à União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da ilha de São Jorge, à Cooperativa Leite Montanha, à “Pronicol”, assim como os Concelhos de ilha do Pico, Graciosa, São Miguel e São Jorge.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

A Sra. Deputada Patrícia Miranda faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o Partido Socialista se associa a este voto de congratulação. Sem dúvida que temos verdadeiros “Óscares de Queijo” na nossa Região. São exemplo, Queijo São Jorge 7 meses, o Milhafre da Graciosa, o Ilha dos Mistérios e o São Miguel de 9 meses.

Estas distinções são motivo de orgulho para todos nós e uma demonstração clara da excelência dos nossos produtos regionais. E gostaria de aproveitar este

momento para reconhecer de forma especial o trabalho incansável dos nossos produtores de leite. Sem o seu esforço diário feito de madrugadas e resiliência, perante desafios constantes, simplesmente não haveria matéria-prima para criar os queijos que hoje são premiados.

Uma palavra também aos trabalhadores das fábricas de laticínios que transformam esse leite em produtos de verdadeira referência. São eles que, com indicação e saber-fazer, mantêm viva esta tradição que tanto valor acrescenta à nossa economia e à nossa identidade. Contudo, é impossível ignorar uma realidade preocupante, a produção de leite nos Açores enfrenta grandes dificuldades devido ao preço baixo pago ao produtor. Se queremos continuar a celebrar conquistas como estas e assegurar o futuro da nossa fileira de leite, é imprescindível garantir uma remuneração justa e digna para quem está na base desta cadeia de valores. Que este reconhecimento internacional nos inspire a continuar a defender e a valorizar a nossa produção local, promovendo uma verdadeira justiça económica para os nossos produtores de leite.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Jorge Paiva tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o CDS-PP associa-se ao voto, assim como ontem, também apresentou um voto de igual teor. Por isso, é sinal de que o Queijo São Jorge e a obra-prima é boa, e deve ser reconhecida.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um bom dia a todos.

Tal como disse ontem, nós temos que mimar o nosso queijo, é um produto de excelência, um dos nossos diamantes. Já agora aproveitava a ocasião para dizer, quando temos o diamante entre mãos, que já não é o caso de São Jorge, em algumas ilhas, é o produto mais mal pago aos produtores e isto é inaceitável. Nós não podemos continuar a ter um produto de excelência, mas quem o produz, quem o provoca, quem o cuida para podermos ter o leite de qualidade, é aquele que recebe menos dinheiro e isto tem que acabar.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação: as Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: E terminamos os votos de congratulação.

Temos também um voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Caetano de Sousa. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

Deputada Inês Sá (PS): Muito bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Pesar
Pelo Falecimento de Eduardo Caetano de Sousa

Eduardo Caetano de Sousa, nasceu em 23 de fevereiro de 1940, na freguesia dos Flamengos, na ilha do Faial, e faleceu no passado dia 3 de dezembro de 2024.

Figura maior da solidariedade e do serviço comunitário, Caetano de Sousa distinguiu-se sobretudo na área social tendo sido dirigente voluntário durante 40 anos, 35 dos quais como Provedor da Santa Casa da misericórdia da Horta.

O seu percurso foi marcado por uma dedicação inigualável, tendo desenvolvido a sua carreira profissional ao longo de quase quatro décadas, maioritariamente na Caixa Geral de Depósitos. Foi também empresário, desenvolvendo a sua atividade na área do retalho, enquanto armazenista e distribuidor na área da Higiene e Saúde.

Foi vice-presidente e presidente do Lar de São Francisco entre 1975 e 1980. Em 1979, assumiu a provedoria da Santa Casa da Misericórdia da Horta, com um desempenho de excelência até 2014. Posteriormente, presidiu à Assembleia Geral desta instituição entre 2018 e 2021. Pela sua inestimável contribuição, foi agraciado, em 2022, com o título de provedor honorário, no âmbito do 500º aniversário da Santa Casa.

Foi ainda cofundador da Cozinha Paroquial da freguesia das Angústias em 1965, cofundador da Rede Europeia Anti Pobreza em Portugal, membro da União das Misericórdias Portuguesas nos Açores, do Conselho Fiscal da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da União Regional das Misericórdias dos Açores.

No Rotary Clube da Horta desempenhou as mais variadas elevadas funções. Ingressou no Rotary em 1 de julho de 1988, tendo sido sucessivamente secretário, vice-presidente e presidente do Clube, assim como governador

assistente, entre outras funções. Foi Governador de 1860 do Rotary Internacional entre 2007 e 2018, sob o lema “Rotary Compartilha”, bem adaptado ao seu espírito generoso e solidário.

A política também fez parte do seu percurso de vida, tendo sido cofundador do PPD/PSD no faial e membro da Comissão Política Nacional, e também Vice-Presidente da Câmara Municipal da Horta.

A sua ambição e o seu reconhecido espírito de liderança, deixaram um enorme legado, à cidade da Horta, desde a remodelação e ampliação do Lar de São Francisco em 1989, a construção do Centro de Cuidados Geriátricos em 2001, e a fundação da Escola Profissional da Horta em 2004. Destaca-se ainda a remodelação e requalificação do Palacete de Sant’Ana em 2006, no qual se viria a instalar o já referido estabelecimento de ensino, devolvendo a este imóvel um novo propósito.

Eduardo Caetano de Sousa foi também o responsável pela implementação de várias valências da Santa Casa da Misericórdia da Horta, destacando-se o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Dia, o Centro de Atividades de Tempos Livres, o Lar Residencial, e o Centro de Cuidados Geriátricos, hoje Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

A sua visão social, o compromisso e enorme vontade de servir o próximo, fazem de Caetano de Sousa um exemplo inspirador de serviço à Comunidade. A sua memória perdurará nas muitas vidas que tocou e nos consideráveis projetos que idealizou.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, aos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Horta, do Rotary Clube da Horta, à Comissão Política da ilha de Faial do PSD e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2024.

Os Deputados Regionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com profundo pesar ao voto aqui trazido pela bancada do Partido Socialista e informa que amanhã, apresentará um voto de igual teor.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação deste voto de pesar: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim a apresentação e a votação dos votos que deram entrada na Mesa.

Vamos passar às Declarações Políticas. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, para efetuar a sua declaração política.

Deputado Nuno Barata (IL):

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que me traz hoje a esta Tribuna não é novo e foi já, inclusivamente, tratado neste Período Legislativo. O Subsídio Social de Mobilidade (SMM) foi instituído para mitigar os custos de viagens aéreas entre o continente português e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, beneficiando residentes e estudantes. Este subsídio visa promover a coesão territorial e facilitar a mobilidade dos cidadãos destas Regiões Autónomas.

“Nenhum Açoriano vai sair prejudicado”, disse o Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, aquando de uma audição na Comissão de Economia deste Parlamento, há uns meses.

Mas há uns meses que muitos açorianos já estão a ser altamente prejudicados, não só porque estão a pagar mais pelas passagens aéreas entre os Açores e o continente, com o teto máximo de 600 euros, como existem cada vez mais dúvidas sobre as interpretações da Portaria que regula esse mesmo Subsídio Social de Mobilidade.

O Sr. Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, mentiu aos Deputados deste Parlamento e, por isso, mentiu a todos os açorianos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Desculpa!?

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sim, os açorianos já estão a perder e a ser prejudicados e muito, com este novo modelo de Subsídio Social de Mobilidade.

Sim, eu sei, a Iniciativa Liberal, através de várias intervenções neste Plenário, avisou que era um risco mexer neste assunto. Todos queriam ficar na “mó de cima”, o CHEGA, o BE, o PSD e restante comandita são, por isso, também responsáveis...

Deputado António Lima (BE): Oh era o que faltava!

O Orador: ...por terem mexido num assunto que, apesar de tudo, estava a funcionar.

Deputado José Pacheco (CH): Isto é vergonhoso!

O Orador: Já se esperava que os centralistas de Lisboa não iriam melhorar nada e pelo contrário estão aí novas regras que apesar do abre aspas: “esperneio” do Governo Regional e dos protestos deste Parlamento, deixaram os açorianos bem pior do que antes.

A Sra. Secretária Regional dos Transportes, Turismo e Infraestruturas, Estudos e Autocarros Parados...

Deputado Flávio Soares (PSD): Que falta de respeito!

(Protestos dos Membros do Governo)

O Orador: ...diz-se, para lhe ligar aquando acontecerem essas coisas. Sra. Secretária, eu não fazia outra coisa senão atender telefonemas. Perante o caso dos imigrantes, cerca de 2500, que ficam de fora do Subsídio Social de Mobilidade, diz que vai pedir esclarecimentos à República, escamoteando, no entanto, que o PSD, mais o CDS-PP e o CHEGA, reprovaram um requerimento da Iniciativa Liberal para chamar à Comissão de Economia deste Parlamento, precisamente o Ministro das Infraestruturas, os CTT, a Inspeção Geral de Finanças e os Agentes de Viagens para que esse assunto pudesse ser esclarecido.

Não! O PSD, o CDS-PP e o CHEGA, não querem ver o assunto esclarecido...

(Protestos dos Deputados da bancada do CH)

O Orador: ...preferem a politiquice baixa de bloqueio que vinha de tempos já idos do “Mota Amaralismo”, preferem varrer para debaixo do tapete em lugar de ver esclarecido o assunto. Vêm, no entanto, agora apresentar uma Anteproposta de Lei para resolver a questão dos imigrantes, a qual apoiamos, como é óbvio, mas quanto a esclarecer o resto... nada, absolutamente nada!

Nada me espanta essa atitude do PSD, do CDS-PP e do PPM. Já do jovem CHEGA, chegada à política nacional há pouco tempo, esperava, de facto, outra atitude. Afinal, já não são pela transparência, já não são pela política séria, já não são pelo esclarecimento nem pela verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Nunca foram!

O Orador: No fundo, são iguais aos outros, mas com roupagem que cheira, a mais “mofo salazarento”.

Sim, os açorianos já estão a perder e a ser prejudicados e muito com este novo modelo do Subsídio Social de Mobilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, em todo este processo, é evidente que houve falta de rigor e transparência na análise e reformulação do Subsídio Social de Mobilidade.

Este processo revelou a negligência dos centralistas de Lisboa, que, apesar de serem da mesma cor política, ignoraram a Região Autónoma, o seu povo, os seus legítimos representantes e os seus órgãos de Governo próprio.

Porém, as respostas do Governo Regional a requerimentos de alguns partidos políticos representados nesta Assembleia, além de serem insuficientes, evidenciam uma atitude de encobrimento às manobras de Lisboa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Nem pensar!

O Orador: Aqui, neste Parlamento, a IL pediu ao Governo Regional que desse a conhecer o parecer que disse ter enviado à República aquando da publicação das alterações ao Subsídio Social de Mobilidade, mas não foram fornecidas evidências concretas sobre o parecer, apenas a opinião do Governo Regional, a mesma que saiu na comunicação social. O parecer, afinal, parece que não existe.

Assim, ficou claro que o Governo Regional também mentiu a este Parlamento, traindo a confiança dos cidadãos e a seriedade do debate político.

Este caso comprova com uma centralização de Lisboa, mesmo quando representada por atores da mesma cor política, falha em compreender e em atender as necessidades dos açorianos.

Ficou evidente que os interesses político-partidários se sobrepuseram à verdade e ao respeito por este Parlamento, com um Governo optando por encobrir informações, ao invés de esclarecer as devidas e dúvidas legítimas.

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é verdade Sr. Deputado.

O Orador: É urgente reformular práticas e atitudes, exigindo maior responsabilidade e uma política orientada para os açorianos, que já estão altamente prejudicados por um modelo que, ao invés de solucionar problemas, criou ainda mais entraves e burocracia.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a declaração política. Tem agora os Grupos Parlamentares e o Governo Regional o uso da palavra uma única vez até 5 minutos e as Representações Parlamentares até 3 minutos, encerrando a declaração política o declarante.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto a esta declaração política da IL, eu fico surpreso. Eu fico “menente”, como se diz na minha Terra.

Então começemos pelo início, não se mexe porque pode piorar. Isto nunca foi um princípio de vida para ninguém, para ninguém! Então fechemos o Parlamento dos Açores, porque senão vamos ter que mexer em coisas que até podem piorar, coisas que dependem da República, coisas que nunca foram melhoradas.

O Sr. Deputado Nuno Barata, velho amigo pelo qual tenho consideração pessoal, hoje deitou-se ao comprido no Parlamento dos Açores.

Caiu a máscara, então vem atacar o CHEGA, que com coragem e ousadia, trouxe aqui uma Anteproposta para que se acabasse imediatamente com isto,

perdoe-me Sr. Presidente, com esta palhaçada dos reembolsos. Nós queremos que os açorianos, como já há na tarifa Açores, venham cá os continentais aprender connosco, eles nunca souberam muita coisa, venham aprender. Aprender o quê? Pagamos 134 euros, no caso dos açorianos, os estudantes pagam 99 e o assunto está resolvido, não se fala mais nisso.

Eu lembro-me de grupos que foram formados, que depois viemos todos a descobrir que não existiam, mas isto pronto, são as mentiras do costume do socialismo, etcetera.

Depois diz aqui o Sr. Deputado que nós não quisemos ouvir o Ministro. Ó Sr. Deputado, tem razão, ele mentiu aos açorianos, com aqueles dentinhos todos. Então o senhor quer ouvir o mesmo mentiroso para dizer as mesmas mentiras, porquê? Não percebi, quer teimar?

Deputado Francisco Lima (CH): Novas mentiras.

O Orador: Novas mentiras, se calhar ele tem novas mentiras para nos presentear. Não compreendo, não compreendo

Sr. Deputado, a sua declaração política veio revelar, ciúmes? Não ter feito? Devia ter feito?

Vem revelar o quê? Não sei, olhe, dou o mérito ao BE que tentou e também trouxe o assunto, agora a IL, a única coisa que trouxe aqui foi: “não se mexe senão pode estragar!”. Senhor Deputado, na política, mexe-se em tudo, até no que se pode estragar! Tudo, absolutamente tudo! Porque eu não tenho medo dos centralistas de Lisboa, sejam de que Partido for, eu falo grosso com qualquer um deles!

Deputado Carlos Silva (PS): Menos com o André Ventura!

O Orador: Eu faço o meu trabalho! Se o senhor não consegue fazer o seu com o seu Partido a nível nacional, azar o seu!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem nenhuma inscrição.

(Pausa)

Sr. Deputado Luís Leal, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já aqui foi dito várias vezes e, reforço um pouco aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata disse, o Sr. Ministro das Infraestruturas do Governo da República mentiu descaradamente aos açorianos. Gerou a expectativa de que ninguém seria prejudicado e, neste momento, enquanto falamos, um açoriano que esteja a estudar no continente, – por exemplo, fiz uma mera simulação –, de vinda a 20 de dezembro, volta a 1 de janeiro, paga cerca de 777 euros e 99 cêntimos, 777 euros e 99 cêntimos!

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Isto significa, portanto, Sras. e Srs. Deputados, que de facto, os açorianos viajam acima dos 600 euros. Veio com pompa e circunstância o Presidente do PSD e Primeiro-Ministro de Portugal anunciar que, afinal, passava dos 134 para os 119 euros omitindo por completo o teto que Lisboa impõe a todos os açorianos. E é facto inegável, enquanto o Partido Socialista foi Governo da República...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Mas já não é!

O Orador: ...nenhum açoriano saiu prejudicado a querer viajar de e para os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima inscreveu-se. Faz favor Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não sendo esta a última vez que este assunto será debatido neste Plenário, não tenho qualquer problema em falar antes das bancadas do Governo e da Coligação.

Em primeiro lugar, para dizer que pelas mãos da direita, do PSD e do CDS-PP na República, se revela as verdadeiras intenções e o verdadeiro objetivo do atual modelo de transportes aéreos para os Açores.

Esse sempre foi o objetivo da direita, que criou este modelo. Tentaram iludir os açorianos com o Subsídio Social de Mobilidade durante alguns anos. Quando voltaram ao poder, foi cortar a direito!

Impuseram já um teto de 600 euros, cortaram o direito a muitos imigrantes ao acesso ao Subsídio Social de Mobilidade, e a direita, os mesmos agentes que lá estão a cortar aos açorianos, estão a dar cabo do que resta da SATA.

E o plano da direita sempre foi este: deixar os açorianos nas mãos do mercado sem SATA internacional e com Subsídio de Mobilidade de serviços mínimos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós fizemos esse plano quando o PS estava no Governo!

O Orador: ...em que os açorianos sim, estão a ser prejudicados e vão continuar a ser cada vez mais prejudicados, porque estas melhorias são os amanhães que se cantam. Prometidas em congressos, prometidas dia sim dia não pelo Governo Regional, Governo Regional esse da mesma cor, que é incapaz sequer de falar com o Ministro que interpreta a lei para dizer para interpretar de outra forma. Algo tão simples quanto isso e querem-nos fazer crer que os mesmos partidos, que não conseguem pegar no telefone e dizer ao Ministro para fazer cumprir a Constituição, vão convencer o seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República a ir contra a vontade do Ministro.

Quem é que querem enganar? Quem é que querem enganar? Se não conseguem convencer o vosso colega de partido a cumprir a Constituição, querem convencer todos os Deputados do PSD a irem contra a vontade do seu Ministro?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Olhe, por acaso não era a primeira vez.

O Orador: Este Governo Regional e este PSD e esta Coligação que governa aos Açores, que vá do PSD ao CHEGA, não tem nenhuma credibilidade para sequer defender os Açores neste assunto!

Deputado José Sousa (CH): O senhor se não vier falar do CHEGA não tem palco!

O Orador: Não tem nenhuma credibilidade!

Sr. Presidente, também não posso deixar de dizer uma palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata. No dia em que este Parlamento ou qualquer partido, abdicar de falar no assunto, com medo de que alguém faça pior, então nós não estamos aqui a fazer nada.

Deputado José Pacheco (CH): Pois! É fechar o Parlamento!

O Orador: Não estamos aqui a fazer nada. Muito antes de haver Governo do PSD e do CDS-PP a governar o país, o Bloco de Esquerda já apresentava propostas sobre esta matéria desde 2017!

Por isso, não é por o Governo ser do PS ou do PSD que nos inibimos de mexer, de tocar, de falar de qualquer assunto, e em defesa dos Açores, coisa que este Governo Regional não é capaz porque não é capaz de fazer sequer uma pressão que se veja e que tenha efeito sobre um Governo da República que não cumpra...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...a Constituição, prejudicando os Açores, impondo tetos máximos, prejudicando também financeiramente quem viaja na Região. E, de facto, é o falhanço da política de transportes do Governo Regional que ainda por cima quer vender a SATA Internacional, uma empresa que, segundo o júri, nem tem capacidade financeira para alavancar essa mesma empresa. É de facto, um triste cenário, aquilo que estamos a assistir na mobilidade aérea nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Começo esta intervenção na sequência da declaração política do Sr. Deputado Nuno Barata, à margem do assunto da declaração política, fixando por breves instantes na forma como o Sr. Deputado Nuno Barata se dirigiu às bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e também à bancada do Governo.

Quem ontem aqui rasgava as vestes, insurgindo-se contra determinados tipos de comportamento parlamentar, dizendo ou insinuando até que se ia embora deste Parlamento por essa razão, como se fosse o mais impoluto de todos, é a pessoa que hoje se dirigiu nos termos deselegantes, e eu diria até de algum modo, à

margem daquilo que o Regimento deve e comporta, só pode ter esta resposta: A elegância política do Sr. Deputado Nuno Barata não tem concorrência.

Vamos então àquilo que é substância, e a substância é o Subsídio Social de Mobilidade, que tem as incidências que tem. Ao longo de muitos anos, desde logo de 2015, coisa que ainda hoje incomoda o Bloco de Esquerda e que gostaria de pôr fim ao Subsídio Social de Mobilidade...

Deputado António Lima (BE): Quem está a pôr fim é o Governo do PSD!

O Orador: ...e, mais do que isso, à liberalização do espaço aéreo.

O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda gostava que nós voltássemos ao tempo em que as viagens custavam, sem pôr nem tirar, muito mais do que custam hoje. A um estudante custava 238 euros em 2006/2007 e não havia mais descontos nem reembolsos. No mínimo, era isso que pagava e tínhamos os voos diários sabendo que só operava na altura, duas companhias aéreas.

Deputado António Lima (BE): E agora?!

O Orador: Era a esse tempo que o Sr. Deputado António Lima gostava de recuar.

A declaração política do Sr. Deputado Nuno Barata assenta num princípio de generalidades, ela viaja, devo reconhecer. Durante muito tempo se autodenominava de especialista em generalidades...

Deputado Nuno Barata (IL): E continuo a ser, não tenho problema nenhum!

O Orador: ...pois fez, efetivamente um conjunto de generalidades, mas de generalidades que são coisas mais ou menos de, – permitam-me a expressão – “conversa de café”, que não concretizam coisa nenhuma. Do género: os açorianos estão altamente prejudicados, as tarifas são mais caras, estamos a perder muito, estamos bem pior. Desde quando? Desde que foi fixado o teto máximo?

Nessa matéria, o PSD, o CDS-PP e o PPM nada têm de receio porque fomos os primeiros. Fomos os primeiros a provar exatamente o contrário do que disse o Deputado Nuno Barata...

Deputado Nuno Barata (IL): Não senhor. Eu não disse nada disso! Seja sério!

O Orador: de que nos sujeitamos à vontade de Lisboa, não é pela circunstância do Governo de Lisboa ser do PSD, do CDS-PP e do PPM que nós, por um instante, deixamos no passado, deixamos hoje ou deixaremos no futuro de defender aquilo que é verdadeiramente o interesse dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista, em género de surfista aproveita a onda e vai também dizer mais uma generalidade. Sr. Deputado Luís leal...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por acaso até é surfista.

O Orador: ...sobre estas coisas, diz também um conjunto de imprecisões, para não dizer de mentiras, mas de uma argumentação que deve ser aqui frontalmente e veementemente denunciada. Não arranjou...

Deputado Luís Leal (PS): A prova é documental, Sr. Deputado!

O Orador: ...uma fatura do açoriano que tenha pagado mais de 600 euros. O Partido Socialista e qualquer um está desafiado a apresentar. Não é uma simulação, é uma fatura que tem efetivamente sido paga pelo valor superior a 600 euros. Sr. Deputado Luís Leal, fez uma simulação do dia 23 até ao dia 1 de janeiro, uma vinda e um regresso a Lisboa. Pois no mesmo dia, há uma viagem de Lisboa para os Açores...

Deputado Luís Leal (PS): E se o avião estiver cheio Sr. Deputado?

O Orador: ...por 145 euros e 64 cêntimos e um regresso no dia 1 de janeiro, ainda a meio dos foguetes que algures estarão a instalar, 288...

Deputado Luís Leal (PS): Qual é a ilha?

O Orador: ...e, portanto, não é uma simulação. A simulação nós arranjamus aquela que quisermos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

No dia que dá mais jeito, na hora que dá mais jeito, com a modalidade tarifária que dá mais jeito. Eu quero é uma fatura paga com mais de 600 euros. Mas quando ela acontecer, nós cá continuaremos para defender o interesse dos Açores contra o teto máximo, independentemente de ele ter sido promulgado e determinado por um Governo do meu Partido.

Para terminar, Sr. Presidente, antes que me me faça o aviso devido, vou terminar dizendo o seguinte: A declaração de política do Sr. Deputado Nuno Barata, sendo regimental e politicamente admissível, é inócua e inútil...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por isso é que o senhor fala dela!

O Orador: ...porque não aponta sequer por uma linha, uma proposta, uma solução para este problema.

Diz o Sr. Deputado António Lima também que Lisboa não vai aceitar isto...

Deputado António Lima (BE): E então?

O Orador: ...não vai aceitar mais nenhuma coisa, nomeadamente aquilo que nós dissemos ontem e que vamos apresentar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o parecer? Onde é que está?

Deputado Carlos Silva (PS): E a Portaria continua igual.

O Orador: ...vamos apresentar já hoje, até ao meio-dia a Proposta de Lei para resolver o problema dos imigrantes. O Senhor Deputado António Lima disse exatamente a mesma coisa há 2 meses, quando aprovamos aqui uma resolução a defender o fim do teto e a redução da Tarifa dos Açores, pois saiba que a Tarifa no dia 1 de janeiro passa de 134 para 119 euros. O senhor na altura desconfiou

também que nós não conseguíamos isso que quem tinha imposto um teto de 600 euros...

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: ...vai baixar. E também no resto nós vamos conseguir fazer mais e melhor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Realçar só aqui três pontos que considero fundamentais termos aqui presentes. Relativamente ao teto máximo da tarifa de 600 euros, este Governo opôs-se veementemente a esta medida.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: Opôs-se veementemente e disso deu nota ao Governo da República. Quanto aos imigrantes que ficam excluídos por uma lei de 2015 que...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que foi agora interpretada.

O Orador: ...foi reinterpretada agora, vai chegar a este Parlamento, por este Governo Regional, uma proposta que será posteriormente enviada ao Governo da República, da qual pede-se que todos os partidos firmem a sua posição para demonstrar ao Governo da República que os açorianos não concordam com esta medida. Os açorianos não concordam e este Governo vai trabalhar no sentido a que se reveja esta medida.

Deputado José Ávila (PS): Ò senhor isso já foi feito!

O Orador: Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu interpelo a Mesa no sentido de, além de ter alegado demonstrar através deste documento que vou dar entrada na Mesa e que seja remetido a todos os Deputados, porque eu fiz uma simulação para a ilha Terceira, porque fui eleito pela ilha Terceira e os estudantes que querem ir para sua casa, têm aqui um valor de 777 euros e 99 cêntimos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E até mais, depende das datas que escolhe!

O Orador: Além de alegar, demonstrar, porque nós falamos em factos políticos que têm de ser demonstrados. As pessoas têm-no dito e não vale a pena negar algo que está a acontecer nesta fase, que são pessoas a comprar as tarifas acima dos 600 euros e não é porque querem, é porque não têm outras opções dado àquele dia, àquela hora e àquele momento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa distribuirá esta informação às Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, para dar nota de que não entregarei aquilo que disse sobre a tarifa...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque não tem!

O Orador: ...para o mesmo dia porque qualquer açoriano tem a possibilidade no site da SATA ou na TAP de fazer a simulação e encontrar tarifas de valor inferior a 600 euros. Muitas e muitos lugares nesses mesmos dias.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para juntar à Mesa dentro de pouco tempo, três recibos de passagens para o continente de 800 e poucos euros cada uma, que vão chegar para distribuir aos Srs. Deputados, principalmente ao Sr. Deputado Joaquim Machado, já que duvida da existência de quem pague valores acima dos 600 euros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(Ruído na Câmara)

Sras. e Srs. Deputados, eu dei a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto. Temos de reunir as condições para que ele possa usar da palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta declaração política da IL, obviamente que temos de rejeitar os termos em que o Sr. Deputado Nuno Barata se dirigiu aos Grupos

Parlamentares da Coligação. Não são modos que dignifiquem este Parlamento. Somos três Grupos Parlamentares, não somos uma comandita, portanto, obviamente que rejeitamos esta terminologia. É uma terminologia muito manhosa, como lembra o Senhor Deputado Pedro Neves.

Bom, relativamente ao tema, e o tema é sério, o Senhor Deputado, com a adjetivação que resolveu usar, retirou toda a importância a este assunto muito sério. Senhor Deputado Nuno Barata, se há Grupo Parlamentar que pode legitimamente dizer que está contra o teto dos 600 euros, é o Grupo Parlamentar do CDS-PP porque foi o primeiro, publicamente, a manifestar-se contra a imposição deste teto. Este teto reflete o profundo desconhecimento da realidade açoriana e, portanto, nós não podemos aceitar que seja imposto aos residentes nos Açores um teto para as viagens.

Agora, era preciso fazer qualquer coisa relativamente ao Subsídio Social de Mobilidade. Também é público o “regabofe” que se instalou por conta do Subsídio Social de Mobilidade e, portanto, não podem acusar os Partidos do Centro-Direita de impor regras, de retirar direitos, ou de fazer isto, ou de fazer aquilo contra os cidadãos, quando, na realidade, se está a imoralizar o Sistema que a andou num total desvanio durante muitos anos. Eu lembro as declarações do anterior Primeiro-Ministro António Costa, na Madeira, antes da pandemia, já se ter referido à questão de o Subsídio Social de Mobilidade ser uma grande preocupação. E o que é que ele fez?

Nada! Não fez rigorosamente nada! Deixou que o “regabofe” continuasse. E, portanto, no dia em que entra alguém que diz: “já chega” e “é preciso pôr regras”, obviamente que isso traz uma reação. Era uma reação que também se esperava que acontecesse. O que não é aceitável é o teto dos 600 euros. Mas também não está tudo mal porque já foi anunciado que o valor que os residentes dos Açores pagarão a partir de janeiro de 2025 – daqui a 2 semanas –, vai ser inferior àquele que se paga atualmente. E, portanto, se atualmente pagamos 134,

vamos passar a pagar 119, e se os estudantes atualmente pagam 99, irão passar a pagar 79 euros por uma viagem.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto também são boas notícias que não vos interessa falar. Só vos interessa falar daquilo que é polémico e daquilo que pode causar escândalo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, portanto Sr. Deputado Nuno Barata, se quer falar do Subsídio Social de Mobilidade, fale de tudo.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu falo de tudo. Os senhores é que não estão falando de tudo!

O Orador: Estas novas regras têm lados positivos e têm lados negativos e, portanto, nós não temos o menor problema em falar na parte negativa que é esta imposição do teto e com este teto vêm outras regras e temos que exigir ao Governo da República que implemente todas as regras que anunciou que iria criar. Como seja o tal portal para facilitar o reembolso. E, portanto, não é só impor tetos, é preciso que todas as outras medidas também sejam implementadas e estamos cá para exigir da República que cumpra com o Preceito Constitucional da Continuidade Territorial.

Sendo contra, firmemente contra, mesmo um Governo onde o meu Partido está contra um teto ao preço das passagens aéreas para o continente e para a Madeira.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata sabe que eu já tenho experiência suficiente para não me incomodar com as suas designações da minha Secretaria.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

A Oradora: Mas como tudo isto fica inscrito no Diário das Sessões, eu devo dizer que não há um único autocarro parado e, portanto, não aceito esse tipo de comentários.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (*IL*): Para lá vão!

A Oradora: E se eles forem verdade, tem que os demonstrar. Não há um único autocarro parado, não há uma única ilha que não tenha serviço de transportes terrestres a funcionar. E se quiser discutir isso, discutimos, mas não é obviamente no âmbito deste debate parlamentar.

Sr. Deputado, a ilha de Santa Maria tem e já há muito tempo o contrato para os transportes terrestres, portanto, nesse aspeto se tem alguma coisa a dizer, vá à Tribuna e diga!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em relação à essência da questão que aqui foi colocada, eu queria...

(Ruído na Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados assim é impossível, de facto, e os Srs. Secretários Regionais também têm de ajudar a sua colega do Governo porque, caso contrário, não conseguimos.

Sra. Secretária faça favor.

A Oradora: Obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, voltando à minha intervenção e sobre a essência da questão, eu queria voltar a lembrar aqui que houve um antes de 2015 e um depois de 2015.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E isto tem que ser dito aqui todas as vezes que forem necessárias. Foi pela mão de um Governo do PSD que se liberalizou o espaço aéreo para Ponta Delgada e para a Terceira e que se fixou o Subsídio Social de Mobilidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é que era bom!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é mentira, a senhora sabe disso!

A Oradora: Subsídio, esse que foi tão bom que gera toda esta discussão agora aqui.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mas infelizmente, mercê de um conjunto de práticas abusivas que os Governos que sucederam o Governo que instituiu o Subsídio Social de

Mobilidade, não teve o cuidado de travar em função de um conjunto de práticas abusivas...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Quando o Bloco fazia parte!

A Oradora: ...acabou por chegarmos a esta situação. Esta é que é a verdade e em função disso...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ...das inspeções feitas pela Inspeção Geral de Finanças, pelos CTT, pelo Governo da República, foram detetadas um conjunto de práticas que levaram a que houvesse estas alterações que hoje não estamos a contestar, e nós estamos a contestar. E o Sr. Deputado António Lima, precisa que se lhe avive a memória.

Deputados Berto Messias, Carlos Silva e António Lima: Mas onde é que está o parecer?

A Oradora: O Governo dos Açores, contra a aplicação do custo elegível máximo nas viagens aéreas do continente e Madeira, no dia 26 de setembro de 2024. Portanto, não pode dizer...estamos a falar ainda da questão da nossa posição.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Governo sempre teve esta posição, continua a ter essa posição e todos os pareceres enviados foram no sentido de não concordar com o teto máximo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O que o Governo diz desde a primeira hora é que se deveria fixar um teto para a taxa de emissão de bilhete, para a XP. Desde o início que se diz isso, desde o início!

Que tem de haver um teto para a emissão da XP, mas que não deveria haver teto nenhum para o tarifário. Isto foi sempre a nossa posição. Publicamente assumida a 26 de setembro de 2024.

E, portanto, que não haja dúvidas nenhuma sobre isto. Os pareceres vamos entregar na Mesa, o requerimento que foi respondido aos senhores no dia 18 de outubro, leiam os requerimentos!

Entretanto, surgem que situações a favor da taxa, do limite da taxa, contra o preço máximo e agora contra esta questão dos imigrantes. Mas infelizmente, esta questão dos imigrantes está no Decreto-Lei e neste momento já estão a alterar, já está em processo legislativo uma Proposta de Decreto-Lei no Governo da República para alterar o Decreto-Lei...

Deputado Carlos Silva (PS): Então não é preciso a anteproposta!

A Oradora: ...porque obviamente que não deram por isso, mas o vosso Governo que teve lá, estes anos todos também não deu por isso. E agora, quando se começa a mexer e a Inspeção Geral de Finanças vai verificar todos os itens, descobriu que os imigrantes estão fora do espaço, e que estão fora de...

Deputado Berto Messias (PS): 10 anos depois?

A Oradora: 10 anos depois, o que fez o vosso Governo? O que fez o vosso Governo?

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: O que fez o vosso Governo? 10 anos depois, o que fez? Mas se está na...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não excluiu!

A Oradora: Ó Sr. Deputado, então se está no Decreto-Lei que não é aplicável, o vosso Governo aplicou e aplicou bem, é isso! É isso que o senhor concorda? Não, não é isso. O vosso Governo aplicou mal e deveria ter alterado o Decreto-Lei, como se vai fazer agora. É isso que está em causa neste momento, é alterar o Decreto-Lei.

Queria também lembrar que...

Presidente: Tem que terminar Sra. Secretária Regional.

A Oradora: ...queria também lembrar que aqui já foi feito que, entretanto, as tarifas de residente já baixaram...

Deputado António Lima (BE): Ah baixaram?

A Oradora: ...de 134 para 119, e os estudantes para 79 euros.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional,
Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar a Mesa que o BE fez dois requerimentos a solicitar ao Governo Regional, cópia dos pareceres assinados pelo Governo e enviados ao Governo da República, no seguimento da consulta que o Governo da República deveria ter feito ao Governo Regional para publicar a portaria que vem impor um teto máximo ao valor das viagens do reembolso, do Subsídio

Social Mobilidade. Aos dois requerimentos, o Governo Regional respondeu não com o parecer, mas com o teor do parecer.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Não foi!

O Orador: Não enviou os documentos e informa a Mesa, Sr. Presidente, que o BE já apresentou uma queixa à Comissão de acesso aos documentos administrativos para ter acesso a estes documentos.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva e Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que para respeito das instituições e para respeito das instituições representativas do povo dos Açores, o que se deve ter em conta é que o Governo dos Açores, – este ou qualquer outro aquele que aqui se senta ao longo destes anos – o Governo dos Açores não mente.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS e BE)

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS, BE e IL: Ó Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

O Orador: O Governo dos Açores não mente, a informação que lhe foi transmitida não foi o teor Sr. Deputado. Está lá escrito que é a reprodução na íntegra do respetivo parecer.

Presidente: Sr. Secretário Regional a interpelação é à Mesa.

O Orador: Sr. Presidente, o que está na resposta é a reprodução na íntegra do parecer que o Governo Regional remeteu ao Governo da República e o Governo dos Açores...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor já disse isso há 2 meses.

O Orador: ...o Governo dos Açores nestas matérias, não falta nem pode faltar. Seria o descrédito absoluto se alguma vez um Governo dos Açores não reproduzir na íntegra os documentos que devem ser remetidos para...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Orador: ...informação dos Srs. Deputados. Mas é essa a questão, tendo sido o parecer reproduzido conforme nos foi solicitado. Ainda no decorrer desta Assembleia, entregarei na Mesa, Sr. Presidente, o parecer que irá mostrar que foi reproduzido nas vírgulas, nos pontos exatamente igual...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ...que foi reproduzido na íntegra!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário está a mentir.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado António Lima para uma interpelação. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):**

Sr. Presidente, eu lamento, não queria eternizar o debate sobre esta matéria nem estas questões, mas eu referi o teor do parecer...

Deputado Berto Messias (PS): É só ir ao site da Assembleia, está lá!

O Orador: ...no requerimento que o Governo Regional apresentou, respondeu porque o que o Governo Regional diz, e eu vou entregar à Mesa, é o teor do parecer emitido pelo Governo Regional. Ou seja, o Sr. Secretário escreveu o

teor do parecer e eu não estou a mentir. Se alguém está a mentir, não sou eu, e vou entregar à Mesa para toda a gente perceber que é público este requerimento e que o que está aqui escrito é o teor do parecer.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Se alguém está a mentir, não sou eu. E se o Governo não mente, então tem de disfarçar melhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, para uma interpelação.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*):

Sr. Presidente, eu considero esta questão grave. Eu tenho memória, eu respondo a centenas de requerimentos, tenho a memória de que o que lá está escrito no requerimento que foi solicitado pelo BE é que se reproduz na íntegra, o parecer. É esta expressão que está lá escrita. Aliás, vamos estar apenas a 5 ou 10 minutos de se poder provar exatamente aquilo que eu acabei aqui de dizer.

Deputado Berto Messias (*PS*): Mostre-nos o parecer!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da declaração política?

(*Pausa*)

Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O CDS-PP, irá entregar à Mesa a nossa nota à comunicação social, que comprova que estamos contra o teto em defesa dos interesses dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, para encerrar a declaração política. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou bancada a bancada responder às provocações...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não deixou de as fazer!

O Orador: ..., mas permitam-me que diga que, quem considera inócua a intervenção política que fiz daquela tribuna, não só gastou o seu tempo, e mais tempo, e ainda usou da figura regimental de interpelação para responder sobre aquilo que não tinha tido tempo de dizer na sua intervenção.

Enquanto estavam os Srs. Deputados a falar sobre a inocuidade da minha declaração política, recebi no meu e-mail seis faturas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olha tem aqui mais uma!

O Orador: ...de valor superior a 600 euros.

Estou a informar a Mesa que vou ocultar os nomes e os NIF e fazer entregar para distribuir aos Srs. Deputados. Faturas de 856, 738, 665 e uma de 395 *one way*. São só alguns exemplos daqueles que a bancada do PSD, solicitou apenas um. Estão aqui três e o Sr. Deputado João Vasco Costa já disse que tinha mais três e, se calhar, quando eu abrir o meu e-mail novamente e o WhatsApp, terei lá mais 10 ou 12. Mas o que aqui importa é que a minha declaração política, a declaração política da IL, em nada é inócua, e aqueles que se ofendem com a palavra comandita, ou por dois epítetos que acrescentei ao cargo da Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, usaram não só o adjetivo manhoso como o adjetivo “levar na corneta”, em apartes. Da bancada do Governo tenho ouvido apartes que me recuso a repetir aqui, porque há uma coisa que alguns dos Srs. Deputados não sabem, mas os meus amigos e a minha família sabem, é que eu tenho um ouvidozinho apurado, e quando estou ali estou a ouvir tudo o que se está a passar nesta sala. Até nos Passos Perdidos eu

ouço! É uma coisa engraçada e, portanto, ouço os apartes mesmo quando são ditos baixinho, para o colega do lado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Nos Passos Perdidos permita-me discordar!

O Orador: Daí ouço tudo porque o Sr. Secretário tem a vantagem de estar à minha frente e até quando o senhor fala ao telefone, recomendo-lhe que tenha cuidado, porque eu ouço tudo o que o senhor diz.

O que está aqui em causa afinal é que a declaração política não tinha nada de inócua. Era oportuna, apesar de já termos discutido esta semana este assunto e apesar de voltarmos a discutir o assunto, porque o diploma que vem a seguir é pertinente, só não o subscrevemos porque entendemos não subscrever, mas vamos votar a favor.

Mas não é suficiente, porque o Diploma resolve um problema da inconstitucionalidade, de facto, do diploma de 2015, mas não resolve todos os problemas. Não resolve os problemas que foram criados pela Portaria do Sr. Ministro das Infraestruturas. E sobre esse assunto, o Sr. Deputado Joaquim Machado também disse que não há um açoriano que não esteja a ser prejudicado e eu já nem sequer vou falhar só do teto dos 600 euros. Há um pormenor, – que não é um pormenor, é um “pormaior” – na portaria do Ministro das Infraestruturas que obriga os açorianos a arranjar mais um documento e entregar mais um documento nos CTT. Mais um documento é mais burocracia! São os açorianos a serem prejudicados!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrada esta declaração política.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 12 horas e 15 minutos.

Eram 12 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 22 minutos.

(Neste momento a Deputada Nídia Inácio substitui o Deputado Carlos Freitas na Mesa)

Vamos passar à próxima declaração política. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para fazer a sua declaração política.

Deputado Pedro Neves (PAN):

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política que hoje vos trago poderia incidir sobre o Relatório de Estado do Ambiente 2020-2022, muito haveria a dizer, especialmente pela secundarização do combate à emergência climática na Região. Também poderia incidir sobre a taxa de pobreza da Região - em que um em cada quatro açorianos está em risco de pobreza, segundo os dados publicados há cerca de 15 dias. Mas está tudo bem. Também, por seu turno, a discriminação na atribuição do Subsídio de Mobilidade aos imigrantes seria um tema digno de declaração política por todos os alarmes que desperta, especialmente numa altura de perigosos radicalismos, em que a humanidade caminha no sentido oposto ao da empatia.

E sei que também não seria inócuo, pelo contrário, mas à luz dos últimos acontecimentos, não podemos ignorar o elefante na sala: a SATA. Ora vejamos. Dados publicados em 4 de dezembro pelo Conselho das Finanças Públicas relativamente à análise do setor empresarial regional entre 22 e 23, coloca o

Grupo SATA de entre as empresas arquipelágicas portuguesas com pior prestação financeira em 2023, estando em falência técnica.

Este Grupo é também considerado pelo Conselho como aquela com maior impacto no setor Público empresarial regional. O setor público empresarial regional é fortemente afetado pelo Grupo SATA, devendo impelir a Região a trabalhar de forma árdua na reestruturação da empresa, por forma a garantir a continuidade de operação e minimização do esforço financeiro na Região.

A par disso, pode ler-se no relatório, que peso embora o passivo da SATA tenha reduzido de forma significativa, esta redução fica a dever-se não só devido ao Plano como também à absorção do passivo pela SATA Holding.

A SATA é o caso “mais gravoso” entre as 39 empresas analisadas pelo Conselho, com um peso de 83% do valor daquelas que se encontram numa situação de falência técnica.

Mais, a diferença considerável dos capitais próprios de ambas as Regiões, fica a dever-se aos capitais próprios negativos do Grupo SATA. Quer a SATA Internacional, quer a SATA Air Açores figuram no top cinco de empresas com mais capital próprio negativo em 2023.

Em continuidade, dados do passado mês de novembro apontam para o facto do Grupo SATA ser a empresa regional com maior dívida financeira, alcançando um passivo 255 milhões de euros, sem prejuízo do empréstimo realizado em meados de agosto do corrente ano.

Enquanto a SATA Holding tem uma dívida de 200 milhões e a SATA Air Açores 55 milhões de euros em dívida, a Azores Airlines – em processo de privatização –, tem um passivo de 223 mil euros.

Quer isso dizer que o passivo da SATA Internacional – que motivou a sua privatização – foi imputado à SATA Holding e que vamos vender a Internacional por volta de 20 milhões de euros e continua a pagar a dívida de mais de 600 milhões de euros. Será uma venda de sucesso, para os açorianos.

Esta venda irá dar aos cofres da Região menos 580 milhões de euros. Perante isto, como pode a Comissão Europeia não estar satisfeita? Insatisfeito estamos nós com o ónus desta venda e no que respeita às obrigações de serviço público de transporte aéreo entre a Região, o continente e a Madeira. Esta situação só tende a aumentar o buraco financeiro em que a SATA está e, consequentemente, todos nós.

Como e quando vai a SATA ser compensada? Qual é o desenho das compensações? Será que vai ser mesmo compensada? Não será excessivo recordar o fatídico episódio em que a SATA teve que devolver cerca de 72 milhões de euros fruto de ajudas ilegais do Estado?

Quando será lançado novo concurso público para as Obrigações de Serviço Público? 12,5 milhões de euros serão mesmo suficientes para o Faial, Santa Maria e Pico?

Quando é o breve? Temos o despacho de 5 de dezembro, mas queremos é o concurso.

Se tivermos em conta a saga das alterações ao desenho do Subsídio de Mobilidade e os seus sucessivos atropelos, bem que podemos contar com mais uma ofensiva aos direitos dos açorianos e aos residentes-portugueses ou imigrantes.

Aqui chegados, é óbvio que os negócios da aviação estão, há muito, no radar político, especialmente numa Região com as nossas características e assimetrias, em que é inquestionável a importância estratégica da SATA.

É por isso, que esta deve observar uma gestão norteada pelo princípio da transparência, estando sujeita a grande escrutínio para evitar fraudes, favorecimentos, ilegalidades ou abusos de poder.

Foi sob este signo que foi criado a última comissão de inquérito à SATA devido às suspeições que pairavam sob a operação da contratação do A330, vulgo cachalote, que gerou e gera perdas avultadas para o grupo: mais de 24,5 milhões

de euros entre 2016 e 2020, a acumular aos 16 milhões de euros de antecipação do termo do contrato, e aos cerca de 7 milhões de euros fruto do processo contra a Hi-Fly, sem prejuízo dos exacerbados custos de manutenção inerentes. Este negócio representa “apenas” 10% dos prejuízos da SATA que vem acumulando. Recorde-se que desde que a “Coligação + um” tomou posse, o passivo aumentou cerca de 43 milhões de euros.

Porém, e sem perder o norte, com a queda do Governo, também caiu a Comissão. Mas o que não caiu foi o processo-crime, em fase de inquérito há cinco anos, conforme veio recentemente a público. Sabemos que quem faz a gestão da “coisa pública” está exposto, mas também sabemos que vigora a presunção de inocência até prova do contrário.

É princípio basilar a separação de poderes e é o nosso dever não politizar a Justiça, nem “judicializar” a política e a democracia.

Esta independência é a mesma que alicerçou a nossa autonomia e que rejeita intenções e ingerências centralistas na responsabilização da política regional e politização da SATA, ao quererem uma Comissão de Inquérito na Assembleia da República, numa tentativa de reduzir o trabalho e a importância da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A SATA pelo que representou e continua a representar no combate ao isolamento açoriano é um marco da nossa história autonómica, não devendo estar ao serviço de interesses políticos, mas sim da população açoriana.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está feita a declaração política.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA tem assumido e dito várias vezes que temos um elefante, neste caso um cachalote, no meio da sala, quanto à SATA Internacional.

Mas o que está para trás, está para trás. É pagar a continha e caluda. Não há bem a fazer. O que nos intriga é o presente e o futuro.

O Sr. Presidente do Governo tem dito que se está a negociar e tal, vira acontece. Olhe, 1 euro a SATA Internacional é cara, 1 euro e 1 cêntimo é cara. E é cara porquê? Os dados que eu tenho, nós temos neste Parlamento. Onde é que está esse prejuízo contínuo? Quais são as rotas que dão esse prejuízo? Não sabemos, não sabemos nem nos querem dizer. Há claramente uma péssima gestão da SATA Internacional. Então, se temos uma empresa, curiosamente a maior empresa dos Açores, curiosamente, que a maior dívida para os açorianos, estas coisas têm a sua graça sem ter graça nenhuma. Nós continuamos a falar da SATA Internacional. Bem eu sempre aprendi e não sou formado em economia, nem preciso de ser: uma empresa quando não dá certo, fecha!

Se não há coragem de fechar, não sei do que é que estamos a falar. Nós continuamos a ter uma empresa, como dizia o Sr. Deputado do PAN: “estratégica”.

Não resulta, nunca resultou e nunca irá resultar! Nunca, sabem porquê? Porque o Estado não tem capacidade de gerir uma companhia aérea, ponto final! O Estado não é um gestor de companhias aéreas. O Estado nem consegue contratar um presidente para a SATA que perceba alguma coisa de aviação a sério, e porquê? Porque um gestor destes, custa 50 mil euros por mês, no mínimo! Ou seja, eu não posso ter um Ferrari, porque não tenho dinheiro para a gasolina. Sr. Secretário olhe para mim. E nós andamos há quatro anos nisto, no jogo do empurra.

Alguém já se questionou de o negócio da TAP também incluir a SATA? Alguém já se questionou qual é o problema da SATA Air Açores, por exemplo, manter uma rota ou duas rotas? E aqui vamos viver como pessoas honestas, ter

uma rota ou duas rotas com o continente português, que daí lucrou, pelo menos não deem despesa. Alguém já se questionou sobre isso? Nós continuamos aqui nesta brincadeira da SATA Internacional que eu ouço e leio imensas coisas.

Açorianos, 45 milhões! Vamos a caminho de mais 45 milhões. Quando vocês não tiverem um telhado na vossa escola, o recreio concertado, a estrada à frente da vossa casa, saúde e uma série de outras coisas, lembrem-se sempre da SATA. A SATA está a levar o dinheiro todo desta Região e continuamos a insistir no erro. Continuamos, continuamos, continuamos.

Nós temos que resolver este problema imediatamente e este problema tem que ser resolvido. Na perspetiva do CHEGA que já não acredita neste negócio de privatizar a SATA, das duas uma, ou é feito um negócio conjunto de com a TAP, ou fecha-se de vez e arranjamos aqui soluções para fazer as ligações, porque também é importante termos as ligações.

Se conseguimos fazer só para Lisboa, é só para Lisboa. Se conseguirmos fazer Lisboa, Porto, é Lisboa, Porto. Se conseguimos fazer Ponta Delgada, Lajes, se conseguimos dar lucro. Ou é viável fazer da Horta ou do Pico? Sim senhor, agora não podemos andar aqui a fazer o que andamos a fazer 50 anos. Agradar a todos mesmo que isto nos custe os olhos da cara. Eu já não consigo mais, eu já não consigo ouvir tanta mentira. Eu já não consigo!

Eu já não consigo, porque sempre que alguém vem me dizer que lhes falta alguma coisa na terra deles, a palavra que vem à minha cabeça é: SATA Internacional, SATA Internacional, SATA Internacional e a péssima gestão dos muitos Governos e mais, do pouco que apurámos na Comissão de Inquérito foi promiscuidade entre o Governo socialista e a direção da SATA ou a administração da SATA. Tanto é verdade, que a justiça está a investigar!

Muito obrigado.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Simões, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enfim, já temos falado até à exaustão da SATA, aquilo que o PAN aqui traz, não traz nada de novo. É uma preocupação que nós comungamos sobre a SATA, mas é bom olhar para aquilo que é dito no presente para percebermos um bocadinho a irresponsabilidade de algumas pessoas que têm assinatura naquilo que é o grave prejuízo – o buraco diria mesmo assim – da SATA, e que afeta sobremaneira a própria Economia e Finanças da Região Autónoma dos Açores.

Ora bem, está na comunicação social de hoje que o Deputado Francisco César, – Deputado do Partido Socialista na Assembleia da República e líder do Partido Socialista nos Açores – afirma que a SATA está em risco, vou ler a frase: “de sobrevivência e que o Presidente do Governo dos Açores está mais preocupado em culpar o PS, do que em resolver a situação.”

Não é preciso culpar o PS, o PS é culpado que fique claro.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E em relação ao Presidente do Governo e ao Governo não estar a resolver o problema da SATA, isso não é verdade. Aliás, eu vou citar Francisco César, que nesta Casa, se não falha a memória em 2015, sobre a SATA dizia assim: “os factos demonstram que a SATA está no caminho da recuperação”. Era CEO, referia-se à gestão deixada por Luís Parreirão, diz Francisco César o seguinte: “Como é que está a SATA hoje? Com a saída do Dr. Luís Parreira?”. E faz uma pergunta: “A SATA está melhor ou pior do que estava?”, e vem a resposta: “O Grupo SATA melhorou todos os seus resultados e indicadores de negócio e está no bom caminho. A reestruturação da frota está a decorrer e calcula-se que muito em breve ficará resolvida”, cachalote.

São 50 milhões de euros de prejuízo – cerca de para ser rigoroso – que o cachalote causou e que é este Governo que está a pagar! Onde é que está a preocupação do Presidente e do Governo Regional dos Açores? Está aqui também!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais: “Os factos são claros.”, dizia Francisco César nessa altura, “A SATA está hoje melhor do que estava antes de Luís Parreirão.”

No ano a seguir, ...

Deputado António Lima (BE): Há dois cachalotes. Um do PS e um outro vosso.

O Orador: ...teve 63 milhões de euros de prejuízo! Isso é que é estar melhor? Isto é que é estar bem?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os resultados da SATA preocupam-nos a todo, a situação da SATA não é fácil. Se fosse fácil o PS teria resolvido, ou melhor, não teria criado o buraco que criou. Mas há um dado importante este ano, é que o passivo do Grupo SATA – e não se fala disto – foi reduzido para 490,8 milhões de euros. É tudo? Não é! Mas há mais, em três anos: 2021, 2022 e 2023, a SATA apresentou um EBITDA positivo. Se recuarmos a 2013/2019, neste espaço temporal, a SATA apenas teve um EBITDA positivo que não chegou a 2 milhões de euros. Qualquer um destes três é superior a 20 milhões, ou seja, há um trabalho que está a ser feito.

É fácil? Não, não! Porque se fosse fácil qualquer um já o teria feito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ora bem!

O Orador: E esta é que é a realidade da SATA: é um problema. Eu já aqui o disse, o Grupo Parlamentar do PSD está preocupado com isso.

As agências de rating estão atentas ao comportamento da SATA, Sr. Deputado Pedro Neves. Porque, de facto é um problema não só para a SATA, mas para a economia açoriana. E quem vem dizer agora que quer fazer parte da solução, ainda não propôs nada.

O PS critica, procura reescrever a história de vários dossiês da Região da sua Governação, mas eu faço a pergunta: o que é que em concreto tem o PS de maravilhoso, de mágico, de fantástico para resolver os problemas da SATA que não fez enquanto foi Governo? Gostava de ter esta resposta.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Carlos Silva faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é mais uma oportunidade que temos para falar sobre a SATA, falar sobre o passado sem qualquer problema. Falar sobre o passado porque é importante falar sobre o passado para clarificar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai citar Francisco César?

O Orador: ...aquilo que aconteceu, aquilo que está a acontecer e aquilo que nós não queremos que aconteça no futuro e que infelizmente caminhamos para aí.

Sobre a reportagem – e esse foi um tema que foi aqui abordado – dizer em primeiro lugar, que nós repudiamos totalmente o conteúdo da reportagem que foi feita porque ela dirige-se e ataca de forma cruel Deputados do Partido Socialista e o Partido Socialista...

Deputado José Pacheco (CH): Se fossem do CHEGA estava tudo bem!

O Orador: ...omitindo na totalidade o que aconteceu nos últimos quatro anos. E, portanto, não nos parece que essa seja a abordagem séria para um problema que é real e nós não desvalorizamos a questão ou o impacto financeiro que o cachalote teve.

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: À data daquilo que conhecemos hoje, obviamente que é uma operação que não correu bem. Não correu bem, mas daí a concluir...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga que correu muito mal!

O Orador: ...Sr. Deputado Joaquim Machado, posso falar?

Mas se nós entramos pelo caminho de que sempre que existir uma operação que gere prejuízo, e que isso significa que haja atos ilícitos, leva-nos para um caminho muito perigoso. Porque se assim for, então o Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, quando cancelou as Agendas Mobilizadoras...

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ...e a Região perdeu 117 milhões de euros, ele também é responsável por esse dano provocado?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Se esse é o critério, o Sr. Deputado Paulo de Simões agora é juiz. Se o Deputado Paulo Simões e o PSD agora são juízes e decretam sentenças, então Sr. Deputado Paulo de Simões, e os ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance, and Insurance* – Aeronave, Tripulação, Manutenção, Seguro) de 53 milhões de euros entre 2021 e 2024...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Meu Deus do céu!

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Qual é a sentença para este Governo e para a SATA?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Qual é a sentença?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A sentença é resgate! Foi o que os senhores deixaram!

O Orador: E mais grave é que o Plano de Reestruturação negociado com a Comissão Europeia limitava, no máximo, à realização de um ACMI.

E quantos é que já fizeram? São 53 milhões de euros, o valor equivalente ao tal cachalote que os senhores se refugiam sempre. E nós não temos qualquer problema em esclarecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah a gente é que se refugia no cachalote?

O Orador: Sim, obviamente.

Sr. Deputado José Pacheco, o seu líder parlamentar parece que não conhece aquilo que se passa nos Açores e faz um atropelo...

Deputado José Pacheco (CH): Se calhar não. Por isso é que estou cá!

O Orador: e faz um atropelo ao CHEGA/Açores quando diz que é preciso que se investigue a SATA. Mas não foi o próprio CHEGA que propôs uma Comissão de Inquérito em 2023? Se calhar é importante que conversasse com o seu líder e explicasse que nós dispensamos a ingerência que ele quer fazer e as lições de moral que ele pretende dar, quando ele não tem moral para dar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, é importante clarificar essa parte.

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores é que nunca tiveram coragem na República para se impor!

O Orador: Nós tivemos três Comissões de Inquérito sobre a SATA diretamente e indiretamente. O Tribunal de Contas entre 2013 e 2019, realizou uma auditoria que serviu até de base para a Comissão de Inquérito.

E, portanto, se os senhores acham que há mais a investigar nós estamos totalmente abertos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem está a investigar é o Ministério Público!

O Orador: a esse escrutínio, mas vamos ser justos e vamos ser...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há mais é a pagar!

O Orador: ...vamos ser justos. Nós não podemos ignorar aquilo que está a acontecer desde 2021 e o que está a acontecer desde 2021 é muito relevante. Nós temos cerca de 200 milhões de euros de prejuízos entre 2021 e junho de 2024. 200 milhões de euros são cinco cachalotes, se preferirem.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E o que é que vocês tiveram antes?

O Orador: É relevante. O que é que aconteceu neste período? O que é que aconteceu neste período? O que é que aconteceu neste período?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era aquele e mais um!

(Protestos do Deputado Joaquim Machado (PSD))

O Orador: Eu tenho tempo, Sr. Deputado Joaquim Machado, não tenha pressa. Usando aquele que é o vosso critério, que é a sentença, venho aqui decretar sentenças. Quem é que é o responsável pelos 200 milhões de euros de prejuízos? Quem é que é o responsável, Sra. Secretária Berta Cabral? Quem é que assumiu a responsabilidade pelos últimos quatro anos?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Os senhores é que empurraram esta dívida toda para a frente! Os resultados dos últimos 10 anos estão à vista!

O Orador: Quem é que assume a responsabilidade pelo empréstimo? Quem é que assume a responsabilidade pelo empréstimo do JP Morgan, cuja taxa de juro rondou os 10% e custou 6 milhões de euros em 9 meses?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que obrigam a isso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Quem é que assume a responsabilidade?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Deixaram a SATA assim!

O Orador: Sr. Secretário Duarte Freitas, quem é que assume a responsabilidade deste empréstimo? É culpa do PS também?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah não é!?

O Orador: O empréstimo do JP Morgan contratado em 2022...ó Sr. Deputado, sejamos sérios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que impediu isso!?

Deputada Andreia Cardoso (PS): É muito fácil apontar o dedo.

O Orador: E depois vir aqui dizer que os capitais próprios da empresa melhoraram significativamente. É o próprio Concelho de Finanças Públicas que diz que no final de 2023 lhes são negativos em quase 200 milhões de euros...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Ao tempo que ela está falida. Os erros do passado estão a influenciar o presente!

O Orador: ...capitais próprios. E isso depois de uma injeção de mais de 450 milhões de euros. O Plano de Reestruturação não está a funcionar, infelizmente, e os senhores não estão a conseguir aprender com os erros do passado. Essa é a lição que se retira de tudo aquilo que tem sido dito nos últimos tempos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com o PS não se aprende nada!

O Orador: Aprende-se Sr. Deputado, aprende-se. E infelizmente, os senhores estão a construir uma narrativa que é perigosa, que é errada e que em nada favorece aquilo que nós queremos para a SATA no futuro.

Já aqui foi falado das obrigações do Serviço Público, só há um problema: Já aqui foram mencionadas opções estratégicas que têm de ser tomadas e estão a ser adiadas. Como por exemplo: a renovação da frota da SATA Air Açores.

Neste momento, o que é que nós sabemos sobre isso? O Governo diz que tinha um plano, mas nada diz sobre esse assunto.

(Protestos das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Esse assunto é relevante, mas nada é falado e, portanto, era importante que o Governo Regional, também de uma vez por todas, aproveitasse a oportunidade.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: E em vez de se refugiar apenas naquilo que foram os prejuízos do cachalote, que são significativos, que são relevantes, mas não representam o problema todo do Grupo SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão a gozar comigo?

O Orador: Não representam nem de perto, nem de longe. Mais relevante ainda nos últimos três anos e meio, o impacto do cachalote nas contas da SATA é praticamente reduzido, é nulo. Tirando a questão dos juros que foram agora divulgados. Portanto, não vale a pena querer esconder a dura realidade em que o Grupo SATA vive hoje. Fruto também das opções do atual Governo e é preciso assumir essa responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso não ter vergonha nenhuma.

O Orador: Porque isso impacta diariamente na mobilidade dos açorianos. Seja pelas rotas que não se conseguem concretizar, seja por aquilo que pode estar em causa nos próximos...

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

Termino com um processo de privatização. Aquilo que está a acontecer com o processo de privatização é mais uma nota de grande preocupação.

O processo foi suspenso, o processo foi cancelado, o processo foi retomado agora às escondidas, às escondidas de toda a gente, sob critérios que não se

conhecem e ninguém sabe qual é o impacto que isso vai gerar para os açorianos. Essas negociatas que estão a ser feitas às escondidas, não favorecem aquela que é a transparência que é necessária para um processo tão relevante.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E sobre isso, os senhores não dizem nada!

Muito obrigado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não há nada para saber. Não há nada de novo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que mais fazem aí!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão da SATA é uma questão importantíssima, não só pelas implicações financeiras que tem nas finanças regionais, mas sobretudo pelas implicações que tem na nossa mobilidade, na mobilidade interilhas e na mobilidade entre os Açores e o continente e a Madeira.

O Grupo SATA é uma empresa estratégica para os Açores, não só por causa do transporte aéreo, mas também pelos impactos que tem a nível local em todas as ilhas, sobretudo ao nível do emprego que cria e, portanto, é uma empresa que está presente em todas as ilhas e é uma empresa que nós muito estimamos.

Tem problemas, mas os problemas não são de hoje, são problemas de há dezenas de anos. Dezenas de anos de acumulação de prejuízos, problemas de

gestão, de más decisões de gestão que nos trouxeram graves prejuízos e problemas financeiros ao Grupo e, conseqüentemente, à Região e que temos que gerir.

O Sr. Deputado Carlos Silva admitiu – também não seria expectável que tivesse uma atitude diferente – que a operação no tempo em que o Partido Socialista era Governo, a operação correu mal.

Sr. Deputado, é fácil em termos económicos e financeiros, usar o termo operação como que se fosse assim, uma coisa um pouco para o distante. Ora, em termos de saúde e na medicina, uma operação é uma coisa muito séria, porque quando uma operação corre mal, algo vai correr muito mal para o sujeito que é operado e que pode morrer.

E, portanto, quando os economistas o empregam estes termos, e quando o dinheiro não é deles e o dinheiro é de todos, fica-se com a sensação de que isto é tudo aligeirado, que vale tudo, que não há responsabilização. Isto são só meras operações e, portanto, vulgariza-se este estado de espírito. E é um estado de espírito que nos trouxe a centenas de milhões de euros de prejuízo que os açorianos estão a pagar e vão continuar a pagar durante muitos anos.

Relativamente a esta matéria, quando aponta o dedo para este lado, não se esqueça também de apontar para trás, para a terceira fila da sua bancada e de questionar o que é que aconteceu desde que Luís Parreirão começou a gerir a SATA aí até 2020...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: ...o que é que aconteceu. É porque a operação não correu apenas mal a um cachalote, a operação correu mal a toda a empresa.

E, portanto, é firme determinação desta Coligação, privatizar a Azores Airlines e salvar a SATA Air Açores. Nós não podemos, de modo algum, perder ou comprometer a existência da SATA Air Açores, porque é ela que nos garante a mobilidade interilhas, é ela que nos garante a economia, o funcionamento da

nossa economia regional. E, portanto, se temos que privatizar ou alienar, seja o termo que for, a SATA Internacional que se faça e que se faça rapidamente. O Governo já o tentou, já o tentou e foi público o que aconteceu. Felizmente, nesse processo, verificou-se que houve uma capitalização da companhia aérea...

(Risos dos Deputados Francisco Lima (CH), José Pacheco (CH) e António Lima (BE))

O Orador: ela que valia 6 milhões no início do processo, no fim do processo tinha um valor superior.

Deputado Francisco Lima (CH): De prejuízo!

O Orador: Significa que as alterações introduzidas à gestão produziram alguns resultados positivos, mas não foram suficientes.

Não foram suficientes para retirar a companhia do buraco e do sufoco financeiro onde se encontra. E ainda há dias o Sr. Presidente do Governo reafirmou, a intenção desta Coligação em privatizar a Azores Airlines e, portanto, esse é o nosso principal foco. E já que usou o termo operação, então eu vou também usar um equivalente na área da medicina, estancar esta hemorragia e, portanto, ver se conseguimos de uma vez por todas, trazer estabilidade ao Grupo SATA. É fundamental trazer estabilidade ao Grupo SATA porque trazendo estabilidade ao Grupo SATA, estamos também a trazer estabilidade às finanças regionais.

E, portanto, esse é o nosso foco, essa é a nossa principal preocupação e continuaremos empenhados em arranjar essa solução.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para além de prestar esclarecimentos, e de dar algumas informações relativamente ao processo do Grupo SATA, também poder clarificar algumas afirmações que, entretanto, foram feitas.

A primeira delas é esta: não é verdade, repito, não é verdade que a Região tenha perdido 117 milhões de euros por via das Agendas Mobilizadoras.

Não é verdade! E tanto não é verdade que posso dar nota aqui publicamente que já acederam aos avisos nacionais correspondentes aos 117 milhões de euros...

Deputado Carlos Silva (PS): São nacionais.

O Orador: ...177 milhões de euros de candidaturas, estando 681 aprovadas e 1438 em análise.

E, portanto, fica aqui cristalinamente evidente...

Deputado Carlos Silva (PS): Não fica!

O Orador: ...que não é verdade que se tenha perdido um cêntimo, antes pelo contrário.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Temos candidaturas superiores aos 117 milhões de euros que estavam em causa. E nesse sentido, fica aqui mais uma vez expressa a validade da opção que foi tomada e, honra seja feita ao Sr. Presidente do Governo, que...

Deputado Carlos Silva (PS): Divulgue essa informação. Quem são essas 170?

O Orador: ...com a decisão que tomou, promoveu um conjunto vastos de candidaturas que até ultrapassam os 117 milhões de euros que estavam disponíveis.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Dar nota também em relação ao Processo de Reestruturação do Grupo SATA, que talvez para surpresa de alguns, nomeadamente daqueles que promoveram a pergunta ou que suscitaram a pergunta, a verdade é que a Comissão Europeia veio dizer recentemente que o Processo de Reestruturação...

Deputado João Bruto da Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: ...está a seguir o seu caminho e que a Comissão Europeia está satisfeita com este processo.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Para surpresa, certamente de quem fez a pergunta ainda mais de quem estimulou a pergunta.

Deputado João Bruto da Costa (PS): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, nesse aspeto, também estaremos naturalmente conversados.

Em relação à questão do Grupo SATA e da situação que ele tem vindo a provocar nos Açores, certamente pela importância que tem o Sr. Presidente do

Governo, há não muitos dias, referiu com toda a frontalidade e honestidade, tenha sido a herança mais difícil que lhe tinham deixado. E que ainda hoje é, senão o mais difícil, dos dossiês mais difíceis que a governação dos Açores tem. Dito isto, é evidente que o processo de degradação que o Grupo SATA sofreu, nomeadamente desde 2010-2012 até 2020-2021, não pode ser resolvido nem vai ser resolvido de um momento para o outro. Vai ser difícil, vai levar tempo, está a levar tempo.

A verdade é que são instâncias internacionais que vêm reconhecer que estamos a fazer bem, é a Comissão Europeia. E ainda assim nós temos que, no dia a dia nos confrontar com situações muito difíceis. Nomeadamente, alguns dos principais responsáveis, nomeadamente dos círculos socialistas, são os principais responsáveis pela situação a que a SATA chegou, são esses mesmos círculos socialistas que vão para Lisboa junto de fornecedores da SATA assustar que o problema está muito grave agora!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: E que fazem com que o Conselho de Administração da SATA, em vez de estar a resolver problemas que herdou, tenha que resolver problemas novos, que esses círculos socialistas vão contagiar Lisboa de várias maneiras para prejudicar a SATA e os Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Estes círculos socialistas que têm muito acesso a algumas empresas, empresários e comunicação social em Lisboa não se cansam puxar os Açores para baixo, invejosos do sucesso que esta governação está a ter!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E inclusivamente prejudicando dossiês que eles próprios estes círculos socialistas, é que provocaram a crise na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente em relação ao Grupo SATA.

Não satisfeitos com a herança que deixaram às açorianas e aos açorianos, tentam ainda por vias travessas, muitas vezes, prejudicar ainda mais e gastar as energias a quem devia estar focado a resolver os problemas do Grupo SATA em concreto, em vez de ter que ir desmentir anúncios falsos que se fazem em Lisboa relativamente à situação do Grupo SATA.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas isto, naturalmente, ficará para estes círculos socialistas que têm este acesso à comunicação social lisboeta e que os açorianos têm vindo a julgar estes círculos socialistas sucessivamente, causando derrotas sobre derrotas. Estes círculos socialistas são este ano já foram três e desconfio que para o ano virão mais.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A via diálogo que aqui, há poucas semanas, dei nota de que havia uma via diálogo aberta entre o consórcio do Conselho de Administração, está a cumprir,

se o Sr. Presidente do Governo também falou sobre isso. Há naturalmente negociações que têm de ser feitas entre o consórcio e o Conselho de Administração. Há toda a transparência na matéria...

Deputado Carlos Silva (PS): Não há não, Sr. Secretário. Foi cancelado o concurso. Não sabemos nada sobre isso.

O Orador: ...há uma comissão técnica de acompanhamento, há um júri, inclusivamente foram aprovados nos diplomas orçamentais, matérias que têm a ver com o cuidado de transparência, de combate à corrupção e isto está a ser feito com toda a lisura, com toda a transparência e com todo o seguimento. E assim continuará a ser até ao último dia e naturalmente, quando é a própria Comissão Europeia que diz que está satisfeita com o processo e que está a correr bem, eles próprios que assinaram com Portugal um contrato, digamos, de reestruturação do Grupo SATA, acho que devíamos estar todos satisfeitos pelo caminho que...

Presidente: Tem que terminar Sr. Secretário.

O Orador: É evidente que nem tudo correu bem...

Deputado António Lima (BE): Imagine se estivesse a correr mal!

O Orador: ...nem tudo vai correr bem, mas o desastre que os círculos socialistas conduziram um dos principais fatores de orgulho dos açorianos, que é a SATA, o desastre que aqueles círculos socialistas conduziram este Grupo e aos Açores, não pode ser resolvido de um momento para o outro, vai levar tempo. Não vamos conseguir fazer tudo bem, mas estamos aqui imbuídos de boa-fé para levar a bom porto todo este processo e salvar não só a SATA, salvar os açorianos dos circos socialistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A situação no Grupo SATA continua a preocupar-nos e é com profunda preocupação que nós efetivamente não vemos melhorias nem avanços, nem mesmo uma estratégia adequada para o Grupo SATA.

Seria de esperar que o Sr. Secretário, após a sua intervenção, e aguardei pela sua intervenção sobre esta matéria, viesse explicar a este Parlamento duas coisas. A primeira é: como é que se cancela um processo de privatização a 2 de maio e em dezembro do mesmo ano, está-se a negociar esse mesmo processo com o candidato a esse processo de privatização que o Governo queria cancelar? Que credibilidade tem este Governo...

Deputado João Vasco Costa (PS): Zero!

O Orador: ...para negociar seja o que for quando cancela uma coisa num dia e no outro retoma, sem dizer nada a ninguém sem “dar cavaco” a ninguém, muito menos a este Parlamento.

A segunda coisa que esperava que o Governo dissesse a esta Casa era qual é o cachalote do PSD?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Como é que é possível!?

O Orador: Onde é que está o cachalote do PSD, do CDS, do PPM, apoiado pelo CHEGA? Porque eu olho para os resultados de 2016 da SATA a 2020 e eles são conhecidos, são desastrosos.

Há o problema do cachalote que não é o único, o problema da SATA, deve-se à muita má gestão, a erros de gestão, mas há outras matérias que também importa não “descamotear” e já lá vou. Mas hoje, com este Governo, em 2021 foram 57 milhões de euros. Em 2022 mais 57 porque esconderam 19 milhões em impostos diferidos, camuflaram as contas. Em 2023, 38 milhões de euros e em

2024 já vamos com 45 milhões no primeiro semestre, o que poderá chegar certamente muito próximo dos 200 milhões de euros.

E a pergunta que se faz é onde é que está o cachalote, Sr. Secretário Regional das Finanças? Onde é que está esse cachalote? Olhe, uma parte do cachalote, talvez a cauda, seja aquele empréstimo de 60 milhões de euros, contraída à JP Morgan para quê? Para ter uma liquidez de 24 milhões de euros, apenas porque o resto ficou cativo, porque a JP Morgan não podia correr riscos nenhuns, zero! E custou-nos esse pequeno cachalote ou a cauda do cachalote, 6 milhões de euros em nove meses.

Sr. Secretário, tudo isto depois de 453 milhões de euros em ajudas públicas do Orçamento da Região! Não foi da Comissão Europeia, não foi do Orçamento de Estado. Vem agora falar do passivo? Bem, que autoridade tem para falar dos passivos da SATA anteriores, quando a SATA teve uma injeção de liquidez de 318 milhões de euros? E o passivo continua a aumentar porquê? Com estes resultados, não seria de esperar.

Esta é uma estratégia com vista a aumentar a SATA Internacional para a vender, ficando os Açores com a dívida!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Porque os açorianos ficarão com todos os cêntimos de dívida, mas aquilo que querem vender valerá alguma coisa. Valerá porque quem pagará são os açorianos.

Essa estratégia errada está efetivamente a colocar em causa o Grupo SATA e a responsabilidade não é da SATA, é do Governo. Não é a SATA que está a levar o dinheiro, é o Governo do PSD, e do CDS e do PPM. E finalmente, em 2020 o Bloco de Esquerda trouxe esta Casa um projeto de resolução que recomendava ao Governo uma negociação com o Governo da República para que a SATA fosse incluída num projeto de interesse comum entre os dois Governos. E a República aqui também tem que ser chamada à razão por que a decisão de

liberalizar o espaço aéreo com prejuízos sérios para o Grupo SATA, é uma das consequências também para o estado calamitoso em que a SATA está e dizemos isso com grande e profunda preocupação.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo tem a palavra, o Sr. Deputado Pedro Neves para encerrar este debate.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Eu ia finalizar de uma forma, mas o Sr. Deputado António Lima salvou a declaração política e conseguiu dizer o porquê de eu ter inserido aqui uma declaração política relativamente à SATA. Houve vários tipos de aproveitamento dependente das bancadas. Até o PSD pelo Sr. Deputado Paulo Simões, disse que não é nada de novo, vamos tentar minimizar esta declaração política e o problema existencial dos Açores, que é a SATA, não vale a pena sequer falar. Ou então mesmo do CHEGA que antes de ser CHEGA, ou mesmo de ser basta o PAN Açores, neste caso o líder do PAN Açores, que era eu, em 2016 já dizia que queria privatizar a Azores Airlines.

A declaração política, nunca foi a dizer que é contra a privatização, pelo contrário, a declaração política disse que está a ser um rombo, aquilo que nós estamos e a forma como estamos a negociar para privatizar o mais rapidamente possível, tentando injetar algum capital para um determinado valor, mas para ficarmos com um passivo de mais 600 milhões de euros que vão ser os contribuintes açorianos que irão pagar. E a diferença entre os governos dos Açores e da República é que o Governo da República acabou de dizer e é

público que, devido às brincadeiras da TAP relativamente aos 4 mil milhões de euros que os contribuintes portugueses andaram a pagar, vai fazer tudo por tudo nas negociações da privatização para que isso seja devolvido novamente para os contribuintes.

E é isso que nós precisamos também do Governo Regional que dê algo confortável aos açorianos para que esta venda não seja completamente desastrosa.

O PAN é a favor da privatização da SATA Internacional, sempre foi e sempre será. Mas não vale tudo na venda da privatização e achar à partida que a diferença entre 6 milhões ou 20 milhões vai ser algo diferente quando à partida já temos quase 600 milhões passivo que seremos nós a pagar! Esse foi o objetivo da declaração política, não foi o objetivo de tentar nem atacar o Governo, nem atacar o Governo anterior do PS, nem dizer que somos contra a privatização, mas sim aquilo que o cuidado que nós temos que ter com os açorianos, porque vamos ser nós que vamos ter o ónus do pagamento, apesar de vendermos a SATA, a preço desbarato e o preço de ouro, somos nós que iremos pagar.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Estão encerrados os nossos trabalhos da manhã.

Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 08 minutos.

Eram 15 horas e 4 minutos

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a Agenda.

Encerrámos ontem os nossos trabalhos no ponto 3: – **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XVIII – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, 17 de fevereiro”**. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA, que foi alvo de uma substituição integral e a Mesa tem uma inscrição. Está inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pronunciar-me sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo CHEGA e que visa, no fundo, permitir uma utilização livre e sem qualquer limitação do glifosato nos espaços públicos da nossa Região.

Esta afirmação é feita tendo por base o projeto inicial e a substituição integral que ontem à noite o proponente deu entrada nesta Assembleia. Aquilo que está em causa com ambas as propostas, é exatamente isso: É voltar a permitir a utilização livre, ou quase livre, de glifosato como pesticida...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há muita erva daninha aí para matar!

O Orador: ...em espaços públicos da Região Autónoma dos Açores. E há alguns argumentos que o CHEGA invoca e que é possível identificar naquela que foi a intervenção feita daquela tribuna a propósito deste projeto.

O primeiro argumento é o argumento que estamos perante algo novo, perante um contexto novo, fruto da decisão da Comissão Europeia datada de final do ano passado. Isso não é verdade. Quando, em 2020, esta Assembleia tomou a decisão de interditar o uso de glifosato nos espaços públicos da Região

Autónoma dos Açores, estávamos exatamente como estamos hoje. Estávamos na vigência de uma autorização temporária por parte da União Europeia para a utilização dessa substância. Não há, portanto, nada de novo no contexto.

Em segundo lugar, o CHEGA apresenta um argumento de autoridade, argumento de autoridade esse que se resume mais ou menos ao seguinte: a União Europeia decidiu e, portanto, nós agora temos de cumprir. Esse argumento também não é verdade. E também não é verdade, porque, de acordo com o processo de decisão que vigora na União Europeia para a autorização do uso desse tipo de substâncias, esta é uma decisão que se determina em duas fases. Há uma decisão por parte da Comissão Europeia, mas quem é responsável pela autorização da utilização dessas substâncias são os Estados-Membros. Ou seja, não é verdade que pelo facto de a União Europeia ter decidido autorizar a utilização dessa substância, nós devemos acompanhar essa decisão. E tanto não é verdade, que há vários países da União Europeia...

Deputado Francisco Lima (CH): Quais são?

O Orador: ...que no âmbito dessa decisão, não autorizaram a utilização, no seu território, desse tipo de substância. É o caso da Bélgica, é o caso da Dinamarca, é o caso de um conjunto de outros países, é o caso, inclusive, daqueles que são, em suma, compromissos assumidos pela própria Alemanha.

Mas o tal argumento de autoridade também não é verdade, porque o próprio processo da tomada desta decisão por parte da Comissão Europeia merece as maiores reservas. Merece as maiores reservas, porque o proponente sabe, mas não disse aqui, nem quis dizer aos açorianos que acompanham esta Sessão, que o processo, nos termos da lei, desencadeia-se por um pedido de quem pretende utilizar essa substância e, no caso concreto, desencadeou-se pelo pedido de uma coisa que se chama: o Grupo para a Renovação do Glifosato. E o que é o Grupo para a Renovação do Glifosato que fez o pedido de autorização junto da Comissão Europeia para utilizar essa substância? É um grupo constituído,

exatamente, pelas indústrias químicas que produzem glifosato. Mais, de acordo com a legislação europeia, é o proponente, ou seja, o requerente que tem a responsabilidade de apresentar e de fundamentar o pedido a dizer que é seguro. Ou seja, o ponto de partida para a análise da Comissão Europeia em relação a estas matérias, é os estudos técnicos apresentados por quem faz o pedido para utilizar o glifosato, no caso concreto, os estudos técnicos pagos e apresentados pela indústria química que produz o glifosato.

Deputado Pedro Neves (PAN): Ora bem!

O Orador: O Sr. Deputado e os proponentes sabem que isso é assim, mas não quiseram partilhar isto, nem com os açorianos, nem com esta Câmara. Da mesma forma, o proponente sabe, mas não disse a esta Câmara, nem quis partilhar com os açorianos que nos ouvem, que este processo sofreu um adiamento em 2022, quando estava para ser decidido. E porquê? Porque não foi possível reunir o consenso mínimo necessário à volta da proposta de renovação da utilização do glifosato.

Ou seja, de entre os países membros da União Europeia, não foi possível reunir um número mínimo de maioria qualificada de países que defendessem e concordassem com a prorrogação da autorização da utilização de glifosato. O proponente sabe, mas não disse aqui nesta Câmara, nem quis partilhar com os açorianos que nos ouvem, que também por falta de consenso, o Comité Permanente de Vegetais, Animais e Alimentos para o Consumo Humano, não foi capaz de emitir um parecer sobre esta proposta em tempo.

Deputado José Sousa (CH): Precisava de mais tempo!

O Orador: Também sabe, mas não disse, nem quis partilhar com os açorianos que nos ouvem, que o Comité de Apelação, - isto é, quando o Comité inicial não se pronuncia, não consegue chegar a uma decisão, é apresentado um recurso para o Comité de Apelação -, também não conseguiu emitir um parecer favorável à renovação da utilização do glifosato.

Sabe o proponente, mas não disse, nem quis partilhar com esta Câmara, que o Comité de Recurso que poderia apresentar esse parecer, fruto de uma nova deliberação, não foi capaz de apresentar, uma posição sobre o Pedido de Renovação. E porquê? Porque não foi capaz de reunir o número de votos necessários, ou seja, a maioria qualificada de países que concordasse com a prorrogação da autorização da utilização desta substância.

O proponente sabe, mas não disse aqui nesta Câmara, nem quis dizer aos açorianos que nos ouvem, que a Comissão Europeia teve que tomar essa decisão porque estava obrigada a isso por lei, mesmo que para isso não tenha tido todos os fundamentos técnicos. Sabe o proponente, mas não disse nesta Câmara, nem quis partilhar com os açorianos, que essa decisão, tendo sido tomada com base no parecer da Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, que integra a análise da Agência Europeia de Químicos, é particularmente frágil! Esse parecer é, no mínimo, discutível, frágil. Sabe, mas não diz, que essa fragilidade deriva daquilo que a própria Autoridade Europeia de Segurança Alimentar reconhece como falhas e omissões do estudo que fundamentou a decisão da Comissão Europeia...

Deputado José Sousa (CH): Fundamentou as vossas decisões!

O Orador: ...de prorrogar a autorização da utilização do glifosato.

E quais são essas falhas? Quais são essas omissões que a própria Agência reconhece como existindo no estudo que fundamenta essa decisão? Não houve dados que permitissem analisar o potencial de impurezas do glifosato para provocarem danos ou para provocarem a destruição da cadeia de ADN. Em segundo lugar, não houve dados que permitissem analisar a quantidade de resíduos de glifosato existente em culturas como cenouras, trigo ou alfaces. Não houve dados que permitissem a avaliação de risco no que concerne à exposição ao glifosato por via da dispersão da pulverização. Todas estas falhas são

reconhecidas pela própria Agência, pela própria Autoridade Europeia de Segurança Alimentar.

Também sabe o proponente, mas não disse aqui nesta Câmara, nem quis dizer aos açorianos, que a prorrogação da autorização é contestada por vários elementos da comunidade científica, que dizem que a Comissão não teve em devida conta o princípio da abordagem precaucionária. Há uma posição de um toxicologista...

Deputado José Sousa (CH): De um!

O Orador: ...que diz que a Comissão rejeita 99% dos estudos sobre essa matéria. Há um bioquímico que afirma que a Comissão deveria ter assumido uma abordagem mais cuidada aos dados científicos sobre essa matéria. E assim sucessivamente.

Também o proponente sabe, mas não disse aqui nesta Câmara, nem quis dizer aos açorianos, que esta decisão da Comissão Europeia de autorizar a prorrogação da utilização do glifosato está a ser contestada judicialmente junto do Tribunal de Justiça das Comunidades em pelo menos três processos. Sabe, mas não diz, que a decisão da Comissão Europeia, não só não é vinculativa, não obriga, nos termos da própria legislação, como é duvidosa na sua base e está a ser contestada, quer em termos científicos, quer em termos legais.

O terceiro argumento que o proponente apresenta, é o argumento da legitimidade democrática, quando diz que nós submetemos a essa proposta e até houve gente que foi ouvida sobre ela, ...

Deputado José Pacheco (CH): Engraçado! Presidentes de junta do PS.

O Orador: ...houve pareceres que foram emitidos. O proponente sabe, mas não quis partilhar com esta Câmara, nem quis partilhar com os açorianos que nos ouvem, que dos dez pareceres escritos recebidos, oito são claramente inequivocamente negativos em relação à proposta. Dos dez pareceres escritos recebidos, oito são negativos em relação à proposta!

Deputado José Sousa (CH): Os senhores espalham o medo na população!

O Orador: Se o exercício de consulta tem algum valor, e nós acreditamos que tem valor, pois esse elemento também é válido.

Depois invoca um argumento, - esse aí eu não percebi de maneira nenhuma -, que é o argumento da competência técnica.

O Sr. Deputado José Paulo Sousa foi àquela tribuna fazer uma separação entre os cientistas, que considera credíveis e os cientistas que não considera credíveis.

Deputado José Sousa (CH): Não senhor!

O Orador: E posto isto, a dúvida é muito simples: qual é a competência técnica que o Sr. Deputado tem, ...

Deputado Francisco Lima (CH): É igual à sua!

O Orador: ...ou em que critérios científicos e competência científica o senhor se baseia, para distinguir entre aqueles que são os estudos credíveis e as fontes credíveis, e aqueles que não são credíveis? É que, repare, eu não tenho, nem ninguém tem, julgo eu, nesta Assembleia, a competência para dizer, “têm razão aqueles que dizem que o glifosato pode ser utilizado”, “têm razão aqueles que dizem que o glifosato não pode ser usado”.

Mas todos nós concordamos no seguinte: há uma dúvida. Há uma dúvida científica fundamentada sobre o impacto que a utilização de glifosato pode ter na vida e na saúde humana.

Aliás, apenas para citar alguns estudos mais recentes, eles são vastos e numerosos, em relação ao impacto que tem, uns, e, outros, que dizem que não foi possível detetar. Mas não é nesta Assembleia que nós vamos decidir quem tem razão. Aquilo que é pedido a esta Assembleia é uma coisa muito simples: Na dúvida, o que é que nós fazemos? Na dúvida, o que é que esta Assembleia faz? Permite a utilização de glifosato nos espaços públicos ou não permite a utilização de glifosato nos espaços públicos?

Um outro argumento do proponente é o argumento da aparente razoabilidade. Isso deriva, claramente, da proposta de substituição que foi apresentada, ou seja, a proposta de substituição aparenta criar circunstâncias excepcionais em que a utilização de glifosato pode ser utilizada. Isso é falso! Não nos enganemos. Esta proposta de substituição e esta suposta autorização para utilização de glifosato em circunstâncias alegadamente extraordinárias, não tem nada a ver com aquilo que o Governo aprovou no âmbito do Decreto Regulamentar, e que, depois, foi divulgado por esta Assembleia. Não tem nada a ver, também, com aquela que foi a proposta da IL de criar um quadro legal que permitisse isso. Porquê? Porque nessas duas propostas, a do Governo e a da Iniciativa Liberal, competia aos serviços técnicos avaliar se se verificava ou não uma circunstância extraordinária. Qual é a diferença em relação à proposta do CHEGA? É que o CHEGA, pura e simplesmente estabelece uma autorização legal a dizer que não interessa a análise, se esta se aplica ou não, está autorizado legalmente quando forem invocadas aquelas circunstâncias, e essa é uma diferença fundamental. Por último, há um argumento económico que diz: bom, mas as Câmaras e as Juntas de Freguesia estão a ter despesas acrescidas porque não podem utilizar o glifosato. Mas mesmo que assim seja, e eu dou de barato que assim é, a questão é se isso deve prevalecer sobre o potencial risco que a utilização de glifosato representa para a saúde e para a vida humana?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E por isso, Sras. e Srs. Deputados, da nossa parte, nós não sabemos se os estudos científicos que dizem que sim ou se os estudos científicos que dizem que não, estão certos. Sabemos, isso sim, que há uma dúvida cientificamente demonstrada, e basta essa dúvida, tendo em conta os valores que estão em causa, e nomeadamente, a saúde e a vida humana, para que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não possa dar o seu voto favorável a este Projeto Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, muito bem-vindo ao debate, dois dias depois. Já falámos de assuntos tão importantes, como a SATA, o Subsídio de Mobilidade, o cachalote em que o senhor tinha responsabilidade, o senhor nunca se meteu. O senhor foi-se meter no glifosato?! De quem é a proposta de proibição? Do BE. Quem é que aprovou? O Partido Socialista.

Deputado António Lima (BE): E o PPM. O seu parceiro, o PPM.

O Orador: Havia dúvidas?! Havia dúvidas?! As dúvidas dissiparam-se e agora voltaram. Eu não percebo nada disto. O senhor diz que nós sabemos coisas que nem nós próprios sabemos, o senhor sabe muito! Até parece que o senhor está no Parlamento Europeu ou se calhar, tiraram-lhe essa oportunidade, eu não percebo. A verdade é que nós não sabemos nem deixamos de saber. A diferença é que, entre aquilo que o senhor diz, se vindo do Partido Socialista, carece sempre de confirmação. Aquilo que nós dizemos é com transparência! O que sabemos, nós dizemos! Não escondemos o jogo! Ó Sr. Deputado, tentar desviar as atenções dos açorianos da SATA e outras coisas más, e meter-se no problema do glifosato com os seus presidentes de junta e alguns que estão aqui, que eu quero ver como é que eles vão votar...

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Contra, contra!

O Orador: ...é, no mínimo, falta de vergonha!

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Vergonha?! O senhor não põe em causa a vergonha de ninguém aqui!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Soares, faça o favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje nós tivemos aqui uma lição de normas e de aplicação de normas. Sim, é verdade que as empresas que produzem os produtos químicos que estamos aqui a falar, nomeadamente o glifosato, é que interpuseram um recurso para que a União Europeia revisse os procedimentos, sem dúvida nenhuma. E o que é que a União Europeia fez? Proibiu? Não, não proibiu. Portanto, nós aqui à cautela, proibimos. E provavelmente serão também essas empresas que financiam a Universidade dos Açores, e nomeadamente, o Centro de Biotecnologia dos Açores...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ...e também o parecer, este parecer que está aqui! Ou seja, também devem ser estas empresas que fazem o financiamento da Universidade dos Açores e que influenciaram a Universidade dos Açores a emitir este parecer que aqui está. Mas não basta! Também a Ordem dos Médicos dos Açores deve ser financiadas por essas empresas de produtos químicos. Daí esses dois pareceres que nós temos aqui, que são nomeadamente, este da universidade, é o parecer

mais técnico do que a técnica que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quis utilizar nesta Assembleia. Portanto, isto efetivamente é um parecer e é neste parecer que nós temos de nos basear.

Nós acreditamos e financiamos a Academia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvindo ali, o Deputado Vasco Cordeiro, parece que nós vamos reintroduzir o glifosato pela primeira vez nos Açores. O glifosato já é usado há mais de 50 anos. Em todas as garagens dos nossos agricultores, se calhar, existe glifosato. Tudo o que a gente come algures na cadeia alimentar, levou glifosato: o milho, a soja.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E se calhar esse é um dos problemas.

O Orador: Ou seja, o que a gente está a falar aqui é nos espaços públicos, nomeadamente as bermas das estradas!

Portanto, não vamos trazer aqui nenhuma substância nova. Isso é causar o pânico, tentar causar o pânico nos açorianos. Isso não é verdade. E sobre os estudos, foi dito aqui um estudo, que tinha saído no dia 4 de dezembro, eu fui investigar o estudo, porque eu também sou técnico, por acaso sou técnico responsável da área. Então o estudo era em ratos, ...

Deputado António Lima (BE): Queria pôr em crianças?!

O Orador: ...morganhos, exatamente. O estudo é com 87 ratos! 87 ratos que dividiram em seis grupos. O grupo que tinha mais era 15 ratos, entretanto, morreram 12.6 % dos ratos. Que então tem uma coisa engraçada, os ratos levaram *roundup*, nesse caso...

Presidente: Sr. Deputado, aguarde. Eu não estou a conseguir ouvi-lo. Os senhores estão? Eu peço que a Câmara reúna as condições para o Sr. Deputado poder continuar a sua intervenção.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: ...e, portanto, não há aqui nada de novo.

E então os ditos cobaias, durante 13 semanas, imagine, 13 semanas, foram sujeitos a inoculação com glifosato, a várias doses! De 500 miligramas a 50 miligramas. Por acaso os ratos dos 500 miligramas – são poucos, são só 15 ratos – morreram dois, durante o estudo. Menos de 50 miligramas, morreram quatro. E depois, qual é a conclusão? A conclusão é que é preciso fazer mais um estudo. Que possivelmente é tóxico e amostras de 13 ratos, aliás, o grupo mais pequeno tem nove ratos, e com isso, a gente ia proibir. E depois tem uma coisa aqui mais engraçada, isto, vamos lá a ver, se fosse para um humano, o que a gente estaria aqui a falar era de um humano que durante 9.7 anos, todos os dias ao pequeno-almoço bebia glifosato. Ora eu desafio aqui esta Casa, mesmo que fosse uma garrafa de uísque, eu não sei se aguenta 9.7 anos. Quem é que se vai expor a glifosato durante 9.7 anos?! E, portanto, há estudos para todos. Já agora, há estudos, os senhores lembram-se dos estudos que diziam que comer carne de vaca fazia mal? Olhe está aqui a revista *Visão*, ...

Deputado José Pacheco (CH): E o leite!

(Neste momento, o Deputado Francisco Lima exhibe a capa da revista Sábado)

O Orador: ...a nova dieta da carne vermelha, recomenda-se para a saúde. Olhem comam boa carne dos Açores que se recomenda. Mas na semana passada não se recomendava!

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Bem, obrigado Sr. Deputado.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro, como já foi amplamente dito neste Plenário, veio estabelecer a interdição do uso de herbicidas contendo glifosato em espaços públicos na Região Autónoma dos Açores, concretamente em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação.

Chamo, no entanto, a atenção, acho que isto é importante para quem nos ouve em casa. O que nós estamos a debater aqui é a interdição em espaços públicos. Nada disto tem que ver com a legislação sobre a utilização de glifosato na agricultura. É bom que quem nos ouve distinga isto. A utilização na agricultura não está aqui em causa, ela é permitida. Aqui estamos a discutir a interdição em espaços públicos.

Deputado António Lima (BE): Nós estamos a debater o levantamento da proibição! Não inverta os papéis, seja sério!

O Orador: Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, inscreva-se, por favor. Muito obrigado. Queria chamar a atenção porque me parece que é um aspeto muito importante. Dito isto, também é preciso deixar claro que essa interdição em espaços públicos é fundamental por aplicação do princípio da precaução e da prevenção relativamente a uma substância que pode representar riscos para a saúde humana e que representa perigos para o ambiente. Isso não há dúvidas. O que aqui está, nesta atual redação não é permitir a utilização indiscriminada do glifosato, não é isto que está nesta redação. Este é um caso de autorização excecional, e Sr. Deputado Vasco Cordeiro, os pareceres, tem razão, os pareceres são maioritariamente negativos, mas referem-se a uma redação que não é esta.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso ainda é pior!

O Orador: Porque o que o CHEGA propõe inicialmente é revogar toda a Legislação Regional, e agora não. O que está aqui, e eu vou dar nota, de facto alinhado com a legislação comunitária e com a legislação nacional, o Decreto Regulamentar Regional criado por este Governo em 2021 vem, no seu artigo 3, propor a existência de exceções para a utilização de substâncias em espaços públicos, contendo o glifosato, para a redução do risco ou prevenção de perigos para o ambiente, para a agricultura e para as florestas quando não existam métodos e técnicas alternativas.

A conjugação deste DRR (Decreto Regulamentar Regional) com o DLR (Decreto Legislativo Regional), que tinha sido aprovado em 2020, permite que esteja interdita a utilização em espaços públicos, mas visando estas exceções, para acautelar situações de risco para o ambiente, para a agricultura e para as florestas.

No entanto, quando o Bloco de Esquerda, nesta Casa, apresenta um DLR para eliminar o n.º 3 da Regulamentação que havia sido criada, elimina todas as possibilidades de exceção. Foi isto que aconteceu por uma proposta do Bloco de

Esquerda e mal! Como eu tive a oportunidade, em nome do Governo, de dizer no âmbito da discussão em Sede de Parlamento naquela altura. Também é verdade que, independentemente da fragilidade da argumentação, o que é facto é que foi aprovado este Decreto, este Regulamento de Execução da União Europeia para prolongar até 2033 a possibilidade de utilização disto, mas também, sob reserva do cumprimento de determinadas condições de restrições, nomeadamente estabelecendo que os Estados-Membros devem garantir que a utilização dos produtos fitofármacos que contém glifosato são minimizados ou proibidos nos espaços definidos na diretiva.

E por isso, no entender do Governo Regional, esta proposta do CHEGA, esta redação atual vem recuperar as condições que existiam previamente à apresentação da proposta, que foi aprovada pelo Bloco de Esquerda, de existir uma interdição de utilização no espaço público, mas havendo exceções. É isto que se vem recuperar!

E, portanto, no entender do Governo, falta nesta redação acrescentar que é em caso de insistência de alternativas de técnicas e meios alternativos para o combate que se pretende.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que avalia essa situação?

O Orador: Foi também isto que a Iniciativa Liberal apresentou nesta Casa e que foi chumbado: que existisse uma interdição, mas com possibilidades de exceções quando assim se impusesse. E, portanto, do ponto de vista do Governo Regional, esta proposta vai ao encontro daquilo que está definido a nível comunitário e nacional e permite as exceções que são do interesse da Região Autónoma dos Açores. Eu não vejo aqui nesta atual redação, nada que seja diferente em relação àquilo que existia antes da aprovação da Proposta do Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda, que elimina as interdições. É isto, é interdito excecionalmente, mas pode ser utilizado.

Diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e bem, antes era preciso uma autorização, agora uma comunicação. Essa comunicação é feita fundamentada, é avaliada por um Departamento de Governo Regional, com competência na matéria de ambiente e é sujeito à fiscalização, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Portanto, é preciso que isto fique claro. Isto não é para utilização indiscriminada do glifosato, não é isto que nós queremos. Porque nós temos que aplicar o princípio da prevenção e da precaução relativamente a uma substância que apresenta riscos para a saúde humana e que tem impactos no ambiente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouviu-se muito aqui sobre o glifosato, ouviu-se aqui muito sobre estudos, mas, penso que a essência a ser discutida neste Parlamento, também dentro desta matéria, são as condições de utilização, as regras de utilização e a fiscalização.

Como médico de profissão, posso vos garantir de que se eu quiser tratar uma amigdalite, e se der o triplo da dose do antibiótico, vou acabar com a doença, mas vou criar lesões noutros órgãos. E esta verdade é inquestionável, qualquer produto químico depende da sua concentração e depende da sua exposição ao ser humano. Penso que isto está regulamentado e penso também que esta matéria está perfeitamente salvaguardada se houver uma devida fiscalização; se o aplicador do glifosato estiver devidamente identificado, devidamente protegido e se fizer a sua manipulação e a sua aplicação em condições e como

deve ser. Também tem a ver com o tempo da aplicação, tem a ver com o tempo de exposição ao químico. Não esqueçamos que o glifosato não é completamente inócuo, obviamente que não. Causa intoxicações? Obviamente que causa. O vinho também causa intoxicações!

Deputado Francisco Lima (CH): Se for todos os dias.

O Orador: Portanto, a intoxicação alcoólica também dá problemas neurológicos irreversíveis. Se for ingerido durante muitos anos e em grandes quantidades. Aliás, deve ser a substância que mais problemas neurológicos pode causar. Portanto, vamos ter bom senso. O Partido Popular Monárquico é um partido ecologista, o primeiro partido ecologista do país. Fique bem registado isto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A grande questão aqui é que não somos extremistas. Nós queremos encontrar o equilíbrio entre a economia, o crescimento económico dos Açores, que penso que estará a incomodar toda a bancada socialista, o crescimento económico dos Açores. Durante meses e meses – 40 e tal meses, 43 meses seguidos – estará a incomodar muita gente.

Mas a verdade é que defendemos. Defendemos que o glifosato se for utilizado convenientemente, se for fiscalizado convenientemente poderá ser usado, atendendo que as soluções alternativas ao glifosato têm demonstrado uma grande ineficácia!

Tenho dito.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Paulo Sousa, faça favor.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero agradecer todos os elogios que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro direcionou, todos.

(Risos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado José Pacheco (CH): Foram muitos!

O Orador: Parece que ia ser muito, mas eu vou citar aqui uma frase de um filósofo que era Blaise Pascal, que dizia assim: “Ninguém é tão ignorante que não tenha algo a ensinar e ninguém é tão sábio que não tenha algo a aprender.”
– Blaise Pascal.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Depois dá-me umas aulas de inglês, aí eu ainda tenho a aprender, Sr. Deputado. Talvez eu saiba muito de alguns assuntos que não quis dizer aos açorianos ou que não quis dizer nesta Casa, como o senhor sabe também de muitos outros assuntos que nunca disse aos açorianos nem quis dizer nesta Casa. Vamos jogar igual por igual.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

O Orador: Relativamente a não haver conclusões, Sr. Deputado, é certo que todos os dias vão aparecer relatórios que se contradizem. Uns são a favor, outros são contra, é legítimo, faz parte. Mas existe um “estudo de coorte” na Noruega e na Suécia sobre saúde respiratória que concluíram – não é ficaram na dúvida – concluíram que o glifosato é um dos pesticidas menos agressivos para o sistema respiratório.

Deixe-me continuar, fico nervoso nunca pensei que fosse o senhor a falar comigo.

(Risos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado José Pacheco (CH): Mas eles sabiam!

O Orador: Houve um outro estudo: o *Agricultural Health Study*, que acompanha cerca de 89 mil trabalhadores rurais e as suas famílias na Carolina do Norte.

Deputado José Pacheco (CH): O PS sabia disso também.

O Orador: Que é conduzido pelo Instituto Nacional de Cancro e Instituto Nacional de Saúde e Segurança Ocupacional, desde 1990. E em 2018, ou seja, quase 30 anos depois, emitiu um relatório em que não encontrou uma associação estatisticamente significativa em transposição ao glifosato e a maioria dos tipos de cancro.

Deputado António Lima (BE): E há outros que dizem o contrário!

O Orador: E outros que dizem o contrário, faz parte. Faz parte, é a vida. Mas agora vamos lá ver o que é que são medidas precaucionárias. Talvez não por acaso, saiu ontem uma notícia na qual, perto de 240 mil mortes em 2022 na Europa, devido às partículas finas no ar. Partículas de quê? Dos escapes automóveis, das roçadoras que os trabalhadores usam para limpar as beiras da

estrada e que estão mais expostos ao fumo porque estão com o escape atrás das costas!

Talvez como medida de precaução, devíamos proibir as roçadeiras, as motosserras e, se calhar, os carros de circular! Mas vou-vos dizer mais um estudo aqui, talvez medidas de precaução que os senhores queiram fazer, a maioria dos rios e lagos da Europa está poluída com pelo menos um químico interno, um químico interno: PFA! Em que é que é utilizado o PFA? É utilizado nesta carpete que nós temos aqui, nos fatos que nós utilizamos, nos sacos das pipocas que se vendem nos supermercados, em tudo, tudo, tudo!

Deputado José Pacheco (CH): Mas eles sabiam!

O Orador: E é eterno. Contrariamente ao glifosato que se desfaz organicamente na terra em cerca de 30 ou 90 dias. Este é eterno, dura séculos! Talvez os senhores queiram proibir que se venda pipocas em sacos de micro-ondas nos supermercados. É isso que os senhores querem com medidas de precaução também? Obviamente que vão existir relatórios a favor e contra, não hoje, não há 10 anos, mas se calhar para sempre, para sempre! As medidas que existem neste momento não permitem combater eficazmente as infestantes. Está visto, quem anda nos caminhos agrícolas, quem anda nas nossas estradas, vê; os presidentes de junta queixam-se; os presidentes de câmara e de juntas, inclusive os vossos, queixam-se! Talvez os que estão aqui não se queixam, também se calhar não podem, a verdade é essa. Mas está visto, está visto, até o Senhor Secretário que ali está, tem que reconhecer que neste momento, com os meios alternativos que existem, não conseguimos combater as plantas infestantes, as plantas invasoras nos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate foi para onde era expectável. Eu julgo que ninguém pode dizer, nem inclusive o proponente deste retrocesso, porque aqui que se está a debater é um retrocesso. Ninguém está a proibir nada, o que se quer é retroceder, voltar atrás e colocar em risco a saúde, mas julgo que até o proponente reconhece que há dúvidas. Há estudos contraditórios. Há estudos que referem que há risco de doença inflamatória, desordem metabólica, efeitos tóxicos no sistema nervoso central, danos cerebrais.

Deputado José Pacheco (CH): Quais estudos? Mas de quem são esses estudos? Onde é que estão esses estudos?

O Orador: Há estudos credíveis mais recentes e mais antigos, risco de doença oncológica, há estudos nesse sentido. Há estudos que dizem o contrário. Agora, o que está a decidir é se quer aplicar ou continuar a aplicar o princípio da precaução ou se quer deliberadamente, conscientemente e irresponsavelmente submeter a população dos Açores a um risco desnecessário.

(Protestos dos Deputados da bancada do CH)

Nós não temos dúvidas de que lado estamos. Estamos do lado da saúde pública, da proteção do ambiente.

Sr. Secretário do Ambiente... aliás, alterações climáticas.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Ação.

O Orador: Ação climática. Está sempre a mudar, Sr. Secretário. Para mim é o ambiente. Quer o senhor passar a ideia de que o que o CHEGA está a apresentar

é aquilo que o senhor queria fazer em decreto regulamentar. Não é, não é! E eu vou-lhe dizer porque é que não é. Porque o que o senhor escreveu em decreto regulamentar diz o seguinte: “Sem prejuízo no artigo anterior, podem ser autorizadas excecionalmente à aplicação de produtos fitofármacos contendo glifosato”. Aquilo que o CHEGA, ou alguém do seu gabinete escreveu para o CHEGA colocar neste diploma...

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Aquilo o que diz é: “Sem prejuízo do artigo anterior, é autorizada excecionalmente à aplicação de produtos fitofármacos.”

Isso é totalmente diferente! A autorização aqui existe mediante a avaliação, que é feita por quem? Pelo técnico, não é pelo Governo, e o que o senhor está aqui a fazer crer é que o Governo vai avaliar os pedidos, não vai! Vai autorizar tacitamente mediante uma apresentação de uma avaliação do técnico que quer aplicar essa autorização. É uma utilização indiscriminada, sem limites, sem avaliação do glifosato, como já acontecia no passado. Aliás, eventualmente até pior e com isso não concordamos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente para defesa da honra, houve aqui uma acusação grave.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda acaba de acusar o CHEGA que o diploma foi escrito pelo Governo Regional.

Deputado António Lima (BE): Eu acusei foi o Governo!

O Orador: Não, não foi. Não foi, porque não é assim que fazemos. Agora há uma palavrinha que os senhores não conhecem lá na vossa ideologia, nesta da esquerda. Chama-se: diálogo. Uma coisa é conversarmos uns com os outros e afinarmos, não o piano, mas afinarmos as coisas para funcionarem. A fazer uma acusação dessas, até parece que estamos na Coreia do Norte ou na Venezuela! Mas com o CHEGA não é assim que funciona.

Sr. Presidente, muito obrigado e está respondida a verdade. Os senhores já estão desesperados, mas não desesperem mais.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Faz favor, Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A acusação que fiz foi ao Governo, ...

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Pior ainda!

O Orador: ...por isso não percebo de que modo é que a honra do CHEGA possa ter sido ofendida. Agora como é óbvio, esta proposta como estava, era demasiado ostensiva para o Governo e para a Coligação. A Coligação sentir-se-ia algo desconfortável em aprovar uma proposta que dizia: “Revogue-se sem mais a proibição que existia”. Então em diálogo ou o que queiram chamar, sentaram-se os dois...

Deputado José Sousa (CH): Em diálogo!

O Orador: ...e estiveram a redigir uma coisa que é para disfarçar a revogação, que é exatamente o que estão a fazer, que é revogar aquilo que existe com uma suposta autorização excecional, que não é excecional coisa nenhuma. É a revogação daquilo que existe para se poder utilizar sem restrições o glifosato como já se utilizava antes, um verdadeiro retrocesso. Em tempos, há muito pouco tempo, a “Bayer” ofereceu ali um chapéu ao Sr. Secretário da Agricultura, ...

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ...agora os seus agentes nos Açores estão a revogar a legislação que protegeria a saúde pública.

(Pausa)

Presidente: O Sr. Secretário do Ambiente pede a palavra para? Para uma intervenção. O Sr. Secretário Paulo Estevão pede a palavra para?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão)*: Uma interpelação em relação à condução dos trabalhos.

Presidente: À condução dos trabalhos, tem a palavra Sr. Secretário Regional, faz favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão)*: Sr. Presidente.

Não nos é possível, como sabe do ponto de vista regimental, responder a acusações e ofensas que são pronunciadas no âmbito de uma questão, que foi a questão da defesa da honra, e a respetiva resposta que o Sr. Deputado teve a oportunidade de realizar. E não só nessa resposta, reiterou as acusações como,

fez novas ofensas, ofendeu o Governo novamente, não tendo o Governo a oportunidade de utilizar a figura regimental da defesa da honra nestas circunstâncias. E por isso, Sr. Presidente o que lhe solicito é que, tendo em conta o comportamento reincidente do Sr. Deputado, ...

Deputado António Lima (BE): Reincidente?!

O Orador: ...que num espaço de 5 minutos, com afirmações ofensivas em relação ao Governo, eu peço a Vossa Excelência que tenha especial atenção em relação a esta matéria e que obviamente que o Sr. Deputado não o possa fazer de forma reiterada e principalmente, em situações regimentais em que o Governo não tem hipótese sequer de se defender.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Está registada a sua interpelação. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado António Lima, julgo que há aí alguma desorientação e também falta de noção dos limites do debate democrático. Eu sei que é assim noutros países...

Deputado António Lima (BE): Lá vem a Coreia do Norte.

O Orador: ...noutros regimes, alguns dos quais o senhor defende, mas deixe-me dizer-lhe isto. O senhor deve estar a projetar aquilo que o senhor faria se tivesse no lugar de um Secretário, mas num Governo como este de Coligação, da Coligação PSD, CDS-PP, PPM não há escrituras de propostas por parte de um Gabinete de um Secretário. Não lhe admito isso, fica a saber que não lhe admito isso.

A redação que foi feita é da autoria do Grupo Parlamentar do CHEGA, nada tem que ver com o Gabinete do Secretário, e é bom que isto fique muito claro. Mais: aquilo que o CHEGA propôs inicialmente, era revogar toda a legislação. Ficaríamos dependentes da legislação nacional, com certeza. O que está aqui é

recuperar o regime que existia antes da sua proposta, da sua proposta, que eliminou as exceções que existiam.

Por isso é que o senhor está nervoso porque foi a sua proposta que retirou...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A sua é que retirou!

O Orador: ...a possibilidade de salvaguardar o interesse público criando exceções que pudessem intervir na prevenção e correção de situações excecionais quando estivesse perigo o ambiente, a agricultura ou as florestas. E vou deixar isto muito claro, o que está nesta redação é muito claro. É interdita a utilização em espaços públicos...

Deputado António Lima (BE): Não é.

O Orador: ...e existem exceções quando está em risco o ambiente, a agricultura e as florestas e essas exceções são pedidas por um técnico certificado que cumpre com a legislação nacional e são avaliados pelo Departamento do Governo Regional. Mais: e ficam sujeitas à fiscalização. Não é apenas da inspeção regional do ambiente ou dos vigilantes da natureza, é também da própria GNR, é também dos florestais e, portanto, não há aqui um cheque em branco. Não há aprovação tácita como o senhor quis fazer parecer. Não é nada disto! É um pedido excecional que é avaliado e que é fiscalizado. E é bom que isto fique muito claro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, diga-me lá, então, quais são as situações excecionais suscetíveis...

Deputado Francisco Lima (CH): O técnico é que sabe.

O Orador: ...de uma autorização excecional? E o risco pelo ambiente para a agricultura ou floresta, dê-me exemplos concretos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar esta oportunidade para dar aqui um pequeno contributo sobre o diploma que está em apreciação.

Começando por relembrar ou lembrar que, efetivamente, não tenham dúvidas de que neste nesta altura são muitos os elementos dos executivos de junta de todas as freguesias dos Açores que estão a assistir a este debate, bem como bem como a população. Sim, porque isto é uma situação em que as próprias pessoas estão a favor, mas para se saber isso é preciso andar na rua e falar com as pessoas. Se a gente não fala com as pessoas, não sabe o que é que elas pensam. E o que está aqui em causa também é a aplicação com regras e se há alguém que tem capacidade, sentido de responsabilidade para aplicar essas regras com segurança, são os executivos das juntas de freguesia.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E isto tem que ficar bem claro aqui e que não restem qualquer tipo de dúvidas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Sim, a segurança das pessoas está em primeiro lugar e não tenham dúvidas que com a aprovação deste diploma, estas regras e a segurança serão integralmente cumpridas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não só os executivos ficarão satisfeitos, bem como as pessoas que diariamente se queixam de todas as ervas que temos nas bermas nas estradas e que realmente é uma dificuldade muito grande dos executivos acudirem a todos esses problemas.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há questão sobre a qual eu não tenho dúvidas é que tem que existir um regime excecional para a aplicação deste tipo de produto fitofármaco na nossa Região. Porque basta andar pelas estradas, pelas ruas das principais cidades dos Açores para perceber a necessidade desse regime excecional. Disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e bem que o regime excecional que o CHEGA em boa hora trouxe na sua substituição integral, não é propriamente igual àquela que trouxe a Iniciativa Liberal em 2022 e que foi chumbada.

Confesso que acho que a minha era melhor. Não sei qual é a opinião do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado José Pacheco (CH): A do senhor?

O Orador: No entanto, nós temos todos que ter noção que a própria aplicação de fitofármaco seja na agricultura, seja em áreas que agora se queiram excepcionar, não é feita assim: compra aqui um litro de... não quero dizer marca, de fitofármaco à base de glifosato, uma bomba e vamos embora para a rua dar. Não é assim. Tem regras, tem regras muito claras. Carece de uma formação que é longa. Um técnico de aplicação de fitofármacos tem uma formação de sete dias durante 8 horas. Faz uma primeira avaliação de 20 horas e depois faz estas horas todas. Tem uma lavagem de cérebro sobre os malefícios desses produtos, todos eles: os inseticidas, os herbicidas, os fungicidas, etc.

E sai não só sensibilizado como formado para a sua boa utilização, desde a regulação dos bicos, a utilização do tipo de máquina adequada a cada serviço que vai fazer, às dosagens, dosagens essas que, como disse o Dr. Paulo Margato e usam o exemplo do antibiótico, se forem usadas a mais, não ganham nada com isso, só perde, porque está a usar produto a mais, está a gastar dinheiro a mais. Portanto, a formação é de facto boa.

(Neste momento, o Deputado Nuno Barata exhibe um cartão)

Eu tenho a formação, fi-la já foi em 2018, mas não é por acaso que eu uso o epíteto para mim próprio de especialista em generalidades, é que eu vou estudando muita coisa, desde os fitofármacos até aviões. O que é que eu hei de fazer? É um vício que eu tenho, pronto. Mas eu não tenho dúvidas nenhuma que esse regime de exceção tem que existir porque de facto, não há neste momento, outra forma de atacar algumas infestantes que se estão a tornar preocupantes nos Açores, que não seja com recurso a este tipo de tratamento. E eu falo de áreas urbanas, de vias terrestres, de vias de comunicação, mas podia dar muitos outros exemplos. E vou dizer uma coisa que talvez choque a Câmara e talvez choque alguns dos açorianos que possam estar em casa a ver: há

entidades a usar massivamente produtos dessa natureza em áreas ambientalmente suscetíveis precisamente para combater as infestantes que estão a ocupar o espaço das endémicas. E eu penso que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas ou da... já não sei como é que se chama. Não quero ofender ninguém para não ser alvo de alguma interpelação, mas penso que o Sr. Secretário deve saber onde é que esses produtos estão a ser utilizados, porque quem conhece o efeito desses produtos nas plantas, passa por lá e vê muito rapidamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu fui daqueles que não concordei, e que ainda hoje não concordo, com a exceção que constava do Decreto Regulamentar Regional. Mas isso não me impede de perceber que há diferenças muito significativas entre aquilo que o senhor pretendia fazer e que a Assembleia, avocando, revogou, e aquela que é a proposta do CHEGA. Eu percebo a lógica da sua solução. A solução que o CHEGA apresenta não tem lógica.

Deputado Francisco Lima (CH): Não tem lógica, mas vai ser aprovada.

O Orador: Aquilo que o senhor pretendia era que em circunstâncias excepcionais, houvesse uma avaliação e que alguém, que no caso concreto era o senhor, através de despacho, autorizasse a utilização excepcional daquela

substância. Aquilo que nos é proposto aqui é que, por força da lei, é sempre autorizado. É sim senhor!

Vozes de alguns Deputados do PSD: Isso é falso!

O Orador: Não, não é. É o que está escrito. É sempre autorizado porque é isso que a lei, é isso que a proposta diz: “é autorizado”. E quem é que faz a validação técnica da circunstância excepcional?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Os serviços do ambiente!

O Orador: Não são os serviços. Leiam o que diz o número 2 da proposta do CHEGA. Não são os serviços!

E, portanto, aquilo que é proposto pelo CHEGA não tem nada a ver com a solução que o senhor entendia e que, apesar de eu me opor a ela, reconheço que ela tinha lógica, e que dentro daquilo que era o seu objetivo, fazia sentido.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, há algo que me parece ressaltar de uma análise deste assunto ao longo dos últimos tempos, é que este assunto, ao contrário de diminuir, de intensidade, de estar a ser esclarecido, está a seguir exatamente a tendência e o trajeto inverso. São cada vez mais as evidências que a utilização do glifosato é prejudicial à saúde humana. São cada vez mais os estudos que apontam neste sentido.

Deputado José Pacheco (CH): O grande cientista Vasco Cordeiro!

O Orador: A 4 de dezembro, foi tornado público um que dava conta que provocava danos neurológicos; em abril de 2022 foi publicado um que demonstrava que afetava severamente o normal desenvolvimento celular; em 2019, um sobre a exposição pré-natal e na infância a pesticidas no ambiente salientava que poderia contribuir para problemas de desenvolvimento de ordem cognitiva e, nomeadamente, provocar problemas de espetro do autismo. Face a esse quadro, eu não tenho – não acredito que ninguém nesta Casa tenha – competência para dizer: uns estão certos, outros não estão. Mas há a dúvida! E é

face a essa dúvida que, dentro da abordagem precaucionária, nós entendemos que deve vigorar esta proibição de utilização nos espaços públicos.

E termino com uma referência que adensa no fundo, esta circunstância: A outubro de 2024, a empresa que comercializa o glifosato e um produto que utiliza glifosato nos Estados Unidos, chegou a acordo em tribunal com 100 mil casos judiciais de utilização desta substância, no valor de 11 mil milhões de dólares. Estão ainda a decorrer em tribunal, para além desses 100 mil casos, mais 54 mil casos que põem em causa e põem em dúvida o prejuízo que a utilização do glifosato traz para a saúde pública. E é por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode, dentro de uma abordagem precaucionária, em defesa daquilo que nós consideramos ser o interesse da saúde e vida humanas, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é por isso!

O Orador: ...não pode dar a sua concordância ao Projeto que foi apresentado pelo CHEGA.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate. Sr. Deputado José Leal tem a palavra.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de tecer aqui dois ou três considerandos sobre este assunto. Em princípio, não estava para intervir porque eu acho que nessas coisas costumo dizer: “Mestre em todas as artes, burro em todas as partes”, como diz o ditado

antigo, e às vezes há coisas que nós não entendemos. E quimicamente não sou propriamente uma pessoa entendida neste assunto, mas na perspetiva do utilizador, no sentido do cidadão, que tem responsabilidades autárquicas sei alguma coisa sobre a matéria sem querer entrar muito nas questões mais específicas de química, de fórmula de farmacologia. Eu acho que há aqui alguém que interveio antes de mim, o Dr. Paulo Margato, que espelha muito bem, aquilo que deve ser o tratamento adequado em relação a esta proposta. Nós temos que ter equilíbrios e bom senso, quando tratamos da administração pública e da gestão da causa pública. E às vezes não há esse equilíbrio nem bom senso. Ou corta-se e proíbe-se de tudo, ou então é outra atitude típica do português. E isso leva muitas vezes a cenas lamentáveis, como vimos aqui há uns tempos, com um indivíduo, que morava ao pé da minha casa em relação a um trabalhador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, começou aos gritos: “Queres matar o meu cão!” e depois publicou no YouTube e no Facebook. Quer dizer, essas cenas radicais são muitas vezes empolgadas por atitudes mais radicais que nessas Câmaras nós temos e que não fomentam o debate e o esclarecimento público. A questão do glifosato, e de tudo o que são produtos do género, é uma questão de aplicação adequada. É uma questão de fazermos prevalecer a lei que já existe a nível nacional.

Reparem só num pequeno pormenor, a lei nacional diz que quando é utilizado esse tipo de produto, – que, aliás, só é proibido nos Açores, não é nível nacional, – quando esse produto é utilizado, tem que haver o acompanhamento técnico de um engenheiro agrônomo numa Câmara Municipal, por exemplo. É assim que funciona. Porque é que nós não – sabendo perfeitamente que não é inócuo, disse o Dr. Paulo Margato – porque é que nós não fazemos como uma Câmara Municipal que não de São Miguel, de uma outra ilha, fazia que era aplicar esses produtos à noite? Às 7,8,9 da noite. Ninguém vai passear o cãozinho, às 9 ou 10 da noite. Portanto são essas pequenas grandes medidas

que, aplicando de uma forma correta, de uma forma sensata, podemos, ao mesmo tempo que estamos a dar cabo das infestantes, também com o devido acompanhamento técnico, estamos também a fazer com que numa época de falta de recursos humanos, recursos materiais nas autarquias, estamos a fazer com que a proliferação de ervas e de infestantes não seja aquilo a que hoje em dia nós assistimos.

Felizmente vivemos numa região que chove muito, tem muita humidade, e a erva cresce.

Eu na minha freguesia, os homens cortam a erva, 15 dias depois têm que cortar outra vez. Portanto, tem quase 100 becos, travessas, etc. Portanto, eu só para erva durante o Verão, fico esgotado de recursos humanos. Portanto, meus amigos, há aqui algo que tem que ser equacionado. O diploma neste sentido é equilibrado. Eu não posso deixar de dizer que vou votar favoravelmente a esse diploma porque é equilibrado, põe certos obstáculos, exige o acompanhamento técnico, satisfaz autarcas no sentido de poupar recursos, a própria Associação de Freguesias deu o seu parecer positivo sobre esse assunto. Deu o parecer positivo

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem? Quem foi?

O Orador: Consultou inclusive juristas a nível nacional. Tudo isso, a ANAFRE, a Associação Nacional de Freguesias e a Associação de Municípios, deu o parecer positivo. Portanto, não vamos agora criar aqui radicalismos que criam medo nas pessoas.

Eu vou dizer uma coisa, chapéus há muitos, também pareceres há muitos, estudos científicos há muitos. A verdade é que a União Europeia, apesar de todos os senãos, autoriza a continuação da utilização dessa substância. Nós temos aqui que olhar em frente com o bom senso, com o equilíbrio, porque uma proposta dessas merece. E neste sentido, fica já a minha declaração de voto em relação ao diploma que o CHEGA apresenta.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto faça o favor. Tem a palavra.

(Pausa)

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados a esta fase do debate, eu tenho cada vez mais dúvidas do que certezas, e passo a explicar. Com os argumentos que já foram trazidos a debate, eu fico cada vez mais convencido que não estamos aqui a debater um problema de fitofarmacêuticos, um problema de saúde pública ou um problema ambiental, mas parece que estamos é a debater uma espécie de cruzada. Uma cruzada contra um determinado fitofarmacêutico ou uma cruzada contra uma determinada empresa. Porque os argumentos que já foram aduzidos, é para esse lado que nos conduzem. E passo a explicar, foi proibida a utilização de glifosato e pergunto: As Juntas de Freguesia, as Câmaras Municipais, as entidades que limpam as nossas vias públicas deixaram de usar fitofarmacêuticos? Passaram a catar todas as ervinhas daninhas da estrada à mão e com sachola? Ou usam produtos fitofarmacêuticos?

Deputado Francisco Lima (CH): Muito pior!

O Orador: Usam ou não usam? É porque isso ainda não foi falado neste debate. Parece que de repente, sem o glifosato passamos para um ambiente totalmente limpo e isento onde não se usa nenhum fitofarmacêutico. E ninguém

até agora que está contra o glifosato, falou dos outros fitofarmacêuticos que andam a ser usados. E, portanto, por isso é que eu tenho que concluir que nós estamos perante uma cruzada. Só falta é perceber se a cruzada é contra o princípio ativo, o glifosato ou se é contra a empresa.

Deputado José Pacheco (CH): É contra o CHEGA!

Deputado Francisco Lima (CH): É contra os dois!

O Orador: E mais, se se fala, se se usa o princípio do uso precaucionário, então esse uso precaucionário também não se aplica aos fitofarmacêuticos que andam a ser usados em substituição do glifosato? É que a informação que eu recolhi é de que para substituir o glifosato usam dois e três fitofarmacêuticos diferentes! E que em vez de usar um litro de glifosato como usavam antigamente, agora usam dezenas de litros dos outros fitofarmacêuticos! E, portanto, este debate que se está aqui a falar alegadamente da saúde pública e da proteção do ambiente e da proteção da saúde pública, eu não ouvi ninguém falar dos outros fitofarmacêuticos que estão a ser usados em substituição. Srs. Deputados, que estão contra o glifosato, o que é que têm a dizer aos outros que estão a ser usados em substituição?

Deputado José Ávila (PS): O senhor está a falar a sério?

O Orador: Porque importa perceber isso! Importa perceber é qual é que é a estratégia que defendem para manter os nossos espaços limpos; qual é a estratégia que defendem para preservar as nossas espécies endémicas, das infestantes; qual é que é a estratégia que defendem que seja usada numa situação de risco ambiental!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional do Ambiente faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu não sou, ao contrário do senhor, jurista, sou Secretário do Ambiente, quando muito fora destas funções sou engenheiro do ambiente, portanto, não vou discutir se a empresa A ou B chegou a acordo em tribunal. Não sei, não me irei pronunciar sobre isso. Posso, no entanto, dizer que concordo consigo. É fundamental termos o princípio da precaução e da prevenção na utilização de substâncias dessas, que não há dúvida que apresente um risco à saúde humana, estando inequivocamente comprovado ou não, risco existe e que representa um perigo para o ambiente, sobretudo para meios, aquosos.

Portanto, não há dúvida nenhuma e é por isso que, mesmo com esta redação, continua em espaços públicos a ser proibida, em regra, a utilização.

O que são criadas são exceções, Sr. Deputado e é preciso esclarecer também isso muito claramente. O artigo 3-B, que é proposto pelo CHEGA, diz no seu ponto 2 que o previsto no número anterior é permitido mediante avaliação prévia, com a identificação das situações de risco a prevenir ou recorrer, produzida por um técnico responsável nos termos da legislação nacional. E o ponto 3 diz que essa avaliação é enviada com oito dias de antecedência para o serviço afeto ao Departamento do Governo Regional com tutela em matéria de ambiente.

Portanto, é feita essa avaliação e mais! O artigo 5º do DLR não é revogado.

Portanto, se tiverem incumprimento, evidentemente são fiscalizados e atuam os órgãos. É isto que acontece! Para que fique bem claro com esta redação

continua a estar proibido, mas existem exceções. Se a metodologia é diferente daquela que existia no DRR? É, mas a finalidade é a mesma e é esse o espírito que está aqui invertido. Em relação a exceções Sr. Deputado, há uma coisa que lhe posso dizer, o património natural dos Açores, a nossa biodiversidade é riquíssima, mas é muito...

Deputado António Lima (BE): E os espaços públicos?

O Orador: ...sim, os espaços públicos não são zonas dentro das cidades, só. Há muitos espaços públicos fora das cidades e fora das localidades. E se nós temos espécies que são sensíveis, que são vulneráveis, que são muito importantes do ponto de vista da biodiversidade, quer dizer, não vamos criar uma única exceção para proteger essas espécies? Mas que equilíbrio é que existe então? O que é que estamos aqui a fazer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...quando existem mecanismos para proteger a nossa biodiversidade e nós excluimos completamente? Sem qualquer tipo de avaliação! Isto não faz sentido absolutamente nenhum. Você é um Secretário do Ambiente cabe-lhe encontrar também enquadramento e fundamentos para proteger o nosso património natural.

Vozes dos Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Margato tem a palavra.

(Pausa)

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portanto, penso que da minha parte já valeu a pena ter vindo a este Plenário para ter aqui esta belíssima aula de química. Mas quero acrescentar aqui uma matéria importante, uma informação importante. O glifosato é absorvido de três formas: por via oral; por via cutânea; e por via da inalação. Ouvi aqui contributos importantíssimos, como ali do nosso colega Deputado do horário de aplicação do glifosato, é importante. E ressalvo que tudo, todos e qualquer químico mal utilizado provoca intoxicação e provoca – como ontem, ouvi bem – problemas irreversíveis no sistema nervoso central. É verdade! Não é mentira nenhuma. Mas não é só o glifosato! Não é só o glifosato. Portanto, apelo ao Sr. Secretário do Ambiente de Alterações Climáticas...

Vozes da Câmara: Ação Climática.

O Orador: ...Ação Climática, peço imensa desculpa, para que apostemos cada vez mais na fiscalização, para que apostemos cada vez mais na monitorização deste fármaco. Aí teremos verdadeiramente uma medida de equilíbrio.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Creio não existirem.

Vamos então passar à votação deste diploma.

(Pausa)

Vamos votar o Decreto Legislativo Regional n.º 21/XVIII. Vamos votar na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 21/XVIII, foi aprovado com: 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovado na generalidade, vamos passar à especialidade perguntando se há intervenções. Já percebi que há.

Sr. Deputado António Lima para uma intervenção tem a palavra.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra esta Proposta Decreto Legislativo Regional que, na prática, revoga a proibição do...

Presidente: Sr. Deputado António Lima, é uma declaração de voto, falta a especialidade.

O Orador: Peço desculpa.

(Pausa)

Presidente: Vamos entrar no debate e votação na especialidade. O diploma tem 6 artigos, não existem propostas de alteração. Pergunta à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Não? Vamos um a um?

Está à votação o 1.º artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. E com 1 voto contra do BE e 1 do PAN. E com 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Os Srs. Deputados, que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com 1 voto contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, faz favor...

(Apartes inaudíveis na Câmara)

Os dois em conjunto, pode ser? Está à votação o artigo 3.ºA incluído no artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão. Os Srs. Deputados, que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3.º incluído no 3.º A, foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. E com 1 voto contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de um aditamento do artigo 3.º B, incluída no artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e Srs. Deputados, que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e Srs. Deputados, que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Os artigos 5.º e 6.º podem ser em conjunto? Não?

Está à votação o artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Os Srs. Deputados, que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo 5.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL. E com 1 voto contra do BE e do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados, que votam contra, façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 6.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. E com 1 voto contra do BE, 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Votação final global: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados, que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado Berto Messias (PS): Uma vergonha!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra este Projeto Decreto Legislativo Regional que, na prática, revoga a proibição da utilização do glifosato que vigorava nos Açores desde 2020.

Esta é uma – na prática como disse – é uma revogação total do que existia, criando um conjunto de exceções que serão aprovadas tacitamente e que levarão à utilização indiscriminada do glifosato na Região.

Esse é um retrocesso. Um retrocesso que coloca em primeiro lugar um valor que é a limpeza de bermas. Coloca em primeiro lugar esse valor à frente da saúde das pessoas. Coloca esse valor à frente da saúde e do bem-estar das pessoas, da vida humana e da qualidade ambiental da Região.

Nós não podemos em nenhum momento, perante as dúvidas existentes relativamente aos efeitos na saúde deste produto – quando é utilizado no espaço público, onde há pessoas nas suas atividades diárias, onde há crianças nas suas atividades diárias – nós não colocamos no mesmo patamar a limpeza das

bermas e a saúde e a vida das pessoas. Há quem coloque no mesmo patamar e coloque até à frente! Esse interesse e o interesse económico que também está aqui em vigor, que também está aqui em causa, o interesse económico de quem faz da sua vida a venda deste produto. Porque também está aqui em causa. Porque há quem viva da venda deste e de outros produtos e aquilo que também acontece com esta proposta será o aumento das vendas de quem o produz e de quem o comercializa.

Isto em detrimento do quê? Da saúde e da vida e da qualidade ambiental. Uma Região que tem selos de sustentabilidade! Servem para quê esses selos de sustentabilidade quando depois se admite uma agenda de retrocesso que significa esta proposta?

Uma agenda de retrocesso ambiental e uma agenda de retrocesso social é o que tem significado esta Governação.

Por isso, o Bloco de Esquerda não poderia acompanhar esta proposta e não deixaremos que no futuro, quando houver uma maioria que a queira revogar, não deixaremos de voltar a trazer o assunto a esta Casa.

Há de chegar o dia.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação desta proposta, demos um passo decisivo para a história eficiente dos nossos espaços públicos. Atendemos à necessidade da nossa Região e à necessidade das nossas autarquias, que é o combate às plantas invasoras.

Esta decisão baseou-se na ciência, no bom senso e na responsabilidade ambiental e económica. Mostrámos aos açorianos que existem nesta Assembleia representantes do povo capazes de ouvir especialistas, de

considerar os factos e de agir de forma prática para resolver os problemas do dia a dia.

Hoje, demonstramos que é possível conciliar sustentabilidade com soluções eficazes e esta decisão certamente trará benefícios tangíveis para a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aprovação deste diploma vem dar aqui aos presidentes de junta, às câmaras municipais, ...

Deputado Andreia Cardoso (PS): E ao Governo Regional.

O Orador: ...principalmente a estas duas entidades, mais uma ferramenta possível a ser utilizada. Ao contrário do que se fez parecer crer, não é para espalhar nuvens de glifosato sobre as pessoas, não é para matar crianças nem velhinhos, é para ser aplicado de forma responsável, seguindo normas, seguindo regras.

E isso, os presidentes de junta e os seus presidentes de câmara são pessoas muito responsáveis. Portanto, não são essas pessoas irresponsáveis que vão aplicar o glifosato de forma indiscriminada e de forma exagerada. Sobre isso não tenho a menor dúvida. E espero sinceramente que as juntas de freguesia do Partido Socialista, nos próximos meses, nos próximos anos não utilizem essa substância até convidá-los a assinar O Pacto da Quercus.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra esta proposta porque se, há quatro anos, fazia sentido a norma que proíbe a utilização de glifosato em espaços públicos, mais sentido faz hoje, em 2024, quatro anos depois, a aprovação de uma norma que pelo menos limita a utilização de glifosato nos espaços públicos. E assim é, porque tudo aquilo que a nível europeu, a nível internacional, acontece com relevância para esta matéria, seja do ponto de vista de estudos científicos, seja do ponto de vista de processos judiciais a solicitar indemnizações por causa de doenças derivadas da utilização de glifosato, tudo isto adensa cada vez mais a dúvida sobre aqueles que são os prejuízos e os danos para a saúde e para a vida humanas da utilização do glifosato.

A Região corre, fruto desta decisão, contra o sentido da História. E contra o sentido da História, porque aquilo que acontece a nível internacional é exatamente o contrário daquilo que foi aprovado hoje aqui. O que foi aprovado hoje aqui significa, como já foi dito, um retrocesso. À semelhança do que tem acontecido noutras áreas, é, efetivamente, o retrocesso na nossa Região. Um

retrocesso no que tem a ver com o cuidado e a preservação do espaço público, um retrocesso no que tem a ver com medidas ativas de defesa da saúde e da vida humanas, um retrocesso naquilo que tem a ver com a forma como os Açores se posicionam, honram e prestigiam aquele que é um património de políticas que ultrapassa em muito este Governo, que ultrapassa em muito os anteriores Governos Regionais, que é no fundo, um património da Autonomia dos Açores, de defesa de uma identidade ambiental marcada por um cuidado extremo de preservação e de zelar pela qualidade de vida nos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, certamente que há e houve razões para esse sentido de voto. Certamente que há e houve razões para que hoje se tenha feito cair, sob alguns interesses, aquilo que é e que foi uma decisão tomada e que vigorou na região durante quatro anos.

O que a História demonstrará de forma mais evidente é que o acordo político que se gerou aqui hoje nesta Assembleia em relação a esta matéria, a História tornará mais evidente as razões e os interesses que por trás dela existiram. Mas há algo que não resta a menor dúvida, o voto que aqui hoje foi tomado pela maioria, pela Coligação neste Parlamento, é um voto que, na minha opinião e na do Partido Socialista, é contrário ao interesse dos Açores e é contrário ao interesse e à salvaguarda dos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que não existirão mais intervenções para declaração de voto.

Vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 4: - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região**

Autónoma dos Açores os decretos-leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Representação Parlamentar do PAN. Para apresentar a iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(Pausa)

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No passado mês de outubro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a Representação Parlamentar do PAN retomaram um diploma a esta Casa, com carácter de urgência que tinham apresentado no ano passado, em que pretendia a alteração da legislação em vigor nos Açores do Decreto Legislativo Regional Número 18/2004/A de 13 de maio, na sua redação atual, para que fosse reposta a igualdade dos motociclistas açorianos ao continente português relativamente à obrigatoriedade da inspeção periódica de motociclos e ciclomotores, que nos Açores ocorre anualmente e independentemente da sua cilindrada, de 2 em 2 anos.

Inicialmente, anualmente e que a nível nacional, aí sim, é aplicável a cilindradas superiores a 250 cm³, situação esta que seria alterada em 1 de janeiro de 2025 para cilindradas superiores a 125 e que ocorre de 2 em 2 anos a nível nacional.

No entanto, no dia 5 de dezembro, a Assembleia da República aprovou, na sua generalidade, um projeto de lei que procede à revogação do ponto 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei número 144 /2012, de 11 de julho, e que elimina a

obrigatoriedade de inspeções técnicas periódicas para motociclos, triciclos e quadriciclos a nível Nacional.

Neste sentido, a Representação Parlamentar do PAN e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentaram uma substituição integral à proposta inicialmente apresentada a esta Casa na senda do que tem sido a justificação, desde sempre apresentada: a igualdade legislativa, resolvendo assim a desvantagem dos motociclistas açorianos em comparação aos seus homólogos do continente.

Com esta alteração, voltamos a destacar a importância da prevenção rodoviária no sentido de aumentar as ações de sensibilização para a prevenção e segurança rodoviária na Região e que estas sejam dadas administradas em todas as ilhas e que deverá abranger um largo espetro do público.

Esta já era uma necessidade e torna-se cada vez mais necessário que estas ações de sensibilização e prevenção, roda de segurança Rodoviária cheguem a todas as ilhas, sem exceção.

Com esta proposta, mantemos também as normas revogatórias que pretendemos com elas igualar e harmonizar a legislação regional com a nacional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aplicação do princípio da igualdade nas decisões legislativas assegura que todos os indivíduos sejam tratados com justiça e dignidade e que as políticas

públicas contribuam para a construção de uma sociedade mais coesa e inclusiva.

Atualmente, o regime jurídico da atividade da inspeção de veículos a motor vigente na região, estabelece a obrigatoriedade da realização de inspeções periódicas anuais para os motociclos, independentemente da cilindrada, após o quarto ano de matrícula – norma que contrasta com a legislação aprovada na Assembleia da República na semana passada. Daí já termos dado entrada numa substituição integral da presente iniciativa que visa repor essa igualdade, eliminando as inspeções dos motociclos como um todo.

A par deste afastamento da legislação regional face à nacional, exigência das inspeções anuais impõem custos financeiros acrescidos à população açoriana, em cooperação com os restantes motociclistas do país, sem prejuízo do estorvo causado pela falta de capacidade de resposta das infraestruturas que constituem os Centros de Inspeção Periódica Obrigatório da nossa Região - situação que gera um sentimento de frustração, descontentamento e injustiça e que consideramos de resolução necessária e urgente, sob o princípio da igualdade que deve nortear a nossa ação legislativa.

Assim, a presente iniciativa visa colocar termo à potencial disparidade que iria coexistir entre o continente e os Açores no que esta matéria diz respeito e que é a finalidade desta iniciativa eliminar, corrigindo desta forma, quaisquer desigualdades que possam vir a existir e aliviando o fardo financeiro imposto aos proprietários de motociclos e ciclomotores na Região, garantindo que os residentes não sejam penalizados.

Dito isto, e reconhecendo que a atual legislação regional de inspeção ciclomotores e motociclos carece de uma revisão urgente, a iniciativa conjunta do PS com o PAN/Açores, já trazida a este Parlamento na legislatura passada, pretende eliminar as inspeções de motociclos, aprovar regras relativas à

validade das inspeções dos tratores agrícolas, bem como à realização de ações de sensibilização no âmbito de prevenção e seguranças rodoviárias.

Harmonizar as exigências de inspeção não se trata apenas de proteger os interesses da nossa população, mas também de contribuir para um ambiente rodoviário mais seguro e sustentável, através de uma abordagem mais justa e coerente, em conformidade com as necessidades e preocupações dos açorianos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco Gaspar, a quem dou a palavra. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Gaspar (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na passada quinta-feira, na Assembleia da República, foi aprovado na generalidade com 226 votos a favor e 4 abstenções Projeto de Lei número 344/XIV/1.^a uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD que procede à quinta alteração do Decreto de Lei número 144/2012, de 11 de julho, que aprova o Regime de Inspeções Técnicas de Veículos a motor e seus reboques e aprova medidas eficazes de segurança rodoviária.

O projeto de lei mencionado, que visa isentar os motociclos da obrigatoriedade e inspeções periódicas, reúne um largo consenso na Assembleia da República, sendo plausível que seja aprovada a curto prazo com votação final global.

Ontem, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a Representação Parlamentar do PAN fizeram chegar à Mesa desta Assembleia Legislativa a substituição integral do projeto de decreto legislativo regional n.º 22/XIII, que haviam apresentado a 16 de outubro.

Ora esta substituição integral, por mais bem-intencionado que seja, entra em manifesto conflito com a legislação nacional ainda em vigor. Por isso, entendamos ser previdente aguardar pela conclusão do processo legislativo do

projeto de lei número 344/XIV/1.^a de modo que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores possa conformar a legislação regional na matéria em causa com a legislação nacional, até porque é obrigatoriedade das inspeções no momento em que fazemos este debate, ainda se mantém na lei nacional.

Neste pressuposto, o Grupo Parlamentar do PSD vai entregar de imediato à Mesa um requerimento para que o projeto de decreto legislativo regional número 22/XIII possa baixar à comissão e ser novamente trabalhado.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Efetivamente, a Mesa já tem o requerimento e como prevê o nosso Regimento, vamos passar à votação do mesmo sem discussão.

(Pausa)

Vamos votar o requerimento de baixa à comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII, uma iniciativa do PAN e do PS, e o requerimento é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e Srs. Deputados, que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O requerimento de baixa à comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII, foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovado este requerimento, o diploma volta novamente à comissão.

Avançamos na nossa Agenda para o ponto 5: - [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel”](#). É uma iniciativa do CHEGA. Para a apresentação da iniciativa Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(Neste momento, o Deputado Pedro Neves pede a palavra para uma interpelação à Mesa)

Para uma interpelação tem a palavra do Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu peço um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Regressamos às 17 horas e 2 minutos.

Eram 16 horas e 47 minutos

Eram 17 horas e 06 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** É a solicitar um intervalo de meia hora, se faz favor.

Presidente: Meia hora, regressamos às 17 horas e 33 minutos.

Eram 17 horas e 06 minutos

Eram 17 horas e 34 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então entrar no ponto 5 da nossa Agenda:

(Pausa)

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel”. Uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para a sua apresentação.

(Pausa)

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

A atividade piscatória é uma das principais fontes de exploração do mar dos Açores, que cerca todo o arquipélago.

Neste sentido, a pesca tem vindo a representar, necessariamente, uma importante fonte de rendimento para muitos açorianos, permitindo desta forma criar emprego, gerar mais riqueza e promover a fixação de comunidades.

Na ilha de São Miguel, existem determinadas áreas protegidas que fazem parte integrante do denominado parque natural. Entre as várias categorias de áreas protegidas, encontra-se prevista entre outras áreas, a área protegida de gestão de recursos da Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo.

Ora, as áreas protegidas de gestão de recursos – como é caso da Caloura – prosseguem determinados objetivos de gestão, tais como a proteção da manutenção da biodiversidade, a gestão efetiva de recursos e o desenvolvimento sustentável da Região. No que se refere especificamente à área protegida da Caloura, encontra-se interdita uma série de atividades, entre elas, a prática do todo e qualquer tipo de pesca, incluindo a pesca lúdica e a pesca submarina.

Acontece que na zona da Caloura, que é uma área protegida de recursos, existe um porto de pescas para o uso dos pescadores.

Um porto que foi feito com o dinheiro dos contribuintes açorianos, que tem casas de aprestes, que tem todas as infraestruturas necessárias à atividade da pesca. Um porto que foi um grande investimento desta Região e que lamentavelmente está ao abandono, simplesmente porque a lei impede que os pescadores do Porto da Caloura exerçam ali a sua profissão, que recorde, o porto da Caloura é um porto histórico na Vila de Água de Pau, onde uma das atividades principais desta Vila é a pesca.

Por a Caloura se situar num local que se encontra inserido na área protegida de gestão de recursos, os pescadores estão a ser impossibilitados de exercer a sua atividade em pleno nesta comunidade em específico. Algo que para o CHEGA é absolutamente desproporcional e é altamente injustificável.

Tal facto tem vindo a acarretar enormes danos para aquela comunidade em particular, sendo que os prejuízos decorrentes da inatividade daquele porto de pescas afetam não só os pescadores, os profissionais deste setor que se veem obrigados a percorrer outras distâncias para não incumprir com a legislação, mas também, toda a comunidade envolvente, as famílias dos pescadores, que como é sabido, vive do setor da pesca.

Por estes motivos o CHEGA, traz novamente a esta Assembleia, uma iniciativa que visa acabar de uma vez por todas com esta injustiça.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual é?

A Oradora: Propomos que esteja prevista excepcionalmente a entrada e saída de embarcações de pesca no porto da Caloura, sem prejuízo da área protegida do ilhéu de Vila Franca do Campo, que deve manter-se contínua e inteiramente preservada do mesmo modo que se garante para os Açores uma pesca não só responsável, mas também sustentável.

Posto isso e sendo a atividade piscatória altamente crucial para o desenvolvimento, não só social, mas sobretudo económico desta região, não se compreende porque existem portos de pesca, neste caso o porto da Caloura, que não servem o propósito da sua existência.

A proposta que hoje aqui trazemos mais não é do que devolver a oportunidade merecida aos pescadores da Caloura e a toda a sua comunidade de beneficiar, dar uso e tirar os seus proveitos do porto de pescas da Caloura. Sobre este assunto e por insistência do CHEGA na última legislativa, determinou-se a constituição e nomeação de um grupo de trabalho para analisar a gestão sustentável da pesca na área protegida da Caloura, mas até agora, resultados práticos? Nada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Os pescadores continuam com o mesmo problema a serem prejudicados e já vamos tarde para resolver esta situação. Os pescadores não podem continuar à espera a ver a sua vida ser afetada, daí a extrema importância desta nossa iniciativa.

Do mesmo modo, esta proposta vem ainda permitir que também na mesma área seja permitida a possibilidade de pesca lúdica apeada, uma vez que não se justifica estarem igualmente impedidos da prática de pesca lúdica, a qual não acarreta quaisquer consequências àquela zona geográfica.

Este assunto não é novo, voltamos a trazê-lo a esta Assembleia, uma vez que é uma situação que já se arrasta há demasiados anos e enquanto não se resolve,

quem sofre são os pescadores do porto da Caloura e as suas famílias que estão impedidos de ir ao mar a partir daquele porto. Os pescadores e as suas famílias não podem continuar a ser abandonados.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Podemos passar à votação? Sra. Deputada Joana Pombo Tavares faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Inicialmente, a proposta que o Partido do CHEGA nos apresentou era impedir qualquer e todo o tipo de pesca nesta área de gestão de recursos da Caloura e ilhéu da Vila. Agora, o que nos apresenta é uma exceção para apenas a pesca lúdica apeada. Questiono, por favor, o CHEGA, o que é que pretende com esta pesca apeada lúdica?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apanhar peixe!

A Oradora: Que tipo de pesca é que é? E se é para os profissionais? Esta proposta que nos foi feita, essa substituição integral fica reduzida a nada, engana os açorianos, e neste caso, os pescadores da Caloura, vendo reduzida assim, esta proposta para um tipo de pesca de lazer.

Consideramos que esta proposta é, sem dúvida, um retrocesso a todo o trabalho que tem sido feito até agora, nomeadamente, todo o trabalho das áreas marinhas protegidas, no âmbito do RAMPA que relembramos, integra o documento aprovado em outubro. Que utiliza estas áreas costeiras com espécies costeiras e não pelágicas,

Sr. Deputado, espécies, ecossistemas costeiros e que já está aprovado no RAMPA. E que todo este trabalho de conservação que foi feito nos últimos 20 anos, vamos lá.

O que pretende esta proposta é criar injustiças em todas as áreas protegidas de gestão de recursos de todos os parques naturais dos Açores, de todas as ilhas dos Açores.

Deputada Olivéria Santos (CH): Olhe que não!

A Oradora: Vamos agora concretamente à proposta, por favor. Qual, e agora questiono, qual a razão...

Deputado José Pacheco (CH): E qual a razão de terem metido a legislação na gaveta?

A Oradora: ...que aditam no artigo 15.º, a proposta à alínea P quando já existia no mesmo artigo, a alínea D? Que se faça essa questão para esclarecimento da proposta. No decreto original, peço também que me indiquem onde estão proibidas as embarcações de pesca de entrar e sair no porto da Caloura.

Qual é a alínea e qual é o artigo que impede na legislação do Parque Natural de São Miguel e, nesta área em concreto, que impede os as embarcações de pesca de entrar e sair do porto da Caloura?

E por isso Srs. Deputados, questiono concretamente mediante a legislação que nós temos em vigor, o que é que pretendem com esta proposta?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

(Pausa)

Sra. Deputada Olivéria Santos faça o favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Começar aqui por responder à Deputada Joana Pombo. O que é pesca apeada lúdica? É a pesca que se faz numa pedra com uma caninha para o mar, está-se ali umas horinhas e pode-se ou não apanhar peixinho, é isso.

Deputado José Pacheco (CH): E está proibido!

A Oradora: É isso e está proibido.

A questão que a Sra. Deputada levantou do trabalho que tem sido feito nas áreas marinhas protegidas ao longo desses anos.

(Apartes inaudíveis)

Ora bem, o CHEGA, ao contrário do que a esquerda pensa, não é irresponsável. E o CHEGA também mantém e faz de tudo para proteger o ambiente. Às vezes é mais fácil com desenhos. Nós assim percebemos melhor.

(Neste momento, a Deputada Olivéria Santos (CH) exhibe uma imagem)

Isto que está aqui é o desenho da zona da Caloura, onde tem três áreas protegidas: a zona especial de conservação, esta zona aqui; a seguir, a área protegida para a gestão de habitats e suspensos do Ilhéu de Vila Franca a branco, e não se consegue ver daí, mas esta pontinha que está aqui é a Caloura;

e a seguir, esta zona toda azul é a área protegida de gestão de recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca do Campo.

É aqui Sr. Deputado, aqui esta pontinha aqui é a Caloura.

Deputado António Lima (BE): Não, isso não é a Caloura!

(Protestos impercetíveis do Deputado António Lima (BE))

A Oradora: Não é Sr. Deputado. Então, nós não estamos a mexer neste mapa! Este mapa vai ficar rigorosamente igual! Todas estas áreas protegidas vão continuar protegidas. Não se está a mexer nestas áreas protegidas, o que está protegido vai continuar protegido!

Qual é o problema que nós estamos aqui? Quando há uns anos o PS protegeu o ilhéu de Vila Franca do Campo, por lapso talvez, protegeu e muito bem, só que por lapso eu vou acreditar que tenha sido um lapso, incluiu lá o porto de pescas da Caloura. Isto incluído na Rede Natura 2000. O que é que aconteceu? Na altura, o PS estava no Governo e os pescadores e aquela Vila piscatória continuaram a fazer a sua vida normalmente, como sempre fizeram.

Quando o Governo muda de cores, de repente, ...

Deputado Francisco Lima (CH): Sabe-se lá porquê!

A Oradora: ...sabe-se lá porquê, há umas inspeções, umas fiscalizações e umas autoridades marítimas que começam a autuar os pescadores do porto da Caloura com razão, porque estavam a infringir a lei! Uma lei feita pelos socialistas, que nunca se aplicou no porto da Caloura, mas que, entretanto, alguém se lembrou de avisar que a partir da cor da mudança do governo, que era importante autuar os pescadores do porto da Caloura, porque eles estavam a cometer um erro, algo que o PS nunca fez. Qual foi o erro aqui? Foi meter a Caloura na zona protegida do Ilhéu de Vila Franca, foi a primeira coisa. O

segundo erro, não corrigir a situação. Errar é humano, mas persistir no erro é diabólico. É diabólico persistir no erro!

Portanto, estamos preocupados com o ambiente, tanto estamos preocupados que cá está Sra. Secretária. Vou entregar isto na Mesa para distribuir aos Srs. Deputados, para eles poderem ver que nós não vamos alterar nada nas áreas protegidas.

Nós só estamos a pedir e a pedir uma coisa facílima, que os pescadores possam entrar e sair no porto da Caloura, só isso.

A proteção do ambiente está aqui, o ilhéu e as espécies continuam protegidas. Toda esta zona azul continua a protegida! Tudo o que estava protegido, tudo o que está incluído na proteção do ambiente, não se mexe em rigorosamente nada, rigorosamente nada!

A única diferença são os pescadores poderem entrar e sair com os seus barcos do porto da Caloura, como sempre fizeram e deixaram de fazer porque houve uns passarinhos que mandaram autuar os pescadores a partir do ano 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Volto a reiterar a minha pergunta, peço que me indique qual a alínea, ...

Deputada Olivéria Santos (CH): É a lei que proíbe!

A Oradora: ...qual o artigo do decreto legislativo do Parque Natural de São Miguel, que proíbe a entrada e saída das embarcações de pesca de chegada. Eu

preciso que me indique à alínea e o artigo do Decreto do Parque Natural de São Miguel, que proíbe a chegada dos barcos ao porto da Caloura.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A matéria das áreas marinhas protegidas é da maior importância, tal como é da maior importância a atividade da pesca e o respeito por quem a exerce. O respeito por quem exerce a atividade da pesca não pode admitir que se brinque com os pescadores.

Deputada Olivéria Santos (CH): Se há coisa que eu não faço, pode ter a certeza que é isso!

O Orador: Não pode admitir que se brinque com os pescadores.

Deputado José Pacheco (CH): Mais ainda?

O Orador: Esta proposta começou por ser uma proposta para permitir a pesca na zona protegida de todas as artes, todas as formas previstas na lei, na zona para a Gestão dos Recursos da Caloura. Começou por ser isso. Foi aqui anunciada por diversas vezes, na anterior legislatura que o CHEGA queria que se pescasse ali porque era inaceitável que os pescadores da Caloura não pudessem pescar na Caloura.

Chegado aqui, o que temos é outra proposta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E nisso o senhor é especialista!

O Orador: ...e a pergunta que eu deixo ao proponente é outra proposta que não é uma alteração de precisão, de retificação é outra proposta. E o PSD que se indignou e relembro, ontem com uma substituição integral que alterava dois

artigos de forma bastante modesta, que nada diz com mais uma substituição integral que é outra proposta! Mais uma vez, o CHEGA a gozar com toda a gente que foi ouvida na Comissão sobre uma proposta que não é esta. Mais uma vez!

E aquilo que eu pergunto ao CHEGA e ao Sr. Secretário – que é quem tem a responsabilidade depois de aplicar isto – quem é que vai poder pescar na zona para a Gestão de Recursos da Caloura? Quem são os pescadores? São profissionais ou são amadores de pesca lúdica? Será num barco ou será a pé? E eu quero, gostaria de uma resposta de quem propõe e de quem tem a responsabilidade de a aplicar. Porque é preciso perceber se os pescadores da Caloura, os que têm os armadores, os que têm os barcos na Caloura, que são profissionais e que disso fazem vida, se vão poder ou não pescar de onde o CHEGA, dizia que queriam que eles pescassem. Porque é preciso que isso fique claro!

Deputada Olivéria Santos (CH): O CHEGA dizia, mas já não diz! O senhor não viu a alteração!

O Orador: Se essa proposta é o que o CHEGA dizia que ia fazer ou se é outra coisa. E eu fico a aguardar a resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Pausa)

Bom, não havendo inscrições, vamos passar...Sr. Deputado Paulo Margato faça o favor.

Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, esta Casa debate uma questão que nos desafia enquanto legisladores e enquanto defensores do equilíbrio entre o progresso e a preservação.

A proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, que pretende permitir atividades de pesca na área protegida da Caloura – ilhéu de Vila Franca do Campo, exige uma decisão sensata e responsável.

O PPM acredita numa governação que pensa no presente, mas também no futuro.

Proteger os nossos recursos naturais é essencial, não só para gerações que hoje vivem nos Açores, mas também para aquelas que estão por vir.

Neste caso, temos o dever de preservar a reputação internacional conquistada pelo nosso Arquipélago na gestão sustentável dos seus recursos marinhos.

As áreas marinhas protegidas são essenciais para regeneração dos ecossistemas.

A autorização de práticas piscatórias nestas zonas carece de uma validação rigorosa do risco e constituem, de forma a garantir o equilíbrio de nossas águas e a sobrevivência das espécies que habitam no nosso mar.

os Açores são reconhecidos internacionalmente como um exemplo de boas práticas na gestão marinha. Este reconhecimento dá-nos acesso a apoios financeiros e parcerias estratégicas que não podemos comprometer.

Este não é apenas um debate sobre regras. É um teste à nossa responsabilidade para com o futuro.

A preservação ambiental e o desenvolvimento económico podem andar lado a lado, desde que haja planeamento, desde que haja vigilância.

Assim, tendo em conta que esta iniciativa organiza as atividades a realizar de forma estruturada, classificando-os por tipologia e área de atuação, e assegura igualmente uma adaptação criteriosa das práticas, as características dos ecossistemas, o PPM manifesta o seu voto favorável.

Decidimos hoje com visão e responsabilidade, para que o futuro dos Açores e do seu mar continue a ser um exemplo para o mundo. E digo mais, a atividade piscatória da Caloura não é só uma questão económica, é uma questão turística

também! Aquele porto tem a sua graça, visto ali do restaurante da Caloura do meu falecido amigo Abel. Tem a sua graça!

Os turistas iam apreciar os fazeres e o dia a dia dos pescadores.

Portanto, nós temos que criar um sistema equilibrado, não um sistema de proibição! Proteger não é exclusivamente proibir!

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ruben Cabral faça o favor.

(*) **Deputado Ruben Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente de ter havido uma alteração integral desta proposta e deste diploma, nós de facto conseguimos analisá-lo, e a nossa interpretação é tão simples quanto aquela que vou tentar explicar nesta primeira intervenção. Por exemplo, há sensivelmente 16 anos e, por consequência de outros atos e de outros espaços anteriormente dados, foi criado o DLR 19/2008/A, este que estamos a discutir que cria o Parque Natural da ilha de São Miguel, onde integra a área protegida de Gestão de Recursos da Caloura – Ilhéu da Vila Franca do Campo.

O histórico e as audições em sede de comissão parlamentar dizem-nos que desde a publicação deste DLR e aqui passo a citar: Tem havido alguns problemas naquilo que concerne à execução da área em si havendo uma divergência muito significativa de operacionalidade das cinco, seis ou sete

embarcações que estão afetas a este porto.” - foram palavras do Sr. Presidente da Federação das Pescas dos Açores, o senhor Jorge Gonçalves.

Um exemplo claro é o facto de que ao abrigo deste DLR as embarcações têm, de facto, permissão para circular na área referida. Mas esse facto nunca foi efetivamente e devidamente explicado, principalmente aos interessados: os tais pescadores, que aqui se referem. E por isso, muita e boa gente durante algum tempo acreditou eu que as suas embarcações não podiam circular naquela zona. A atual redação proposta pelo Partido CHEGA, de facto, vem-nos clarificar ou vem oferecer uma interpretação mais fácil de que as embarcações podem entrar e sair do porto e circular naquela zona. A confusão gerada na comunidade sobre a permissão ou a falta dela, para que nestas zonas as embarcações possam circular, entrar e sair daquele porto de pescas carece, na nossa opinião, de um devido ajuste que está de facto refletido neste nesta proposta do Partido CHEGA. É importante referir que estas correções de propostas até são simples, não colocam em causa as atuais medidas até as legislativas, que visam a preservação do ilhéu de Vila Franca do Campo nem da zona especial de conservação, como indica a Rede Natura 2000.

Posto isto, as alterações de propostas parecem-nos perfeitamente conforme o espírito deste DLR, pois o objeto que levou à sua criação mantém-se na substância e os pormenores equívocos são agora aperfeiçoados, reforçando assim a sua utilidade normativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de interpretar a Mesa, por favor, que me possa situar nas propostas de alteração e substituições integrais.

Às 17 horas e 7 minutos, recebemos uma retirada de proposta que diz que vai remeter a uma substituição integral que não segue em anexo. Agora, voltamos a receber uma proposta de alteração e eu gostaria só que me pudesse situar para sabermos de que documento é que estamos a falar. Qual é o último documento, a que substituição integral se refere a proposta de alteração?

Por favor, se nos poder enquadrar nesta situação.

Presidente: Sra. Deputada, eu creio que a última proposta será sobre o documento que estamos a debater, que é a substituição integral, que o CHEGA propôs. Portanto, essa proposta de alteração, refere-se naturalmente a esta a proposta.

O requerimento anterior era para retirar uma proposta que o CHEGA, entretanto, tinha feito à proposta inicial.

(Apartes inaudíveis na Câmara)

Para intervir está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, eu já lhe dou a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Proteger o nosso mar e a biodiversidade que nele contém obviamente que pode ou não ser a prioridade de alguns partidos, mas é o posicionamento de alguns.

Começámos com os governos anteriores do PS, relativamente às áreas marinhas protegidas, e acabamos com este Governo a querer aumentar essa percentagem não de uma forma gradual, mas de uma forma que demonstrou a nível regional, nacional, europeu e até mundial, que conseguiríamos ir mais além do que aquilo que seria definido pela União Europeia.

Contudo, e para mim, aumentar áreas marinhas protegidas, e vou falar nomeadamente da RAMPA, em que haja formas ou exceções que podemos fazer extração, para mim, não é uma área marinha protegida, não está sequer protegida. Quando, sabendo à partida, que a fiscalização é quase inexistente pela falta dos recursos humanos e infraestruturas que nós não temos. E o mesmo acontece na Caloura, porque é raro ver a polícia marítima na Caloura e agora não vamos ter qualquer inspeção. Mais uma vez por um lado, este Governo fez e muito bem, tirando as exceções, as propostas de alteração do PS relativamente à iniciativa que protege 30% de áreas marinhas protegidas nos Açores, que têm a exceção também de que se pode pescar. Temos exatamente o mesmo, mas que agora o Governo apoia esta iniciativa do CHEGA, sabe-se lá porquê, em que mais uma vez uma exceção, não só para os pescadores poderem entrar e sair, mas também a exceção de que se pode pescar apeado de forma lúdica, seja lá isso o que for.

Isto porquê? Porque na vista do restaurante é ótimo ver os pescadores. Essa é a desculpa do nosso grande Partido do PPM, aquele Partido ambientalista que nós já estamos habituados. E é isto que nós temos.

Cada vez temos mais áreas marinhas protegidas do nosso Parque Marinho, mas que cada vez temos mais exceções e as áreas marinhas protegidas valem zero!

Deputado António Lima (BE): Para o turista ver!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu aguardo a resposta que ainda não tive, e por isso, volto a questionar: onde é que está prevista na legislação a proibição das embarcações de pesca de chegarem ao porto da Caloura?

Já agora, ao aguardar por essa resposta, questiono também qual é a razão para que excecionam esta pesca apeada lúdica nesta área protegida de gestão de recursos, em detrimento de todas as outras? E qual a discriminação da lúdica em relação à profissional?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Isto é o que se chama sempre em quente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo às perguntas pertinentes ou impertinentes, aqui estou eu. Os senhores que sabem e muito bem vasculhar as nossas coisas, sabem que nós fomos quatro ou cinco ou seis vezes ao porto da Caloura falar com os pescadores, inclusive o Sr. Secretário das Pescas também lá esteve um dia.

O constrangimento que lá estava. Mas os senhores sabiam, não sabiam? Sabiam! Agora deu-vos assim uma amnésia e estão a dizer que isto é tudo burro, que isto é tudo tolo, que ninguém sabe nada, que ninguém vê nada, que isto nasceu hoje assim do chão, do nada e tal. Não, isto existe e há 3 anos que nós andamos aqui a batalhar por esta exceção.

Deputado António Lima (BE): Mas qual é a exceção?

O Orador: A exceção no porto da Caloura.

Deputado António Lima (BE): Para quê?

O Orador: Ó Sr. Deputado eu posso lhe fazer um boneco! Sabe o que é pesca a peada lúdica?

Mas mais! A legislação existente, é uma coisa assim à socialista. Fez-se a legislação para agradar os ambientalistas simplórios, pegou-se na legislação, gaveta com ela! Nunca se fiscalizou, inclusive, e organizei um torneio de pesca

naquela zona, com as devidas licenças, com tudo legal pela autoridade marítima, pelo Governo Regional.

Enfim, eu fui um criminoso sem saber que era! Mais os senhores são tão bons que por isso é que o povo disse: casa! Os senhores são tão bons que fazem uma legislação que, além de a ter posto na gaveta, esqueceram-se das coimas e um dia a polícia marítima vem ter comigo. Estava eu no meu *relax*, a pescar naquela zona, e a polícia vem-me dizer que eu não podia estar ali, e eu perguntei: “Quanto é a multa?”, não há multa.

(Risos dos Deputados da bancada do CH)

Este é um sinal dos tempos de incompetência ou da maledicência, porque quando se faz uma legislação que não se quer aplicar apenas para agradar esses tais senhores fundamentalistas, que querem é reservar os Açores.

Olhe até de um conselho, vamos retirar os seres humanos porque eu acho que o mal é termos pessoas no mundo. Só nos falta dizerem isto. Nós temos de coexistir com o ambiente e com as pessoas.

Que os senhores querem é acabar com a pesca, essa parte eu já percebi. Que querem acabar com os pescadores, essa parte eu já percebi. Agora, não nos vão fazer de tolos ou de ignorantes e dizer que não é verdade.

Estava proibido! De manhã está proibido, à tarde já não está! Isto é a realidade. Nos Açores, nós temos pesca! E atenção lavradores, eles estão a começar com pescadores, mas depois vão para a lavoura. Escrevam o que eu estou a dizer! Depois vai ser a lavoura!

Isto é um prado verde para os turistas fazerem dos açorianos criadagem. É isso que vai acontecer!

Não, não é isso que CHEGA, pensa, tem de coexistir tudo!

Nós sempre fomos dos melhores ambientalistas que há no mundo.

Sabem porquê? Porque cuidámos sempre bem da nossa Terra, corrigimos os erros e soubemos dosear. Graças a Deus, vivemos numa terra maravilhosa, mas deve-se aos seres humanos, aos pescadores, aos lavradores e uma série de pessoas das quais os senhores querem acabar, que é para termos aqui apenas uns “intelectuaizinhos” de algibeira que dizem umas coisas e que fazem uns estudos pagos por aqueles que os mandam fazer!

Meus amigos, não é isso que eu quero para os Açores, não é isso que CHEGA defende para os Açores, Não é isso que os Açores vão ser no futuro, porque nós vamos cá estar com cada vez mais força!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente., Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficou claro, pelo menos uma coisa ficou, é que esta proposta não serve para que os pescadores da Caloura possam pescar naquela zona. Não serve para isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Serviu inicialmente para o CHEGA fazer propaganda e dizer que ia ajudar os pescadores, mas depois, “entrada de leão, saída de sendeiro”. Afinal, é para pescar de caniço na pedra.

É só para isso, isto pode parecer uma brincadeira, mas é grave! É que o Sr. Deputado José Pacheco, do CHEGA, diz que organiza torneios de pesca naquela zona. O que isto significa é que o que está a legislar, é em benefício próprio...

(Protestos dos Deputados da bancada do CH)

Em benefício próprio! É criar exceções para si, para o seu quintal, para poder fazer o que quer no seu quintal! E isto é triste, e é triste que o PSD e a Coligação – e um partido ecologista – se predisponham a aprovar uma coisa destas, ter este Parlamento a aprovar uma legislação em benefício próprio de quem a propõe. É, de facto lamentável.

Sr. Secretário, não me esqueci de si! Continuo à espera de que o senhor me explique como é que vai aplicar esta legislação. E já agora, Sr. Secretário, o senhor que está a rever as áreas marinhas protegidas costeiras, e que espero que seja um trabalho tecnicamente credível, participado e que não esteja sujeito a pressões de quintal. Que é isso que se trata, pressões de quintal.

Por isso, gostaria de saber se é esse tipo de revisão das áreas marinhas protegidas que o senhor quer, que é uma revisão a pedido. Pede-se uma exceção para pescar de caniço na pedra e outra exceção para mergulhar aqui e ali quando der jeito. Eu gostaria de saber se é esse tipo de revisão ou se é uma revisão a sério, cientificamente validada e que tenha os interesses dos pescadores também em consideração, porque a pesca é importante, mas não é enganar os pescadores como o CHEGA está a fazer!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra?

Deputado José Pacheco (CH): Para um protesto.

Presidente: Faça favor de fundamentar.

Deputado José Pacheco (CH): Bem Sr. Presidente, acabei de ser acusado de andar aqui a defender uma coisa para proveito próprio.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não compreendo, eu suponho que isto já seja um desespero.

Então, dê um exemplo de uma coisa que aconteceu há cinco ou seis anos na minha associação... os senhores podem-me deixar falar?

Deputado João Vasco da Costa (PS): Não.

O Orador: Não porquê? Ah, eu acho que estou no uso da palavra. brincadeira, é brincadeira aqui estamos a falar de uma coisa séria.

Se o Bloco de Esquerda faz coisas em proveito próprio, até desconheço, agora acusar o CHEGA e o líder do CHEGA de fazer algo em proveito próprio. Olhe vou-lhe dar uma lição. Eu fiz um torneio de pesca numa associação que nunca precisou de um cêntimo do Estado, de uma associação que queria e continua a querer fazer o bem pelas pessoas e pela sociedade. Fizemos um torneio de pesca e pedimos as licenças porque há outros que nem a isso se dão ao trabalho.

Não foi em proveito próprio, sabe porquê? Ao serviço dos açorianos, já não vou pescar há mais de três anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso já estava proibido, como é que o senhor organizou isso?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, querendo, tem direito a um contraprotesto. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é evidente, se esta proposta tinha como objetivo, suposto objetivo, ajudar os pescadores da Caloura e permitir que pescassem numa determinada zona onde não é permitido, essa permissão foi retirada e outra foi incluída que visa a pesca lúdica...

Deputado José Pacheco (CH): Peça desculpa!

O Orador: ...apeada na rocha que o Sr. Deputado assume que pratica, ou praticou.

Como é evidente, essa alteração legislativa beneficia quem a propõe. É tão claro como a água e é tão lógico como “1 + 1 são 2”, por isso é por demais evidente que essa proposta não beneficia de modo algum ninguém...

Deputado José Pacheco (CH): Isso é uma baixaria vergonhosa!

O Orador: ...senão quem pratica a pesca lúdica apeada, e sabemos quem é que a faz.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos continuar o debate.

Sra. Deputada Sabrina Furtado faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando mudar aqui um pouco o tom do debate, mas ele também tomou contornos que me obrigam naturalmente a pedir palavra só para esclarecer o seguinte, a quem nos ouve lá em casa. Nas últimas semanas, com esta proposta, as pessoas na rua veem, falam, especulam e é preciso deixar aqui algumas coisas.

(Apartes impercetíveis do Deputado José Pacheco (CH))

É preciso deixar aqui algumas coisas bem claras para o concelho de onde eu venho.

A zona de Gestão de Recursos de facto, chama-se Caloura “barra” – não é “e”, é “barra” – ilhéu de Vila Franca do Campo.

Deputado José Pacheco (CH): Ó Sra. Deputada, nem o nome eles sabem dar!

Deputado Carlos Silva (PS): Ela está a falar é de vocês, não percebeu?

(Diálogo na Câmara)

A Oradora: A zona chama-se Caloura – ilhéu de Vila Franca do Campo, porque, de facto, e para quem conhece...ó Sr. Presidente, assim é impossível e, portanto, eu vou-me sentar e vou esperar que me dê a palavra de novo, se faz favor.

Presidente: Com isso, reuniu as condições para continuar, faz favor.

A Oradora: Eu quero fazer uma intervenção muito simples e não vou entrar na linguagem que já foi utilizada aqui pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que cito e abro aspas “de quintal”. E por muito menos foi repreendida uma Sra. Secretária do Governo, por dizer que aqui muita gente só anda a fazer politiquice, e de facto é o que se está a ver aqui hoje.

E, portanto, para tranquilizar os “vilafranquenses” lá em casa, a área de facto, chama-se Caloura – ilhéu de Vila Franca do Campo.

O CHEGA pede essa exceção para o Porto da Caloura. Não está envolvido o ilhéu de Vila Franca do Campo...

Deputado José Pacheco (CH): Nunca esteve!

A Oradora: ...e isto está claríssimo também nas propostas de alteração que o CHEGA fez à sua própria iniciativa. Nem precisava porque já estava claro num artigo, mas para que não houvesse qualquer dúvida sobre a manutenção de todas as regras e de interdição ao ilhéu de Vila Franca do Campo, voltou-se a escrever que nunca foi sua intenção alterar qualquer que fosse a regra no ilhéu de Vila Franca do Campo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E era preciso deixar isso bem claro para quem nos ouve lá em casa, porque, de facto, o que é pedido é uma exceção para a Caloura.

A Sra. Deputada Olivéria Santos, também sendo oriunda de Água de Pau, está a defender corretamente aquilo em que acredita, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ..., mas eu tinha que pedir a palavra para falar do ilhéu de Vila Franca do Campo, tranquilizar os “vilafranquenses” e todos os açorianos que visitam aquela zona e que o reconhecem exatamente como ele.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Neves faça o favor.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir a Sra. Deputada Sabrina Furtado, conseguimos verificar que quis mesmo distanciar-se da iniciativa do CHEGA para tranquilizar unicamente as pessoas de Vila Franca do Campo, sabendo à partida que aquilo está a ser feito na Caloura, não quer que o CHEGA mexa no ilhéu Vila Franca de Campo! E é demonstrativo que aquilo que está a ser feito, – e usamos até a palavra de RAMPA – isto é a “rampa” de lançamento para o CHEGA se meter e ter exceções dentro das nossas áreas marinhas protegidas! E ainda bem para a Vila Franca do Campo. O problema é: o que é que fazemos à Caloura?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado faça o favor.

(* **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente obrigada. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não chegamos agora aqui ao ponto de comparar um porto de pescas com um monumento natural, que é o ilhéu de Vila Franca do Campo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Que é uma coisa é construída, posta lá pelo Homem e outro é o ilhéu de Vila Franca do Campo, que toda a gente sabe, que toda a gente conhece. E, portanto, comparar as duas coisas para ter razão, desculpe, mas não acolhe.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Olivéria Santos faz favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Eu já aqui o disse, mas deve voltar a frisar para que fique bem claro. A nossa proposta inicial, bem como a nossa proposta de substituição integral, nunca em momento algum esteve em causa a proteção do ilhéu de Vila Franca do Campo! O que aconteceu foi que toda a esquerda em bloco induziu em erro toda a nossa comunidade, toda a opinião pública e incutiram nas pessoas que nós queríamos ir buscar para o ilhéu de Vila Franco do Campo! Foi isso que aconteceu, mas isso nunca esteve em causa, nem nunca passaria pela cabeça do CHEGA alguém ir pescar para o ilhéu de Vila Franca do Campo! Isto nunca esteve em causa!

Os socialistas é que posaram isso na cabeça das pessoas para induzir em erro a interpretação deste diploma do CHEGA! Nunca esteve em causa! Nunca o ilhéu de Vila Franca do Campo esteve em causa nesta proposta desde o seu início. Fizemos uma alteração, fizemos, sim senhor, mas ela não mexeu uma vírgula no que diz respeito ao ilhéu de Vila Franca do Campo! Já na primeira proposta o ilhéu não estava incluído e na nossa substituição continua a não estar, como não deveria estar.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Olivéria, quem falou do ilhéu de Vila Franca do Campo, foi o PSD!

Vozes de alguns Deputados bancada do PSD: Não disse nada! Ninguém falou.

O Orador: Ninguém deste lado da oposição falou do ilhéu Vila Franca do Campo, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém!

O Orador: ...porque pelo menos da minha parte, eu não tinha quaisquer dúvidas, relativamente a isso. Apenas foi destacado por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Aqui a “esquerda” não abriu a boca, sobre o ilhéu de Vila Franca do Campo. Aliás, Sra. Deputada Sabrina Furtado, eu sim como Deputado, eu tenho de fazer

comparação da lei sobre o parque do ilhéu de Vila Franca do Campo com a Caloura, porque é a lei!

Não interessa se é mais bonito, se é menos bonito, se temos de proteger mais ou não proteger mais. A lei é a mesma e é cega relativamente a um lado e a outro, por isso sim, como Deputado eu tenho de fazer essa comparação!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Pausa)

Vamos avançar.

A Sra. Deputada Joana Pombo Tavares faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez continuamos sem respostas. Vou voltar a questionar porque até agora continuamos sem respostas, não sabemos se por razão de medo da resposta, se por razão de não saber. Voltamos a questionar: qual a legislação que impede...

Deputada Olivéria Santos (CH): A legislação que os senhores fizeram!

A Oradora: ...a entrada e saída de barcos de pesca para o porto da Caloura? E volto a questionar novamente, qual a razão que exceciona a pesca apeada lúdica para esta área de gestão, em detrimento de outras? E por qual a discriminação da lúdica para a profissional? Volto a fazer as mesmas questões.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Pinho*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo já fez de forma muito clara saber qual era a sua posição em sede de comissão. Nós chamamos a atenção que o Governo não tomaria esta iniciativa e que esta iniciativa deveria ser tomada ou em sede de parlamento ou em sede de consulta pública, no processo participativo costeiro, que era aquela posição que nós nos sentiríamos mais confortáveis.

Também dizer o seguinte, na zona da Caloura, nós temos uma área de gestão de recursos, onde o monumento, o ilhéu de Vila Franca está inserido na área de gestão de recursos.

Não é suposto por classificação da própria categoria, ter uma proteção total. O processo participativo assim decidiu e, portanto, por alguma razão decidiram. Contudo, esta decisão foi sempre, desde o início, muito disruptiva na ilha de São Miguel. E, portanto, durante muito parte do setor localizado no porto da Caloura, tem vindo a protestar, a dizer que não fizeram parte do processo participativo ou que não perceberam o processo participativo.

Bom, entretanto, aparece esta proposta do CHEGA e como sempre, o Governo cumprirá aquilo que o Parlamento decidir. O que me parece é que nós também clarificamos, Sra. Deputada Joana Pombo, em sede de Comissão que na nossa interpretação, não há nenhuma limitação da entrada de saída de embarcações no porto da Caloura. Na nossa interpretação nós dissemos isto. Está escrito, é ler o relatório da Comissão. Também dissemos que não havia nenhuma limitação ou limitações sérias à operação das embarcações no porto da Caloura, mas também chamamos a atenção que há embarcações estavam licenciadas para Palangre, para linhas de mão, para armadilhas e que abrir a área para essas artes, provavelmente não era aconselhável sem um processo participativo. Dito isto, nós vamos implementar.

Sr. Deputado, perguntou-me como é que íamos fiscalizar: como fiscalizamos toda a Região Autónoma. A pesca lúdica apeada tem um procedimento próprio e, portanto, a Inspeção Regional das Pescas implementará o sistema de fiscalização, como implementa em toda a área. Não vai fazer coisas particulares para a Caloura.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ou seja, concluímos que o CHEGA falta à verdade e o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas acaba de nos confirmar que não há impedimento qualquer de entrada e saída de embarcações de pesca no porto da Caloura.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Sr. Secretário confirma, na audição a sua federação também já tinha confirmado esta esta posição e voltamos a questionar a razão da exceção desta pesca apeada lúdica para esta única área de gestão de recursos e já agora também questionam diretamente o Sr. Secretário se concorda com esta exceção desta pesca apeada lúdica para esta única área de gestão de recursos São Miguel.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Pinho*): Bem Sra. Deputada, só para lhe chamar à atenção, porque a pesca lúdica é muitíssimo mais do que a pesca apeada. E, portanto, quando o regulamento proíbe a pesca lúdica, está a proibir um conjunto muito lato de artes de pesca e de regimes de operação. Portanto, quando se diz que é a pesca lúdica apeada é preciso e objetivo. Relativamente às questões do Parlamento e do Governo, nós separamos muito bem as competências.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Concorda com essa exceção?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Olivéria Santos tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (*CH*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Sra. Deputada Joana Pombo, os pescadores até ao momento não podem entrar e sair do porto de pescas da Caloura. Está na lei?

Está, então vão perguntar à polícia marítima, porque é que estão a multar quando os pescadores entram e saem do porto da Caloura!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Sabrina Furtado faça o favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (*PSD*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu levanto-me apenas para responder a uma questão - uma questão, não várias exclamações - efetuadas pelo Sr. Deputado Pedro Neves, quando diz que ninguém da esquerda falou no ilhéu de Vila Franca do Campo. O PS a falar do ilhéu de Vila Franca do Campo, não só consta na página 14 do relatório desta iniciativa na audição, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): O artigo 15.º faz referência a isso.

A Oradora: ...como não é preciso estar aqui dentro deste Parlamento para saber nas últimas semanas que bicho papão fez a esquerda pelas ruas em relação ao ilhéu de Vila Franca do Campo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E é óbvio que eu tinha de me levantar a falar do ilhéu de Vila Franca do Campo. Mas se quiser ler o relatório, está lá uma declaração do PS sobre o ilhéu de Vila Franca do Campo.

O que o senhor não pode esperar é que eu não me levante por iniciativa própria, independentemente de o senhor querer falar do ilhéu ou não, para falar do ilhéu de Vila Franca do Campo.

Não depende de a esquerda falar de Vila Franca do Campo para me levantar e defender a minha terra e aquilo em que eu acredito.

Deputado Pedro Neves (PAN): Distanciou-se!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Depois de facto, também não percebo e se calhar deixo essa pergunta no ar, Sr. Deputado, se nós não estamos aqui a legislar para tratar de forma diferente o que é diferente, então não sei o que é que andamos aqui a fazer.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que a lei que estamos a debater é clara, e é clara para o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas e que não há impedimento. E da mesma questão que eu estou desde o início a pedir que me indiquem qual é a lei que impeça, volto a perguntar novamente, qual é a lei que impeça porque o Sr. Secretário também diz que esta lei que nós estamos a debater nesta Casa, que é o decreto de alteração ao decreto legislativo que cria o Parque Natural de São Miguel, é claro para o Sr. Secretário do Mar e Pescas que não há alteração para este impedimento que o CHEGA volta de uma forma populista, insistente a dizer que há impedimento de entrada e saída de barcos, não existe.

E agora volto a questionar o Sr. Secretário sobre um aditamento de uma alínea concreta que é feita na substituição integral, que é: se concorda com a alínea P da pesca lúdica apeada na modalidade de pesca de lazer, que é introduzida. Concorda com esta exceção na área de gestão de recursos da Caloura?

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Ruben Cabral, faça favor.

(*) **Deputado Ruben Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à pesca apeada, da nossa parte, não nos parece ser um grande inconveniente e até reforço aquilo que disse o Sr. Presidente da Federação das

Pescas dos Açores na Comissão Parlamentar, em que diz que, em relação à pesca apeada – atendendo que é a panas para subsistência e sem fins comerciais – considera que poderia haver alguma exceção, mas questiono até que ponto pode estar coberta a esta exceção na legislação.

E, portanto, aquilo que o CHEGA acaba de propor é algo neste sentido e parece-nos perfeitamente razoável. O que não nos parece de todo razoável é, por exemplo, aquilo que o mesmo senhor referiu na Comissão nesse dia, que pode ter existido uma situação de desinformação dos armadores sobre a efetiva, liberdade de circulação, entrada e saída do porto de pescas da Caloura.

E até parece agora já claro, para o Partido Socialista que não há, de facto, este impedimento.

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é ao CHEGA que estão a chamar mentirosos, é aos pescadores da Caloura!

O Orador: Mas vou relembrar, Sras. e Srs. Deputados, um pormenor, de acordo com o ponto...

(Ruido na Câmara)

Posso Sr. Presidente?

De acordo com o n.º 3 do artigo 46.º deste DLR que estamos a debater, até à data da entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Área Protegida, referido no artigo 43.º, – e quanto à tipologia de atos e atividades condicionados e interditos na área protegida de gestão de recursos da Caloura – ilhéu de Vila Franca do Campo – reguladas no artigo 30.º do referido diploma, mantém-se em vigor o regime decorrente dos artigos 10.º e 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2004/A, de 3 de junho, dentro dos limites marinhos delimitados nos anexos 1 e 2 a que se refere o artigo 3 do DLR que estamos a debater.

Ou seja, o Governo do PS em 2008 legislou, mas não regulou. Não fez o plano, não criou o Plano de Ordenamento da área protegida do Parque Natural.

E, portanto, criou confusão para os pescadores da Caloura se podiam entrar ou sair do porto, não esclarecendo, também deixou estes pescadores à mercê de uma legislação ainda anterior àquela que devia ter sido aplicada, a de 2008, não regulando e não cumprindo com a legislação própria criada pelo Partido Socialista.

Não é o que é que o Partido CHEGA faz ou quer fazer à Caloura e aos pescadores da Caloura, é sim o que é que o Partido Socialista fez e quer fazer aos pescadores da Caloura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sras. Membros do Governo:

Vou intervir neste debate porque considero que é importante e é fundamental, até por razões subjacentes ao que é a minha atividade profissional.

Em qualquer porto dos Açores, qualquer embarcação pode entrar e sair, pode varar, seja pesca lúdica ou pesca profissional.

Por experiência própria, fui muitas vezes ao porto da Caloura em serviço com outros colegas e essa questão nunca foi levantada.

Não percebo porque é que se levanta agora, porque de facto, a lei é clara nessa matéria. Uma coisa são áreas de proteção, outra coisa são os movimentos das embarcações, independentemente do registo da atividade da pesca ou da pesca lúdica. Portanto, nessa matéria acho que estão a deturpar completamente.

A questão essencial é que sempre foi permitido, não só nessa área da Caloura, e dou outro exemplo: o porto de pesca das Lajes do Pico fica numa área de reserva integral das lapas. As embarcações entram, as embarcações saem desde o momento que aquelas embarcações não prestem apoio aos apanhadores naquelas áreas, que são áreas de reservas.

E levanta outra questão, Sr. Secretário que é importante e fundamental: não ouvimos da parte do Governo qual é a resposta relativamente à questão da pesca lúdica apeada. Mas lembro que foi aprovado nesta Casa, existe uma portaria da pesca apeada comercial e que tem um único propósito para os profissionais da pesca que nas épocas de mau tempo, puderem exercer pesca apeada de pedra.

Temos de ter aqui algum cuidado porque estamos a falar de uma área de reserva e as áreas de reserva não são feitas ao acaso e carecem, digamos, de uma base ou de um estudo que promova essa sustentabilidade.

Agora há aqui uma coisa que é certa, o CHEGA não pode passar aqui uma imagem que é o único que fala a verdade nesta área.

Deputado José Pacheco (CH): Mas se é a verdade!

O Orador: Portanto, o único que está aqui a faltar à verdade são os senhores, porque a lei é clara nessa matéria.

Deputado José Pacheco (CH): Ai é?

O Orador: Sempre se pôde entrar e sair. Exercer a pesca é outra questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Joana Pombo, eu não sou do Governo nem sou do CHEGA, mas eu posso responder à sua pergunta.

Basta ter cuidado ao ver as audições – de certeza que também teve o cuidado – e o Sr. Secretário, por um lado está do nosso lado, porque eu fui atacado a dizer que eu sou um fundamentalista, mas o Sr. Secretário disse que a pesca está proibida por ser incompatível com o património natural que se quer preservar. Neste caso, não é a favor de qualquer tipo de pesca.

Mas como se isto não fosse claro para este Parlamento, também disse que o relatório não tem informação detalhada sobre a justificação do relaxamento da área marinha protegida – neste caso da Caloura – por forma a permitir a pesca. Neste caso, nós nem sabemos sequer se podemos ter esse tipo de relaxamento naquela zona. Por isso, acho que o Sr. Secretário foi claro relativamente a esta posição e isto é também para esta Câmara saber porque temos as audiências e isso poderá ajudar-nos a tomar uma decisão. Uma decisão que, para o PAN é bastante grave.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate em que, de facto, é difícil ter respostas e clarificações sobre o que se pretende. O proponente pouco diz, e de facto não explica aquilo que pretende. É preciso decifrar e chegarmos às conclusões sobre a intenção inicial e aquilo que se pretende.

Vem agora o PSD fazer referência a uma norma transitória que está no Decreto Legislativo Regional, que regula esta matéria e que o CHEGA quer alterar, vem fazer referência aos artigos 10.º e 11.º que o artigo 46 do diploma 19 de 2008

faz referência. Esquece o PSD que os artigos 10.º e 11.º, neste caso o artigo 10.º, que é a questão da interdição de atividades, diz respeito à reserva natural. Diz respeito à reserva natural Sr. Deputado não diz respeito à zona de gestão de recursos da Caloura, diz respeito ao ilhéu de Vila Franca que já nem é reserva. Por isso, os barcos, como se lê no na própria alínea G, faz referência à Caldeira. Onde é que há uma Caldeira? É na Caloura ou no ilhéu?

Deputada Olivéria Santos (CH): Isso é no diploma anterior, Sr. Deputado!

O Orador: A última vez que verifiquei, era no ilhéu. Por isso, a circulação de embarcações a motor está proibida no ilhéu, como toda a gente sabe e felizmente, regra geral é cumprida.

Tenta o PSD salvar a face sobre esta matéria, mas não há nenhuma proibição à entrada e saída de embarcações do porto da Caloura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então qual é o problema? Vote a favor!

O Orador: Qual é o problema Sr. Deputado João Bruto da Costa? É que o senhor vai apoiar uma proposta que por um lado, está a enganar os pescadores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual enganar o quê?

O Orador: ...e por outro, quer criar uma exceção para a pesca apeada nesta zona!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. acabou de dizer que já está permitido!

O Orador: E porquê só nesta zona? A pergunta que se faz é: mas qual é a especificidade desta zona que merece essa exceção? Se não há nas outras, porque é que há nesta? Esta é que é a questão que se tem de colocar.

Eu já percebi que o Sr. Secretário não concorda com a proposta. Não concorda o Governo, ou seja, a tutela não concorda com a proposta, e o que é que leva a Coligação a contrariar a opinião do Sr. Secretário e a pôr a sua opinião em

causa? Pôr a sua opinião e a sua autoridade em causa, colocá-lo numa situação política difícil.

(Risos e protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Sr. Secretário, o Sr. é que tem de reavaliar a sua presença neste Governo. Se é o Sr. que está aí para definir e para implementar a política do Governo, ou se é a política do CHEGA. O Sr. quer implementar a política do Governo, a visão que o Sr. tem para o mar e para as pescas, ou é a visão do CHEGA? É essa a pergunta que o Sr. tem de responder!

Se continuar sentado nessa cadeira, quer dizer que vai aplicar é a política do CHEGA e parar isso cá estará o Bloco de Esquerda para ser oposição.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para responder muito rápido ao Sr. Deputado Pedro Neves.

Também é verdade, Sr. Deputado que diz no relatório que a área de gestão de recursos da Caloura engloba a área do monumento e que foram estendidas as condicionantes do ilhéu à zona de gestão da Caloura, e provavelmente isso terá sido um erro.

Deputada Olivéria Santos (CH): Claro que foi! Já disse isso!

O Orador: É o que os pescadores e os habitantes da Caloura argumentam, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E os cientistas, o que é que dizem?

O Orador: ...que nos últimos anos eu tenho ouvido. Tem sido notificado sistematicamente desde o início, que provavelmente houve um erro ao estender as condicionantes do monumento para uma zona de conservação, porque a zona

de conservação de gestão não obriga a ter uma condicionante de proteção total da pesca.

E, portanto, é nessa perspetiva, Sr. Deputado, que o Sr. deve interpretar aquilo que o Secretário disse em sede de comissão. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Sra. Deputada Olivéria Santos faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Acusaram-nos aqui de estarmos a mentir aos pescadores, mas não fomos nós que dissemos, foram os pescadores que nos disseram. Os Srs. não nos estão a acusar a nós de mentir, os Srs. estão a acusar os pescadores de mentir!

(Neste momento, a Deputada Olivéria Santos exhibe fotografia no portátil)

No dia 18 de fevereiro de 2022 tivemos uma reunião no porto de pescas da Caloura, não sei se conseguem ver no meu computador, em que todos eles disseram que eram impedidos de ir ao mar pelas autoridades competentes: polícia marítima e inspeção regional das pescas. Não fomos nós que dissemos, foram os pescadores do porto da Caloura que nos disseram!

Portanto, se os Srs. querem chamar alguém do mentiroso, então os Srs. vão até ao porto da Caloura dizer que os pescadores são mentirosos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

A Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voltando aqui ao que a Sra. Deputada disse, a verdade é que foi a Sra. Deputada que foi à tribuna e afirmar tacitamente que era proibida a entrada e saída de embarcações de pesca. E é com isto e com esta proposta que nós estamos a trabalhar e a discutir.

E das duas, uma, quem é que está a faltar à verdade? Ou é a Sra. Deputada ou é o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas. É isso que precisamos de saber para poder trabalhar esta proposta em concreto, é isso que precisamos de esclarecer. Quem é que está a faltar à verdade na análise deste documento? Se é o proponente da proposta, se é o Sr. Secretário da tutela para o qual nós pedimos as devidas justificações. E mais uma vez, a verdade é que quem faltou à verdade foi o CHEGA com a venda do *slogan* que ia excepcionar qualquer um e tipo de pescas aos pescadores profissionais.

E agora que chegamos aqui, afinal, só é excecionada a pesca apeada lúdica. E questiono novamente pela razão da exceção da pesca lúdica apeada, única e exclusivamente para esta área de gestão de recursos da Caloura.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

(Pausa)

A Mesa não tem inscrições, podemos votar.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS considera que a alteração deste decreto legislativo do Parque Natural de São Miguel é extremamente importante para ser feito de uma forma leviana, ...

Deputado José Pacheco (CH): Leviana? Três anos depois?

A Oradora: ...sem esclarecimentos, porque nós estamos a fazer questões claras, calmas, nítidas e sem um tom de voz alto, perante aquilo que é um importantíssimo decreto em prol da conservação, seja natural, seja marinha dos Açores, de todas as ilhas, dos Açores.

Nós fomos claros nas nossas perguntas, Sr. Deputado.

Voltamos a questionar qual é a legislação que impede e qual é a razão do detrimento da pesca apeada? E sim, Sr. Deputado, eu estudei ...

Deputado José Pacheco (CH): Estudasses!

A Oradora: ...daí que em 2022 o senhor retirou a proposta porque estava mal feita, estava errada, com pressupostos errados da sua parte e foi toda colocada em causa, porque colocou que era uma reserva natural e que era impedido que os pescadores pudessem circular com arcos de pesca no interior.

Retomamos novamente a este assunto e retomamos com dúvidas. Dúvidas estas que são plausíveis, que são credíveis e que continuamos a não obter resposta.

Volto a questionar: qual é a legislação que impede a entrada e saída das embarcações e qual a razão pelo detrimento da pesca apeada?

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos há um bom bocado a discutir um diploma que é tão simples, tão claro e tão fácil de entender.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não é, não!

O Orador: Este diploma cria uma exceção para a pesca lúdica apeada e cria a possibilidade de entrada e saída de embarcações no porto da Caloura. É só isto que está em discussão e eu não posso deixar de intervir neste debate pelo cinismo político, pela hipocrisia política do maior partido da oposição, que andou a fazer uma campanha negra contra as áreas marinhas protegidas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Uma campanha contra a implementação desta matéria nos Açores que queria criar exceções para tudo e mais alguma coisa nas áreas marinhas protegidas e que agora, vem aqui com este cinismo político, por causa da pesca apeada lúdica e da entrada de embarcações na Caloura. Tenham vergonha do que estão a fazer!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu bem disse que era preciso mudar de disco.

A Oradora: Aquilo que acabou de transmitir aqui o Sr. Deputado João Bruto da Costa que chamou de campanha negra, é revelador do nervosismo e do desconforto que o PSD ou que a Coligação sente neste casamento de conveniência.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Meus senhores, desde o início dissemos que havia custos e os custos estão à vista de todos. Estão à vista de todos, são reveladores e hoje foi a prova de que deste casamento resultam retrocessos graves e a cedência a interesses muito particulares por parte da Coligação! E, portanto, nós, Partido Socialista, não entrou em campanha negra absolutamente nenhuma. Temos dúvidas legítimas! Aliás, algumas até confirmadas pelo Sr. Secretário Regional. Afinal, o que aqui está em causa não é entrada ou saída no porto da Caloura, porque essa sempre teve permitida. Não é isso que está em causa.

Deputado José Pacheco (CH): Aí é? Diga a estes, chame mentirosos a estes.

(Neste momento, o Deputado José Pacheco exhibe uma fotografia)

A Oradora: Então, o que é que está em causa? É a pesca apeada numa zona muito particular da ilha de São Miguel, porque em todas as outras áreas com igual qualificação e proteção, ninguém aqui fala sobre a necessidade de permitir

essa pesca apeada. Então porque é que é preciso levantar essa interdição especificamente na Caloura? De que interesse é que estamos aqui a falar?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Eu percebo o seu desconforto Sr. Deputado João Bruto da Costa, mas o Sr., pelos vistos, vai ter de aprender a lidar com o seu desconforto porque pelos vistos, este é o segundo dos muitos com que o senhor terá de lidar nos próximos anos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Confesso-lhe Sra. Deputada, eu estou muito mais confortável nos últimos 4 anos do que os anos em que estive aqui na oposição, muito mais confortável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Agora, eu só a palavra não para adensar a discussão, porque eu acho que ficou claro o que é que está aqui a acontecer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ficou, ficou! Muito claro!

O Orador: Um partido que andou durante meses a lutar contra a implementação das áreas marinhas protegidas e a criar divisão no nosso setor das pescas...

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ...vem agora aqui armado em defensor, sabe-se lá do quê.

Eu só me levantei para lhe dizer uma coisa muito claramente, e perguntar sobre conveniência e casamentos de conveniência. Quem são as amantes do Partido Socialista em termos políticos europeus quando os senhores convidam os patriotas do CHEGA para as reuniões do Partido Socialista Europeu promovidas pelo Sr. Deputado Europeu André Franqueira Rodrigues? Pergunte-me lá, o que é que são casamentos de conveniência e quem são as amantes do Partido Socialista?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o desconforto adensa-se e o senhor saltou rapidamente de São Miguel e da Caloura para a Europa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Não, vamos regressar aos Açores e ao Parlamento dos Açores.

Só para lhe dizer, Sr. Deputado João Bruto da Costa, não são de menor importância as questões que hoje foram votadas aqui por VV. Ex. ^{as}, e que representam um retrocesso conveniente, mas conveniente apenas aos interesses partidários do PSD, do CDS, do PPM e do CHEGA e de mais ninguém!

Cederem a esses interesses, Sr. Deputado, diz muito mais do senhor e do partido que integra, do que certamente do PS. O PS votou contra! Votou contra levantar a interdição do glifosato em espaços públicos, como vota agora contra ou votará contra...

Deputado José Pacheco (CH): A sério? Votará contra?

A Oradora: ...a cedências de interesses muito particulares do porto da Caloura e de permitir pesca lúdica. Porque não estamos a falar dos pescadores, daqueles que há um mês atrás os senhores se comprometeram a implementar um Plano de Recuperação da pesca nos Açores, e que um mês depois, negaram essa possibilidade aqui!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: A esses pescadores, é que o senhor se devia dirigir hoje com a falta de palavra de VV. Ex. ^{as} perante os pescadores dos Açores. Isso é que sim devia preocupar!

E hoje tentam aqui fazer crer que se resolve tudo com uma alteração de um diploma de São Miguel e que se resolve tudo na pesca na Caloura. Nem se resolve na Caloura, nem se resolve em parte nenhuma!

Resolve o senhor esta questão de conveniência momentânea para aprovação do orçamento da Região. É só isso de que estamos aqui a tratar.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho assistido tanto a este debate...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): O senhor aparece no fim para fazer a síntese.

O Orador: ...e parece-me que chegou a hora de dizer umas palavras.

Em primeiro lugar, dizer que na verdade não há nada neste diploma nem no diploma anterior que proíba a circulação de embarcações de pesca de entrar e sair do porto da Caloura, na área protegida que está em causa. Mas também é verdade, como o Sr. Deputado José Pacheco referiu, e a Sra. Deputada Olivéria Santos, que em 2022 houve uma espécie de excesso de zelo da polícia marítima, quer em relação à circulação de embarcações naquela zona, quer em relação à pesca apeada costeira.

Não é verdade, Sr. Deputado José Pacheco, que não existam coimas para a atividade ilícita de pesca apeada naquela zona, porque ela não está regulada nesse diploma. Está regulada no diploma da pesca lúdica, que é outra coisa completamente diferente e não tem culpa da incompetência dos polícias marítimos por não saberem onde é que vão buscar a legislação para autuar e aplicar as coimas. Da mesma maneira que também esse parlamento não tem culpa que a polícia marítima esteja a autuar armadores e pescadores de circularem naquela zona quando nada na lei proíbe. Nem faria sentido, até porque as obras no porto de pesca foram feitas posteriores à primeira legislação,

portanto, não faria sentido investir num porto de pesca, numa zona onde as embarcações não pudessem circular.

Mas o que me suscitou aqui a entrar neste debate tardiamente foi a questão dos casamentos por conveniência. É mais uma daquelas situações em que PS e PSD acusam e apontam o dedo um ao outro.

Qual deles tem a fralda mais suja? Porque nesse aspeto ainda há três dias, o líder parlamentar do PSD na República, Hugo Soares, e só falo nisso porque o Sr. Deputado Bruto da Costa foi buscar os patriotas da União Europeia. O líder parlamentar do PSD na Assembleia da República dizia que o PS da Madeira e o PS da República estão com o CHEGA ao colo e vão suportados pelo CHEGA nas suas atitudes e nas suas medidas. E agora aqui não já não pode, agora aqui o CHEGA é a muleta do PSD/Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O PSD é que é a muleta do CHEGA.

O Orador: Eu diria que não é uma, são duas muletas do PSD/Açores.

Mas isto para dizer o quê? Que não renega o CHEGA mais vez nenhuma porque vão precisar muito, quer um, quer outro do CHEGA daqui por diante. Porque, infelizmente o CHEGA passou de dois para cinco Deputados nas eleições na Região Autónoma dos Açores, cresceu na Madeira porque os senhores que governaram Portugal, os Açores e a Madeira desde o 25 de Abril, não resolveram o problema das pessoas, e esta é que é a questão! Os senhores foram incapazes de pôr a Região Autónoma dos Açores a caminhar para diante e foram incapazes, ambos, de pôr a Região da Madeira a caminhar para diante! São os senhores que fomentam os populismos, são os senhores que fomentam os partidos que neste momento estão a crescer em toda a Europa e nos Açores!

Deputado José Pacheco (CH): E bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas porque não pode ficar sem resposta, a acusação da Sra. Deputada Andreia Cardoso relativamente à defesa dos pescadores.

Olhe, quer melhor exemplo do que é a notícia que trouxe hoje o Sr. Secretário Regional das Pescas relativamente à quota do goraz na defesa dos pescadores e da pesca dos Açores?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Se quer melhor exemplo, está este já aí para a Sra. lidar com ele.

Mas olhe uma coisa, Sra. Deputada e Partido Socialista, o desconforto que eu vejo nesta Casa há muito tempo – há 4 anos – o desconforto do Partido Socialista por ter passado para a oposição. Esse desconforto eu tenho visto sempre. E aquilo que existe aqui, são partidos que foram eleitos pelos açorianos, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E nós não?!

O Orador: ...Deputados eleitos pelos açorianos e o nosso respeito é por todos eles, pela democracia, pelo resultado das eleições e pelas maiorias que se formam neste Parlamento, em benefício do povo dos Açores! Em benefício das nossas gentes e em benefício da nossa terra.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Sras. Secretárias Regionais.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, inconformados sempre que as decisões nesta Casa representem um retrocesso para os Açores e para os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: E hoje disto, o PSD e a Coligação, dois exemplos deram daquilo que são retrocessos, nomeadamente o que aqui está em causa agora no Parque Marinho da ilha de São Miguel, e o que esteve em causa antes com o glifosato.

V. Ex.^a, Sr. Deputado João Bruto da Costa mostra e mostrará sempre desconforto. Mostra desconforto quando a fatura a pagar é demasiado alta para o interesse dos Açores e dos açorianos. Quando o senhor tem de sobrepor o seu interesse ao interesse dos Açores e dos açorianos, este é que é, de facto um casamento de conveniência.

E, portanto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, da nossa parte, inconformados sempre, desconfortáveis nunca.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH)**: Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá “engonhar” mais um bocado, pode ser que venha ao cachalote.

Ora bem casamentos, nunca se deve falar de casamentos e funerais, não é? Mas vamos falar de casamentos.

Bom, aqui não há casamento nenhum por mais que os senhores queiram.

Deputado António Lima (BE): Não há?

O Orador: Há uma parceria estratégica em prol dos Açores.

Então vejamos, se houvesse um casamento estava aqui um casamento muito estragado. Nós passamos a vida a falar mal do Governo.

Mas nós não inventámos a roda! É que os senhores já tiveram uma parceria destas, – se bem que o parceiro era muito silencioso – com os blocos e com os PCP, não é nenhuma novidade. Nós somos mais ruidosos.

Mas eu gosto de lembrar tempos idos, e então vou buscar uma coisa de há muito tempo atrás: o mês passado. Não foram os senhores que andaram a mendigar, a aprovar o orçamento? E não foram os senhores, a nível de populismo, que as crianças ficavam fora? Foram os senhores. Os senhores andaram de joelhos a implorar! Foi porque é assim, andaram ali a implorar para aprovar o orçamento e coitadinhos, e muitos choraram, e muita baba e ranho, mas não deu certo. A verdade é que as coisas são como são e quando o povo não tiver memória, cá estaremos nós para lembrar!

Agora falar de casamentos, de conveniências e não sei até de casamento nenhum. Os senhores é que queriam casar, acho eu que queriam “amantizar”, peço desculpa pela palavra. Os senhores, é que são os oportunistas que andaram aí meses a enxovalhar, e já se disse das reservas, daquilo e daquele outro.

Deputada Inês Sá (PS): Foi o que o senhor fez, quando deitou o governo abaixo. Andou a enxovalhar.

O Orador: Mas depois já serve, para isso. Desde que o CHEGA fique de fora, a importância que esse partido pequenino, nascido há tão pouco tempo, começou a ter. Sabem porquê? Nós não andamos aqui com mentiras, andamos com a verdade sempre na ponta da língua! Por mais que os senhores tentem mentir, andamos sempre com a verdade e assim vai ser até ao fim dos dias. É bom que se habituem!

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não venho falar de casamentos, mas venho falar de coisas bastante importantes que o Sr. Deputado João Bruto da Costa lembrou, e bem. Um assunto que está, até na ordem do dia, e que esta proposta também tem influência sobre ele, que é a questão do goraz e da quota do goraz.

Sr. Secretário, é especialista na matéria, poderá dar aqui uma aula sobre o assunto. O que esta proposta pretende, por exemplo, é pesca apeeda, como já foi referido, na Costa. Ora, um dos peixes que se apanha na pesca apeeda é um peixe que tradicionalmente, o nome comum, é conhecido como carapau ou ruama, como lembrou bem o Sr. Deputado Nuno Barata. E aquilo que se está a fazer é permitir que numa zona de reserva, uma zona onde essa espécie se possa desenvolver em maior segurança porque não há pesca. O que se quer fazer é exatamente apanhar juvenis que não têm valor comercial e que vão, naturalmente, reduzir a população que tem qualquer probabilidade de chegar a adulto. E isso é mais uma vez o exemplo do que este tipo de proposta e esse tipo de agenda de retrocesso que quer levar os Açores exatamente para trás, que quer colocar em causa o futuro, por exemplo, das pescas. Porque para fazer um brilharete e dizer que estar a ajudar os pescadores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A caloura vai dar cabo da quota do Goraz? O que o senhor está a dizer é um disparate.

O Orador: ...está-se a pôr em causa o seu futuro, do seu sustento também, numa das espécies mais valorizadas e mais importante para os Açores.

Isto não é uma brincadeira, Sr. Deputado João Bruto da Costa é sério! Não é um disparate Sr. Deputado João Bruto da Costa! Olhe, quando o senhor quiser dizer

que é um disparate, não vai acabar com a quota do goraz. Se estivesse atento, tinha percebido qual é a lógica do que estou a dizer.

Apanhar peixes juvenis coloca em causa o desenvolvimento e os estoques futuros dessa espécie.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Por isso, não há qualquer dúvida, e se o senhor acha que é uma brincadeira, olhe, nota-se bem a seriedade com que o senhor encara este debate, este processo que é, de facto, um retrocesso para a Região.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado António Lima.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, como fui acusado de falta de seriedade por ter achado ridículo e um disparate em aparte aquilo que o Sr. Deputado António Lima está a dizer, queria só reforçar que acho ridículo e um disparate o senhor vir pôr em causa – por causa daquela pequena área onde se vai ser permitida a pesca apeada – ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E porque é que é essa pequena área?

O Orador: ...vai pôr em causa a quota do goraz na Região Autónoma dos Açores.

Se não é só ridículo e um disparate, e isso é que é mesmo pouco sério da sua parte para variar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Um protesto às declarações do Sr. Deputado João Bruto da Costa, que diz que o que eu referi estava a pôr em causa a quota do goraz com as declarações que disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ele é que me chamou de pouco sério e é que vai protestar!

Presidente: Ó Sr. Deputado, isso não é motivo de protesto. Peço desculpa, isso faz parte da dialética política. Eu não lhe vou dar a palavra para um protesto neste âmbito, peço desculpa. Não há nada aí para protestar, eu não lhe dou a palavra.

Deputado António Lima (BE): Não há nada a protestar? Vou registar e vou estar atento a futuros protestos.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso (PS))

Ó, Sra. Deputada Andreia Cardoso, os senhores alguma vez vão ver os vídeos depois dos plenários?

Pergunto se há mais inscrições para o debate?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste diploma: vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel”. Vamos votar na generalidade, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs.

Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII, foi aprovado com: 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PAN e com 1 abstenção da IL.

Presidente: Vamos entrar no debate e votação na especialidade.

Está à votação o artigo 1.º do diploma: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: Está à votação em relação ao artigo 2 a proposta de eliminação do número 3 do artigo 46, uma proposta de alteração efetuada pelo CHEGA: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e com 23 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação artigo 2.º do diploma: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: Está à votação à proposta de aditamento do artigo 2.º A: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento ao artigo 2.º A foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PAN.

Presidente: Pergunto à Câmara se o 3.º e o 4.º artigo podem ser colocados à votação em conjunto?

Estão à votação o 3.º e o 4.º artigo do diploma: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Os Srs. e as Sras. Deputadas que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 3.º e 4.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: Votação final global: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM. E com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: Sra. Deputado Olivéria Santos para uma declaração de voto, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

É com muita satisfação que o CHEGA vê hoje aprovada nesta Assembleia esta proposta. Tardou, mas chegou.

Finalmente conseguimos, não fomos nós que conseguimos, foram os pescadores da Caloura que conseguiram. A persistência vale a pena, lutar por eles vale a pena e enquanto aqui estivermos é o que vamos continuar a fazer: lutar pelas pessoas, lutar para que seja reposta a justiça e, neste caso, repor um erro que foi feito no passado pelos Socialistas.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta agora votada abre um perigoso precedente que vai contra inclusive o Governo Regional, ainda mais quando é a própria Região Autónoma dos Açores, que está com processo de revisão das áreas marinhas protegidas costeiras, num processo participativo com apoios técnicos, Casa onde deverá ser abordada temas como estes em que zelam a proteção dos recursos marinhos de todos os ecossistemas costeiros que são muito diferentes dos oceânicos.

Estamos perante um caminho perigoso, como se uma brincadeira legislativa se tratasse com ilusão para uma exceção de pesca lúdica de caniço única e exclusivamente para uma única área e gestão de recursos de um Parque Natural dos Açores.

Finalizamos este processo de votação e discussão de uma iniciativa sem que fossem dados os devidos esclarecimentos de uma proposta que tem como principal objetivo a conservação dos recursos naturais de extrema importância para a ilha de São Miguel e para os Açores.

É assim um retrocesso na conservação marinha de todo o processo das áreas marinhas protegidas dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pela segunda vez no mesmo dia, este Parlamento aprova medidas que levam os Açores para trás. Que retrocedem em avanços que aos poucos se iam dando. E esta proposta, que começou por ser uma tentativa de permitir todo e qualquer tipo de pesca numa área protegida na zona da Caloura, enganando os pescadores, veio afinal, permitir a pesca apeada e de cana na Caloura.

Os pescadores profissionais continuarão exatamente na mesma, mas haverá quem possa pescar de caniço na costa. É um facto, à medida que o Parlamento aprova a pedido e é triste, lamentável que um Governo que se diz e uma Região que se diz...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Ó Sr. Presidente, ele não pode dizer isso!

O Orador: ...uma Região que se diz, corrijo. A vossa indignação...

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Faça favor de prosseguir Sr. Deputado.

O Orador: Uma Região que se diz que quer liderar por um exemplo, não pode dar-se ao luxo de estar aqui a aprovar medidas deste tipo. Em primeiro lugar, feitas à medida e em segundo lugar, que representam retrocessos. Uma Região que se diz querer liderar pelo exemplo, tem de dar passos em frente. A credibilidade da futura revisão costeira das áreas marinhas protegidas começa, desde já, a ser colocado em causa. Porque quando se começa do telhado a criar exceções, tenho receio do que aí vem.

Por isso, liderar pelo exemplo não é fazer isso, porque quem quer liderar pelo exemplo desta forma não lidera nem sequer a terceira divisão.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ruben Cabral para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Ruben Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Social Democrata, não entende que o que se tenha passado aqui hoje tenha sido uma brincadeira legislativa. Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, em que se legislou e não se regulou, aplicando até inutilidade àquilo que se tinha feito. E, portanto, a bancada do Partido Social Democrata votou a favor desta iniciativa porque ela vem clarificar e corrigir lacunas que constavam na versão original do diploma, montando toda a regulamentação que visa preservar a área referida, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...ou seja, a zona da cratera e zona circundante do ilhéu de Vila Franca do Campo, tal como a zona especial de conservação, ficam, tal como estão, ou seja, preservadas. Ao mesmo tempo que agora se permite a pesca

apeada, na restante área marinha protegida que é de subsistência, aquela que os açorianos sempre viram como parte da sua cultura e da sua identidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E por fim, fica agora mais claro que as embarcações podem circular na referida zona e entrar e sair do porto da Caloura.

E, portanto, o ambiente está protegido, os pormenores que criavam dúvida estão aperfeiçoados, a utilidade normativa está agora garantida e, por isso, votamos favoravelmente a esta proposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Os 30 minutos acabam antes da hora regimental.

Alguém se opõe que encerramos os nossos trabalhos por agora?

Estão encerrados, voltamos amanhã.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 25 minutos

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Miguel Teixeira Raposo

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Partido Socialista (PS)

Sandra Micaela Costa Dias

Partido Chega (CH)

José Eduardo da Cunha Pacheco

A Redatora, Sara Azevedo

Transcrição efetuada por Mariana Duarte